



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS**

KAMILLA ALVES DUARTE

**DECIFRANDO O ENIGMA: A POBREZA NA RAIZ DA FINANCEIRIZAÇÃO E A
MEDIÇÃO DO AGROAMIGO NO RURAL DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA-AL**

**São Cristóvão – SE
2017**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS

KAMILLA ALVES DUARTE

**DECIFRANDO O ENIGMA: A POBREZA NA RAIZ DA FINANCEIRIZAÇÃO E A
MEDIAÇÃO DO AGROAMIGO NO RURAL DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA-AL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Nelmiros Ferreira da Silva

São Cristóvão – SE
2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

D812d Duarte, Kamilla Alves
Decifrando o enigma : a pobreza na raiz da financeirização e a mediação do Agroamigo no rural do município de Arapiraca/AL / Kamilla Alves Duarte ; orientadora Nelmires Ferreira da Silva. – São Cristóvão, 2017.
179 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Assistência econômica. 2. Microfinanças. 3. Planejamento político – Arapiraca (AL). 4. Agricultura e Estado. 5. Pobreza rural. I. Silva, Nelmires Ferreira da, orient. II. Título.

CDU 364.66:336.773(813.5)

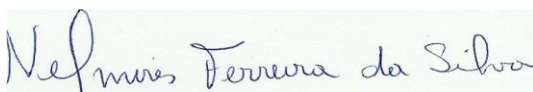
KAMILLA ALVES DUARTE

DECIFRANDO O ENIGMA: A POBREZA NA RAIZ DA FINANCEIRIZAÇÃO E A
MEDIÇÃO DO AGROAMIGO NO RURAL DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA-AL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe,
como parte dos requisitos para a obtenção do grau de
mestre em Serviço Social.

Aprovada em 12 de abril de 2017

BANCA EXAMINADORA:



Profª. Drª. Nelmiere Ferreira da Silva
Universidade Federal de Viçosa – UFV
Orientadora



Profª. Drª. Mailiz Garibotti Lusa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
1º Examinador

Profª. Drª. Josefa de Lisboa Santos
Universidade Federal de Sergipe – UFS
2º Examinadora

“Você diz: nossa causa vai mal. A escuridão aumenta. As forças diminuem. Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo, estamos em situação pior que no início. Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca. Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível. Mas nós cometemos erros, não há como negar. Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem estão em desordem. O inimigo distorceu muitas de nossas palavras até ficarem irreconhecíveis. Daquilo que dissemos, o que é agora falso: tudo ou alguma coisa? Com quem contamos ainda? Somos o que restou, lançados fora da corrente viva? Ficaremos para trás por ninguém compreendidos e a ninguém compreendendo? Precisamos ter sorte? Isso você pergunta. Não espere nenhuma resposta senão a sua”

(Bertold Brecht)

AGRADECIMENTOS

Chego ao fim de mais um ciclo de vida, cheio de aprendizado e renovação de sonhos. Foi uma jornada desafiadora e gratificante com muitos quilômetros a percorrer e muita dedicação as tarefas acadêmicas. Perdi às contas das noites mal dormidas, finais de semana e feriados dedicados aos trabalhos do mestrado. Sinto-me, hoje, imensamente feliz em poder rememorar esse período intenso e agradecer aqueles que participaram dele.

Sou grata aos meus pais, Ana e José, por terem sido os meus primeiros mestres, ensinando-me as lições diárias da vida. Agradeço ainda por terem oferecido as condições necessárias para que eu pudesse me dedicar aos estudos e buscar uma formação acadêmica. Aos meus irmãos e afilhada, Carlla, Mateus e Geovanna, obrigada pelo apoio de sempre!

Quero aqui agradecer o meu esposo, Jadielson, por sempre apoiar as minhas decisões e ajudar a realizar os meus sonhos. Amor, sem a sua paciência, que equilibra a minha ansiedade e agitação, eu não teria conseguido chegar ao final desta caminhada! Ademais, é sempre maravilhoso tê-lo presente para dividirmos as alegrias e tristezas do dia-a-dia.

Deixo o meu agradecimento também para as amigas Mailiz, Karina e Manuelle por terem contribuído diretamente com o meu ingresso no mestrado por meio de incentivo, aconselhamento e sugestões. Eu jamais teria conseguido sem o apoio de vocês! De modo especial, quero destacar o carinho e gratidão que tenho por Mailiz, esta flor de pessoa, que jamais mediu esforços para me ajudar seja daqui, de Porto Alegre ou de qualquer outro lugar.

Às amigas Dani e Marta, agradeço por terem me acolhido em Aracaju, oferecendo-me abrigo semanalmente. A estadia me fez admirar a força e a coragem de vocês ao encararem o desafio de construir uma vida nova em uma cidade estranha, tendo que suportar as saudades de casa. Mas, como o bom filho a casa sempre torna, estamos nós cá, não é Dani?

Aos amigos do mestrado Edivanda, Roseli, Thalyta, Rita, Juliana, Íris e Antônio pelo companheirismo, pela preocupação mútua com as dificuldades cotidianas de cada um e pelo sentimento de coletividade, que sempre permeou as nossas relações e fortaleceu os nossos laços de amizade. Obrigada!

De modo especial quero agradecer a minha amiga Thalyta que, com o seu jeito doce e acolhedor, não mediu esforços para me auxiliar na resolução de questões burocráticas, fazendo-me ‘diversos favores’ na biblioteca e no comitê de ética devido a minha distância física da UFS. Saiba que a sua boa vontade e presteza foram muito importantes para mim!

Agradeço ainda a equipe de professores que compõem o PROSS, pela competência acadêmica e seriedade profissional, especialmente a Professora Lica pelo carinho e

compreensão direcionados a nós discentes. Ao amigo Walter pela eficiência e dedicação. E as professoras Josefa Lisboa e Tereza Martins por terem aceitado prontamente o convite para comporem a minha banca.

A minha orientadora, Nelmiros Ferreira, sou grata por todos os ensinamentos teórico-práticos e por ter confiado na minha capacidade intelectual ao aceitar orientar esta pesquisa. Nesse período em que trabalhamos juntas descobrir uma grande mestra, detentora de um conhecimento amplo e variado, capaz de dialogar com diversas vertentes do conhecimento, mas sempre preservando a perspectiva crítica. Além de possuir o pensamento dialético mais pedagógico que eu já conheci nos diversos círculos acadêmicos em que passei. Obrigada por tudo, professora! E saibas que além de ganhar uma aluna/orientanda, ganhaste também uma admiradora.

Como dizia o poeta Gozaguinha “E aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente”, de modo que este trabalho é a síntese do conhecimento e experiência que adquiri com todos vocês. Por isso, o meu MUITO OBRIGADA!

RESUMO

A presente dissertação trata sobre a lógica/significado da estrutura e funcionamento do Programa Agroamigo no município de Arapiraca/AL e sua inserção no movimento dialético de financeirização das políticas sociais, reprodução da pobreza e da desigualdade social no campo. Tendo como objetivo central analisar as particularidades do referido Programa de Microcrédito, como política pública do Programa de Inclusão Produtiva Rural (parte das estratégias de combate à pobreza do Plano Brasil Sem Miséria) dirigida as famílias camponesas da localidade supracitada. As questões norteadoras indagam-se sobre quais os limites e contradições do Programa de Inclusão Produtiva rural, via Programa de Microcrédito, no referido município? As ações do Estado, por meio de políticas de crédito, estimulam a superação da pobreza ou a inclusão financeira dos agricultores familiares pelos bancos? Em que medida uma política baseada na estratégia de concessões de empréstimos bancários é capaz de promover o enfrentamento a pobreza? Tomamos como hipótese diretriz a assertiva de que a estratégia de produção inclusiva no campo, sob a perspectiva do microcrédito (Agroamigo), embora se constitua num mecanismo de enfrentamento à pobreza rural para as famílias camponesas arapiraquenses, contraditoriamente, produz e reproduz novas expressões da velha questão social. Dedicamos tratamento teórico aos fundamentos histórico-estruturais do modo de produção capitalista, com destaque para a nova dinâmica da acumulação no cenário da mundialização financeira do capital, estabelecendo as mediações para a compreensão dos programas de microcrédito e das políticas territoriais de combate à pobreza rural que são a base para a compreensão do objeto aqui estudado. Para as aproximações sucessivas e apreensão da realidade, pautamo-nos na perspectiva crítica a partir do método dialético. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, de natureza quali-quantitativa. Para a coleta de dados, utilizamos as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e empírica, a qual foi realizada através de entrevista semiestrutura, com o coordenador e agente do programa, e, também, com as famílias agricultoras mutuárias do microcrédito. Como resultados alcançados destacamos que o Agroamigo, como política de inclusão produtiva rural disseminada no município de Arapiraca-AL, além de não enfrentar a raiz da pobreza, reproduz uma massa de agricultores endividados com o banco, reificando a lógica contraditória das políticas públicas no estado capitalista.

Palavras-chave: Microcrédito, Pobreza Rural, Capital Financeiro, Políticas Públicas, Agricultura Camponesa.

ABSTRACT

The present dissertation deals with the logic / meaning of the structure and functioning of the Agroamigo Program in the city of Arapiraca / AL and its insertion in the dialectical movement of financialisation of social policies, reproduction of poverty and social inequality in the countryside. Its main objective is to analyze the particularities of the Microcredit Program as a public policy of the Program for Rural Productive Inclusion (part of the strategies to combat poverty of the Brazil Without Poverty Plan) directed at the peasant families of the above-mentioned locality. The guiding questions are asked about the limits and contradictions of the Rural Productive Inclusion Program, via Microcredit Program, in the said municipality? Do the actions of the State, through credit policies, stimulate the overcoming of poverty or the financial inclusion of family farmers by the banks? To what extent can a policy based on the bank lending strategy be able to address poverty? We take as a guiding hypothesis the assertion that the inclusive production strategy in the field, from the perspective of microcredit (Agroamigo), although it constitutes a mechanism for coping with rural poverty for Arapiraca peasant families, contradictorily produces and reproduces new expressions of old social issues. We dedicate theoretical treatment to the historical-structural foundations of the capitalist mode of production, with emphasis on the new dynamics of accumulation in the scenario of the financial globalization of capital, establishing mediations for the understanding of microcredit programs and territorial policies to combat rural poverty. Are the basis for the understanding of the object studied here. For the successive approximations and apprehension of the reality, we are guided in the critical perspective from the dialectical method. This is an exploratory, qualitative-quantitative research. For data collection, we used bibliographic, documentary and empirical research techniques, which were performed through a semi-structured interview, with the coordinator and agent of the program, and also with the farming families of microcredit borrowers. As a result, we highlight that Agroamigo, as a policy of rural productive inclusion disseminated in the municipality of Arapiraca-AL, besides not facing the root of poverty, reproduces a mass of indebted farmers with the bank, reifying the contradictory logic of public policies in the state capitalist.

Keywords: Microcredit, Rural Poverty, Financial Capital, Public Policies, Peasant Agriculture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Rota de inclusão produtiva rural.....	89
Figura 2 - Mapa das mesorregiões do estado de Alagoas 2014.	98
Figura 3 – Polígono das Secas.....	100
Figura 4 – Mapa de Alagoas com a localização de Arapiraca	101
Figura 5 - Plantação de hortaliças (alfaces) no Povoado Batingas (Arapiraca/AL).....	123
Figura 6 – Agricultora fazendo a separação das folhas de couve, cebolinha e coentro no Povoado Pau D’Arco (Arapiraca/AL).	123
Figura 7 - Criação de ovelhas no Povoado Laranjal (Arapiraca/AL).....	124
Figura 8 - Comercialização de frutas dentro da propriedade rural no Povoado Laranjal (Arapiraca/AL).	124
Figura 9 - Criação de bovinos no Povoado Sapucaia (Arapiraca/AL).	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor financiado pelo PRONAF segundo destinação do financiamento Brasil e grandes regiões 2010.	27
Tabela 2 – Estado de Alagoas – Estrutura Fundiária, N° de Estabelecimentos, Área.	99
Tabela 3 – Arapiraca: Produção agrícola/2012.	103
Tabela 4 – Arapiraca: Recursos do Agroamigo por Linha de Crédito.	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Agroamigo - quantidade de operações e valores contratados acumulados em R\$ mil por Estados.	93
Gráfico 2 – Atividades agrícolas e não-agrícolas financiadas pelo Agroamigo em Arapiraca-AL.	113
Gráfico 3 – Perfil dos mutuários do Agroamigo em Arapiraca-AL por faixa etária.....	115
Gráfico 4 – Índice de inadimplência do Agroamigo em Arapiraca-AL (%).....	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Alagoas
AMA	Associação dos Municípios Alagoanos
APL	Arranjo Produtivo Local
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento
BV	Bolsa Verde
CE	Ceará
CEAPE/RS	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra – Rio Grande do Sul
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Fundação Perseu Abramo
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED	Investimento Externo Direto
IHDm	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEC	Instituto Nordeste Cidadania
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério do Desenvolvimento do Social e Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Programa de Microcrédito
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PORTALODM	Acompanhamento Brasileiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Programa Territórios da Cidadania
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SE	Sergipe
SPC	Sistema de Proteção ao Crédito
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNICEF	United Nations Children's Fund
UNO	União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I:	23
OS PRIMEIROS PASSOS DE UMA INSTIGANTE CAMINHADA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA	23
1.1. Os caminhos da pesquisa	23
CAPÍTULO II:.....	42
POLÍTICAS PÚBLICAS SOB O VIÉS DA FINANCEIRIZAÇÃO: EMBATES E TENSÕES NO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	42
2.1. As bases teóricas da financeirização: uma análise dos fundamentos histórico-estruturais do capitalismo	42
2.1.1. <i>A primazia do trabalho (mais valor) frente à autonomia da esfera financeira e a indissociabilidade entre capitalismo e pobreza</i>	<i>48</i>
2.1.2. <i>A crise contemporânea do capital e a hegemonia da financeirização: breves considerações</i>	<i>52</i>
2.1.3. <i>A inconsistência teórica do capital na tentativa de combater a pobreza com os programas de microcrédito: a conciliação do inconciliável</i>	<i>65</i>
2.2. Financeirização e crédito no campo: apontamentos acerca da revalorização da agricultura familiar	71
2.2.1. <i>O enfrentamento da pobreza no território da financeirização: crédito e agricultura familiar no governo PT</i>	<i>78</i>
2.2.2. <i>Breves considerações sobre a atuação do microcrédito rural (Agroamigo) no Nordeste brasileiros</i>	<i>90</i>
CAPÍTULO III:	95
AGRICULTURA CAMPONESA SOB O JUGO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL: O AGROAMIGO EM ARAPIRACA/AL	95
3.1. A exploração do capital na diversidade regional de Alagoas: elementos para a contextualização do rural arapiraquense	95
3.1.1. <i>Estrutura e funcionamento do Programa de Microcrédito (Agroamigo) no município de Arapiraca/AL.....</i>	<i>107</i>
3.2 - O cotidiano dos agricultores camponeses no município de Arapiraca/AL: lutas, tensão e desafios no enfrentamento da pobreza	119
3.3. A inclusão produtiva rural do PBSM: o crédito amigo no município de Arapiraca/AL e a relação dialética entre a reprodução da pobreza e a financeirização	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS	159
APÊNCICE A	168

APÊNDICE B..... 171

APÊNDICE C 174

ANEXO A..... 175

ANEXO B..... 176

ANEXO C..... 179

INTRODUÇÃO

Desde o último terço do século passado, o capitalismo vem sofrendo um intenso processo de transformação em decorrência da mundialização financeira. É comum a esta fase contemporânea do velho sistema a reatualização das estratégias de acumulação e valorização, associada ao aproveitamento de diferentes mecanismos de centralização de capitais, os quais incorporam e/ou mesclam estruturas arcaicas com novos arranjos modernos de exploração. Neste novo estágio predatório do capitalismo, as formas de trabalho por ele historicamente marginalizadas, como o trabalho camponês, constantemente associado a um tipo atrasado, arcaico e obsoleto de produção mercantil simples, passaram a ser subordinadas ao sistema metabólico do capital porque contribuem para a captação de rendas que são incluídas na sua reprodução ampliada.

Essas novas formas de subsunção do trabalho são extremamente úteis, atrativas e funcionais ao capital porque ajudam a estancar os efeitos depressivos da crise estrutural da década de 1970, que vem se arrastando até o século XXI, com alguns picos de crescimento econômico mundial. O sistema reagiu buscando na financeirização e no rentismo as alavancas da acumulação a partir da difusão de uma série de instrumentos financeiros que comandam os fluxos de capitais por meio dos mercados de crédito, câmbio, ações e derivados. Algumas dessas inovações financeiras buscam aproveitar outros nichos de mercado, apoiando-se no pensamento pós-moderno que traz à tona a fragmentação da realidade social, por meio da exaltação das potencialidades e virtudes dos microespaços como o local, a família e a comunidade. O capital passou a se territorializar nesses novos lugares, que têm condições de exploração facilitadas devido à baixa demanda de investimentos, além da desoneração de custos com a reprodução da força do labor, já que, normalmente, esses espaços se encontram em países e/ou regiões com baixa regulamentação do trabalho.

Esse foi o ambiente propício ao espraiamento dos programas de microcrédito para inclusão produtiva em territórios rurais, principalmente por meio da mediação das políticas públicas estatais, totalmente formuladas de acordo com as recomendações de organismos multilaterais como o Banco Mundial. Essas instituições são as difusoras do neoliberalismo, como doutrina teórico-política que teve o fito de criar as condições objetivas para a liberalização do capital, rompendo com as amarras das legislações nacionais, regulamentações e relações político-econômicas que barravam a livre mobilidade dos capitais.

A justificativa ideológica para a difusão de uma série de políticas e programas, como os de crédito, na periferia do capital (na qual se inclui o Brasil), foi baseada no aumento

exponencial da pobreza e das desigualdades sociais e regionais, agravadas pelos ajustes estruturais no movimento de desregulamentação das economias emergentes, no decorrer das duas últimas décadas do século XX. Em resposta a esse quadro de miséria, com destaque para o campo, o capitalismo percebeu que era preciso mudar alguma coisa para que tudo continuasse na mesma, ou seja, para prosseguir acumulando tornou-se necessário ao sistema incorporar preocupações humanitárias, de responsabilidade social, criando a falsa aparência de um capitalismo civilizado na tentativa de esconder o processo de barbarização da vida social.

Com isso, o discurso das políticas de enfrentamento da pobreza ganhou projeções mundiais, conforme vimos se delinear no Brasil na década de 1990, sobretudo nos governos do PT, já no século XXI, com destaque para o Plano Brasil Sem Miséria de 2011, na primeira gestão da presidenta Dilma Rousseff. Não obstante, é preciso reconhecer que apesar de haver uma continuidade na condução do projeto neoliberal nos governos do PT, no que se refere às políticas sociais e à macroeconomia, essa continuidade não significa similaridades, pois possui particularidades evidentes que a diferencia dos governos neoliberais.

No tocante ao mundo rural, é importante destacar que esse movimento do capital provocou um reordenamento no espaço agrário, o qual passou a ser o foco das estratégias de desenvolvimento sustentável, com centralidade para a questão da terra, que se tornou primordial para a reprodução capitalista. Foi sendo estimulada no campo a constituição dos mercados de especulação fundiária como estratégia para a desmobilização dos conflitos sociais em torno da reforma agrária tradicional. Na contrapartida, foi-se anulando o papel redistributivo do Estado e colocando em seu lugar o mercado, operado pelo capital financeiro, agrário ou industrial, como mediador das necessidades sociais dos trabalhadores do campo.

Para implantar as políticas de contrarreforma agrária respaldadas na falsa ideologia do combate à pobreza no Brasil, foi necessário ao capital criar um novo agente dinamizador do desenvolvimento e da modernização rural. Isso se deu por meio da desconstrução teórica e ideológica do sujeito histórico camponês e sua substituição pelo agricultor familiar, uma espécie de pequeno produtor rural empreendedor, totalmente integrado ao mercado. As políticas públicas passaram a incorporar a concepção desse novo homem do campo, negligenciando a diversidade de agricultores camponeses que, não raras vezes, produzem para o autoconsumo, com base no trabalho necessário à reprodução familiar. Esses passam a ser alvos de políticas de inclusão produtiva rural como o Agroamigo, operacionalizado pelo Banco do Nordeste, que a partir de 2011 foi incorporado ao Plano Brasil Sem Miséria e que tem como escopo contribuir para melhorar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares

nordestinos e do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de incentivar a bancarização¹ desses produtores.

Em meio a essa conjuntura, a presente pesquisa problematiza a política de inclusão produtiva rural, na qual figura o emergente objeto deste estudo, a saber: a estrutura e funcionamento do Programa de Microcrédito Agroamigo em Arapiraca/AL. Tendo em vista que essa é uma região semiárida profundamente marcada pela presença da agricultura de base familiar, do minifúndio e da policultura, na qual a subsunção do trabalho ao capital acontece de maneira indireta. Esse município é um dos polos dinamizadores da economia estadual, figurando como região que concentra grandes investimentos privados devido às suas potencialidades produtivas e comerciais. Assim, elegemos como objetivo principal analisar o Programa de Microcrédito (Agroamigo), como política pública do Programa de Inclusão Produtiva Rural (parte das estratégias de combate à pobreza do Plano Brasil Sem Miséria) dirigida às famílias camponesas no município de Arapiraca/AL.

O interesse pela temática do programa de microcrédito rural (Agroamigo) surge como um desdobramento das preocupações desta pesquisadora em procurar entender a inclusão do mundo rural, com suas particularidades, na dinâmica do capitalismo mundializado e comandado pela financeirização. As inquietações começaram ainda na graduação, quando, naquele momento e de forma bastante superficial, questionava-se sobre como os pequenos agricultores poderiam se inserir no sistema de exploração capitalista e que contribuição eles poderiam dar ao processo de acumulação, já que sua produção era, aparentemente, autônoma.

Na monografia apresentada à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Unidade acadêmica de Palmeira dos Índios –, intitulada o “Modo de vida e trabalho camponês no semiárido alagoano: identidade e resistência”, discorreremos sobre o modo de vida, os hábitos e valores próprios da gente simples que vive e trabalha no campo e o seu processo de permanente transformação devido à interferência do capitalismo. Como sustentação teórica da funcionalidade da produção camponesa para o capital, tratamos sobre a bancarização dos agricultores camponeses que ficavam enredados na ciranda financeira por meio dos juros pagos pelos empréstimos solicitados aos bancos para o financiamento de suas

¹ A bancarização se refere à inclusão de parcela da população brasileira ao sistema bancário, por meio da concessão de crédito e disponibilização de serviços bancários, como acesso à conta corrente, poupança, cartão de crédito e débito. O fenômeno da bancarização no Brasil, ou seja, o acesso popular aos bancos, se intensifica na virada do século XX para o XXI. Segundo dados coletados no site *Brasil Econômico*, extraídos da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio/RJ), em 2015, 74% da população brasileira possuía conta em banco, o que equivale a 86,3 milhões de pessoas. De acordo com a mesma fonte, essa “inclusão” de brasileiros no sistema bancário foi estimulada pelo crescimento do mercado de trabalho formal, pela expansão do crédito e também devido ao fortalecimento dos programas sociais.

atividades produtivas. Entre os mecanismos de transferência da renda camponesa (mais valor) que passam a ser apropriados pelas classes burguesas, destacados na referida monografia, percebemos, posteriormente, que o crédito havia se tornado uma das principais estratégias do capitalismo financeiro para subordinar o trabalho do pequeno agricultor aos seus interesses de valorização na contemporaneidade. Logo, essa foi a base para que nos interessássemos pelos programas de microcrédito incentivados pelas próprias políticas públicas como estratégia de enfrentamento da pobreza no campo.

É necessário destacar, ainda, que o gosto por temáticas relacionadas à questão agrária decorre do pertencimento desta pesquisadora à realidade rural alagoana, fortemente marcada pela pobreza e pelo descaso político-governamental. Ele também é fruto das vivências acumuladas na academia, principalmente por meio das reflexões realizadas no âmbito do curso de História, frequentado na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), onde se deu a aproximação com o conceito de Classes Subalternas de Antônio Gramsci. Este interesse deriva ainda dos trabalhos de extensão desenvolvidos pelo Programa da Educação Tutorial – Núcleo de Estudo do Semiárido Alagoano (PETNESAL) –, nos quais foram realizadas ações de mobilização e organização política com sujeitos rurais, especificamente quilombolas. Posteriormente, o ingresso no Observatório da Questão Rural propiciou as reflexões teóricas necessárias para a problematização da realidade rural alagoana e brasileira, identificando suas raízes históricas, suas múltiplas determinações e contradições.

Espera-se que esta dissertação possa contribuir com a dimensão investigativa do Serviço Social no esforço teórico-metodológico de pensar as políticas públicas frente aos efeitos regressivos da mundialização do capital, que traz em seu bojo o solapamento dos direitos sociais (que são transformados em mercadoria), além da monetarização e financeirização das políticas sociais, em um cenário de ascensão e recrudescimento global do conservadorismo político e econômico. No âmbito do Programa de Mestrado em Serviço Social da UFS, este estudo pretende colaborar com a produção do conhecimento científico por meio de uma pesquisa comprometida com a investigação da realidade concreta e suas múltiplas determinações. Pretendemos, ainda, auxiliar na consolidação de uma linha de estudos voltada para o mundo rural e a questão agrária dentro do referido programa devido à recorrência com que essas temáticas aparecem nas pesquisas de mestrado aí desenvolvidas, e sua importância para os profissionais e estudantes de Serviço Social.

Para o conjunto da sociedade, inclusive os camponeses, esta pesquisa insiste em estudar as formas contemporâneas de reprodução do capital e suas novas estratégias de valorização, com vistas a instrumentalizar os explorados com as armas do conhecimento,

tentando influenciar na revitalização do potencial subversivo dos camponeses brasileiros. Pois somente esmiuçando as dimensões estruturais do capital conectadas às formas como esse subjuga o trabalho (camponês), por meio das políticas de crédito, é que se pode estimular novas frentes de luta e enfrentamento, como condição para visualizarmos uma alternativa futura ao sistema capitalista, que está tão nebuloso no presente. No campo do conhecimento pessoal/profissional, a investigação em torno das políticas de inclusão produtiva rural, como medidas de ‘alívio’ da pobreza, ajuda a visualizar a contradição exposta na dicotomia discurso x prática das políticas sociais, já que a pobreza rural continua sendo um dado irrefutável (descontados os pequenos avanços), a despeito de um conjunto de políticas estatais que, na verdade, acabam por ser meras reproduzoras das novas/velhas expressões da questão social.

Para sistematizar o desenvolvimento desta pesquisa, estruturamos a presente dissertação em três capítulos. O primeiro discorrerá sobre os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, traçando o caminho do pensamento para desvendar o significado da realidade social investigada por meio da exposição do contexto no qual se situa o problema de pesquisa, as questões norteadoras, as hipóteses e objetivos, a metodologia e o instrumental técnico-científico. Para melhor esclarecimento em relação aos procedimentos aqui adotados, optamos por elaborar um capítulo inteiro dedicado à metodologia.

No segundo capítulo, o leitor vai encontrar uma discussão mais teórica sobre os fundamentos da lei geral da acumulação capitalista e suas novas tendências no processo de mundialização financeira à luz das políticas públicas de cariz creditícios. Com destaque para a discussão dos programas de microcrédito e a contradição presente no discurso das políticas públicas que tentam transformar o próprio capital em solução contra a pobreza. Após essa reflexão, passaremos a analisar as tendências das políticas públicas na gestão do governo petista, frente aos arranjos de políticas dirigidas para o enfrentamento da pobreza no território.

No último capítulo, levaremos o nosso interlocutor ao conhecimento da realidade objetiva por meio da exposição do movimento do capital (via programa de microcrédito – Agroamigo) na singularidade do cotidiano de vida e trabalho dos agricultores de base familiar residentes no município de Arapiraca, Alagoas. Destacando a reprodução da pobreza entre os camponeses inseridos nas políticas de crédito produtivo via mercado financeiro.

Por fim, teceremos considerações cujos resultados alcançados apontaram que o Agroamigo, como política de inclusão produtiva rural disseminada no município de Arapiraca/AL, além de não enfrentar a pobreza em suas raízes, produz uma massa de agricultores endividados com o banco e com pouca ou nenhuma perspectiva de limpar seu nome no mercado. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ‘combate’ à pobreza que acirra

ainda mais a desigualdade social no campo porque promove uma espécie de “inclusão perversa” das famílias camponesas na ciranda financeira.

CAPÍTULO I:

OS PRIMEIROS PASSOS DE UMA INSTIGANTE CAMINHADA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Todo começo é difícil em qualquer ciência
Karl Marx*

Este capítulo pretende discorrer sobre os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, traçando o caminho do pensamento para desvendar o significado da realidade social investigada. Por meio do método dialético, este estudo procurará distinguir a visão fenomênica do microcrédito como política pública de superação da pobreza, apreendendo o movimento que vai da aparência à essência, o qual consiste, conforme problema pressuposto, em um suporte neoliberal para a valorização do capital por meio de mecanismos financeiros que tentam integrar no circuito do capital relações de produção supostamente “arcaicas” como a agricultura camponesa.

Nesta primeira seção será apresentada a contextualização do problema, destacando as questões de pesquisa que fomentam a presente dissertação, por meio do mapeamento das políticas agrárias sob direção da agenda neoliberal, direcionadas para o enfrentamento das expressões da questão social no meio rural nordestino, com destaque para a realidade de Alagoas, particularmente o município de Arapiraca, focalizando no protagonismo do Programa de Microcrédito do Plano Brasil Sem Miséria para inclusão produtiva rural dos pobres do campo. Ademais, serão expostas as hipóteses, os objetivos, metodologia, instrumental técnico e abordagem analítica utilizados por este estudo, os quais estão organizados em forma de texto corrido para propiciar maior capilaridade.

1.1. Os caminhos da pesquisa

O combate à pobreza ganha centralidade na agenda política nacional e internacional ao longo da década de 1990, quando os países, sobretudo, os sul-americanos, que haviam implementado uma “primeira geração” de reformas neoliberais pautadas nas privatizações, na desregulamentação monetária e financeira, na desintermediação e na abertura dos mercados

* Prefácio à edição Alemã de *O Capital*, 1867. In: *O capital: crítica da economia política*. 33 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

financeiros nacionais (CHESNAIS, 1996), começaram a mostrar sinais de desgaste econômico.

Na medida em que os efeitos regressivos e estagnantes dos ajustes estruturais passaram a ser sentidos em diversos países periféricos, gerando críticas e movimentos contestatórios ao neoliberalismo, o Banco Mundial percebeu que era necessário realizar um novo ciclo de reformas, pois em alguns desses países as tensões e conflitos sociais internos foram intensificados devido aos resultados negativos das medidas em curso, que agravaram a pobreza em sociedades que já eram extremamente desiguais.

Como as crises contestavam a legitimidade do neoliberalismo, o Banco Mundial colocou em prática uma “segunda geração” de contrarreformas, na qual a questão da terra passou a ser um dos elementos determinantes para o *desenvolvimento sustentável*, a partir de políticas focalizadas em territórios vulneráveis. Assim, uma das diretrizes das políticas do Banco Mundial foi o ‘combate’ à pobreza rural a partir de investimentos em territórios rurais da América Latina, África e Ásia. Outra orientação do Banco foi a constituição de um mercado de terras como mediação para enfrentar a pobreza (RAMOS FILHO, 2013).

De acordo com o referido autor (Ibid. p. 30) “o Banco Mundial passou a enfatizar a questão da terra como estratégia de desenvolvimento rural e o tema da reforma agrária capturado por suas diretrizes”. Os principais objetivos dessas recomendações eram desmobilizar os conflitos sociais do campo em torno da reforma agrária tradicional e abrir espaço para a atuação do mercado e das instituições financeiras, atraindo um fluxo de investimentos privados que gerariam emprego e renda, culminando no “alívio” da pobreza rural, ou seja, tratava-se, na verdade, da necessidade do capital de intensificar a transformação da terra numa simples mercadoria alienável em relações de compra, venda e operações de crédito².

Em diversos países periféricos os ajustes agrários neoliberais impostos pelos organismos supranacionais incentivaram a privatização de terras públicas e comunais mediante concessão de territórios para companhias estrangeiras que demonstravam interesse em realizar investimentos em comunidades rurais, culminando na captura de terras e recursos naturais pelos grandes monopólios, devido à subordinação do Estado ao Banco Mundial, que resultou numa maior concentração fundiária e na integração camponesa ao agronegócio. Além

² No Brasil a terra se tornou sinônimo de mercadoria com a Lei de Terras de 1850, a qual passou a estabelecer que a sua posse fosse dada apenas mediante um pagamento. De acordo com Martins (2013, p.40) durante a crise do trabalho servil, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, do predomínio num para a outra, da atividade produtiva do trabalhador para o objeto do trabalho, a terra.

disso, as políticas de ‘combate’ à pobreza rural passaram a ser mediadas pelo mercado, a exemplo da constituição do fundo da terra (Banco da Terra no Brasil), que viabilizou empréstimos fundiários aos agricultores pobres para aquisição de imóveis (Crédito Fundiário), estimulando os países a captarem empréstimos internacionais para implementar a contrarreforma agrária de mercado (RAMOS FILHO, 2013). A título de justificação dos ajustes estruturais, afirmava-se que a liberalização das terras permitiria a redistribuição fundiária entre os mais pobres devido à substituição rápida de produtores “menos eficientes” por “mais eficientes” (PEREIRA, 2006). Contraditoriamente sabe-se que esse tipo de acesso via mercado é uma forma de exclusão e mesmo expulsão dos pobres do campo cujo trabalho gira em torno do necessário para o autoconsumo (reprodução social) e não permeado pelo lucro capitalista.

No caso brasileiro, o Banco Mundial afirma que a pobreza e a desigualdade social continuam sendo grandes obstáculos para o desenvolvimento do país, e que devem ser sanadas por meio da integração de uma série de medidas que vão desde as políticas voltadas para a obtenção de renda até aquelas direcionadas a aumentar o capital humano e físico dos pobres, tais como saúde, educação, reforma agrária (de mercado), entre outras (LISBOA, 2007).

Internamente, as políticas públicas nacionais passaram a ser tuteladas pelos ditames neoliberais e focalizaram suas ações no ‘combate’ à pobreza em detrimento das políticas universais, assumindo o discurso do *desenvolvimento sustentável* para a promoção do crescimento econômico e redução das desigualdades sociais e regionais, principalmente nas áreas rurais. Para direcionar a formulação de políticas públicas no país, o relatório do Banco Mundial para o Brasil *Combate à pobreza rural: uma estratégia integrada* (2001) elencou cinco vias de escape para a pobreza no campo: 1) a intensificação da agricultura no setor de pequenas propriedades rurais, que visa aproveitar os pobres do campo que possuem potencial para capitalização; 2) agricultura comercial mais dinâmica, que não resolve a questão da pobreza porque o apoio ao agronegócio aumenta o desemprego rural e a acumulação do capital; 3) estimular o crescimento do setor rural não agrícola, via incentivo à pluriatividade no campo; 4) migração de jovens, com investimento em educação para aproveitamento da mão de obra em outros setores da economia; e 5) oferecimento de uma rede de segurança para as pessoas “aprisionadas” na pobreza – trata-se dos programas de transferência de renda para apenas manter viva uma parcela de pobres que, segundo o próprio BM, está “aprisionada” na

extrema pobreza³ e não tem nenhuma chance de deixar tal situação, de modo que o objetivo não é erradicar a pobreza definitivamente, mas apenas aliviá-la.

Observa-se que a lógica dos programas voltados para o enfrentamento da pobreza rural, nos anos 1990, apresenta intensas conexões e similaridades com o receituário neoliberal. Tais características também se tornaram evidentes nos governos do PT diante de sua inflexão ao projeto neoliberal, guardando-se a particularidade de que tanto Lula quanto Dilma mantiveram uma postura mais “social-liberal”, na qual se observou uma função mais distributiva do Estado com a ampliação das políticas sociais, com destaque para as de enfrentamento à pobreza, que produziram efeitos positivos. Enquanto os governos tucanos ignoravam até o limite as demandas sociais, implementando políticas e programas apenas em situações emergenciais e conflituosas, nas quais não era mais possível ignorar as manifestações da questão social.

Até 1996 inexistia no Brasil uma política pública voltada para o fortalecimento da pequena produção rural familiar ou camponesa⁴, por isso a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi considerada uma vitória pelos movimentos sociais do campo. Entretanto, essa política voltada para o crédito individual ou o financiamento de equipamentos coletivos teve impacto limitado no Norte e Nordeste, desde o seu surgimento, porque privilegiou um tipo de agricultor que é minoritário naquelas regiões, “o empreendedor familiar integrado ao mercado”, e acabou beneficiando aqueles agricultores mais capitalizados e interligados à rede bancária na região Sul do país (SABOURIN, 2009), ou seja, os pobres do campo com potencial produtivo, conforme o relatório do Banco Mundial (2001). A contradição na distribuição de recursos do Pronaf é um vício que revela o seu caráter seletivo e excludente no que diz respeito ao financiamento dos agricultores que produzem alimento para a família. Isso fica evidente ao observarmos os dados compilados pelo Dieese (2011) sobre a distribuição de recursos do Pronaf nas grandes regiões do País, no ano de 2010.

³ Conforme definição do Banco Mundial, são consideradas pessoas extremamente pobres aquelas que vivem com menos de um dólar por dia.

⁴ Consideramos que as políticas e programas sociais como o Pronaf, que são direcionados a produção de base familiar, promovem a capitalização do sujeito camponês, o qual se torna ora mais, ora menos integrado ao mercado. Nesse movimento, alguns desses camponeses são integrados plenamente ao mercado, transformando-se em agricultores familiares (mais capitalizados). Enquanto outros, que têm menos acesso à política pública e ainda mantêm um modo de vida e trabalho mais tradicional, também se colocam, de alguma maneira, no mercado à medida que vendem o seu pequeno excedente de produção, apesar de não deixar de ser essencialmente um agricultor camponês.

Tabela 1 – Valor financiado pelo Pronaf segundo destinação do financiamento Brasil e grandes regiões 2010.

Brasil e Grandes Regiões	Custeio		Investimento		Total	
	Em R\$ mil	Em %	Em R\$ mil	Em %	Em R\$ mil	Em %
Norte	187.513,10	3,3	664.819,60	10,6	852.332,80	7,1
Nordeste	356.137,20	6,2	1.175.557,30	18,7	1.531.694,50	12,8
Sudeste	1.434.774,40	25,1	1.479.295,40	23,6	2.914.069,90	24,3
Sul	3.386.065,70	59,2	2.460.825,20	39,2	5.846.890,90	48,8
Centro-Oeste	351.112,80	6,1	492.536,60	7,9	843.649,40	7
Brasil	5.715.603	100	6.273.034,20	100	11.988.637,40	100

Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural.

Elaboração: DIEESE, 2011.

Os números confirmam a evidência de que os agricultores familiares da região Sul foram os maiores beneficiados com o financiamento do Pronaf, pois receberam 48,8% do recurso total, apesar de possuir apenas 19,46% dos empreendimentos brasileiros caracterizados como familiares (Censo Agropecuário, 2006). O maior fluxo de dinheiro nessa região reflete a demanda pelo fundo público para alimentar a lucratividade do capital, tendo em vista que a produção agrícola no Sul do país é coordenada por uma forte integração entre pequenos produtores rurais e agroindústria, de modo que o recurso do Pronaf acaba contribuindo, de alguma forma, com a reprodução do agronegócio. Na contrapartida, a região Nordeste, detentora de 50,07% dos estabelecimentos familiares brasileiros, absorveu apenas 12,8% do financiamento rural direcionado ao referido público em 2010, fato que mostra a pouca disposição do Pronaf em atender às necessidades de investimento e custeio demandadas pelos agricultores nordestinos, que são, em sua maioria, empobrecidos e que, por isso mesmo, requisitam uma maior intervenção dessa política pública.

Com o governo Lula as estratégias de combate à pobreza rural focalizadas nos agricultores familiares e camponeses ganharam maior atenção do Estado por meio de programas e projetos de abordagem comunitária, subordinados às políticas agrárias neoliberais. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com outros ministérios, adotou uma metodologia de ação pautada na territorialização de políticas públicas para o campo em locais de maior vulnerabilidade social. Com isso, o governo federal passou a focalizar suas ações em regiões que concentram os maiores índices de pobreza e extrema pobreza, a exemplo do Norte e Nordeste do país, com vistas a promover o desenvolvimento rural sustentável.

Rezando no receituário do neoliberalismo, os governos do PT se empenharam no esforço de enfrentar a pobreza e a fome em consonância com os Objetivos do Milênio firmados no início do século XXI, sob a mediação dos organismos multilaterais. Dentre as políticas direcionadas para esse fim, a presente pesquisa focalizou nas ações do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), no espaço rural alagoano, por meio do programa de microcrédito (Agroamigo), que objetiva promover a inclusão produtiva no campo.

O Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) foi lançado pelo governo Dilma Rousseff em junho de 2011, sua finalidade é “superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações” (DECRETO 7.492, 02/06/2011). O Plano procura combater a pobreza por meio de uma perspectiva multidimensional⁵, tendo como objetivo promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza, mas também visa à garantia dos direitos sociais de cidadania e acesso aos serviços públicos essenciais como saúde e educação, acesso à terra e insumos para produção, à moradia, à justiça, apoio familiar/comunitário e acesso à crédito. Apesar dessa concepção mais ampliada da pobreza, a delimitação do público-alvo é meramente monetária, o que entra em contradição com a visão multidimensional, adotando como critério de escolha as pessoas em situação de extrema pobreza cuja renda familiar per capita seja de até R\$85,00 mensais, bem como os territórios onde esses estejam mais concentrados.

Os eixos de atuação do PBSM são três: garantia de renda; acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. Essa pesquisa privilegiou as ações de inclusão produtiva rural com ênfase para o programa de microcrédito (Agroamigo) no município de Arapiraca/AL. O referido programa atende prioritariamente agricultores familiares com renda anual de até R\$ 20 mil que estejam enquadrados no Pronaf B (Agroamigo Crescer), sendo que a partir de 2012 a renda foi ampliada para atingir os agricultores mais capitalizados com renda de até R\$ 360 mil (Agroamigo Mais), o que incorporou os demais grupos do Pronaf. O limite dos empréstimos equivale ao valor de R\$ 15 mil.

⁵ A perspectiva multidimensional da pobreza é de formulação de Amartya Sen que a compreende não apenas como um processo de privação econômica, mas também cultural, moral, ética, espiritual, identitária, etc. A partir dessa concepção, as causas que determinam a pobreza englobam uma diversidade de fatores sociais, objetivos e subjetivos. De modo que essa perspectiva de pobreza a define de acordo com as capacidades dos indivíduos de exercerem suas liberdades e de fazer com que os seus direitos sejam respeitados, garantido o acesso desses indivíduos a bens e serviços sociais. A perspectiva multidimensional se contrapõe a uma análise da pobreza centrada apenas na renda. No entanto, essa concepção é problemática e tendenciosa porque tende a obscurecer a centralidade dos fundamentos do modo de produção capitalista no processo de produção e reprodução da pobreza, conforme demonstraremos mais adiante (SIQUEIRA, 2011).

No ano de lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, o referido programa não fazia parte da estratégia de inclusão produtiva rural (SANTOS, 2015), o que não inviabilizou sua incorporação posterior ao PBSM por meio da concessão de créditos aos beneficiários dos programas Bolsa Família e Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. De acordo com uma publicação conjunta do MDA e MDS (2014), com os resultados do Plano Brasil Sem Miséria no meio rural entre os anos de 2011 e 2014, foram realizadas 936,5 mil operações de microcrédito para incentivar a atividade produtiva entre as famílias pobres do campo; 591 mil operações com beneficiários do Bolsa Família; e 762,9 com pessoas do Cadastro Único, o que indica uma atuação significativa do programa junto ao PBSM.

Sobre a localização e o perfil do público-alvo do PBSM, dados do MDA, apoiadas nos números levantados pelo Censo/IBGE 2010, afirmam que ele está concentrado no Nordeste, com 9,6 milhões de pessoas na extrema pobreza⁶, e que desse total 5.049,317 (52%) são populações rurais, ou seja, são agricultores familiares, assentados de reforma agrária, indígenas ou quilombolas. Sobre o perfil dos pobres rurais brasileiros, os indicadores mostram que 22% têm uma quantidade de terra menor ou igual à fração mínima de parcelamento (3 a 5 hectares); 41% são parceiros, arrendatários ou comodatários; 48% não têm sequer o ensino fundamental completo; 99% têm entre 30 e 50 anos e 66% são beneficiários do Bolsa Família. Sendo assim, o PBSM rural adotou como estratégia inicial territorializar suas ações no Nordeste brasileiro, devido ao expressivo índice de pobreza, e no norte de Minas Gerais, cujas características se aproximam das do semiárido. Os programas e projetos do plano foram implantados no interior dos Territórios da Cidadania, que se tornaram referência para o governo federal de gestão local na perspectiva da articulação de políticas públicas de ‘combate’ à pobreza.

Para ilustrar o quadro da pobreza no Brasil e sua distribuição geográfica em áreas de maior vulnerabilidade social, os dados da Fundação Perseu Abramo, com base nos indicadores da PNAD/IBGE para os anos selecionados, mostraram que no início do governo Lula, em 2002, havia no país um montante de 39,3 milhões de brasileiros vivendo com uma renda per capita de até R\$ 140,00⁷. Com os resultados parcialmente positivos dos programas de transferência de renda, associados à política de valorização do salário mínimo e o contexto favorável de crescimento econômico com investimento público e geração de mais de 20

⁶ São extremamente pobres as pessoas que vivem com menos de 1 dólar americano por dia, e pobres aquelas que vivem com até 2 dólares.

⁷ Em 2016, a linha de pobreza e extrema pobreza foram atualizadas no Brasil para R\$ 170,00 e R\$ 85,00, respectivamente. Essas linhas oficiais são meramente monetárias e se aproximam das linhas de pobreza internacionais definidas na nota anterior.

milhões de empregos formais até 2014 (Brasília, 2014), foi possível retirar 22,5 milhões de pessoas da situação de pobreza no Brasil (FPA, 2013).

No entanto, no ano de 2012, ainda existia 16,7 milhões de indivíduos vivendo na linha da pobreza extrema, sendo que 9,8 milhões de pobres estavam localizados nos espaços urbanos e 6,9 milhões, em comunidades rurais, o que em números relativos é superior à pobreza urbana, tendo em vista que apenas 14,57% da população brasileira total vive em áreas rurais (IBGE/PAÍSES). Com a recessão da economia nacional e a estagnação do mercado de trabalho, a PNAD 2013 (IBGE) registrou um leve aumento da extrema pobreza no referido ano para 4%, cujo acréscimo foi de 0,4% em relação ao ano anterior, quando contabilizou 3,6%.

Embora as políticas de transferência de renda tenham sido as principais responsáveis pela diminuição da pobreza é preciso ressaltar que elas são insustentáveis, tendo em vista que não produzem emprego, não distribuem terras e não garantem acesso aos meios de produção. Limitam-se apenas a criar um efeito paliativo contra a miséria e indigência, pois conforme ressalta Silva e Silva (2010, p. 161), “os gastos sociais, mesmo se ampliando, precisam chegar melhor aos mais necessitados, e as políticas sociais carecem de maior articulação entre si e com a política macroeconômica de geração de emprego e de distribuição da renda socialmente produzida”.

Sobre a distribuição espacial da pobreza pelas diversas regiões geográficas, percebe-se que o Nordeste é o território com maior concentração de indivíduos na linha da pobreza (e pobreza extrema), pois em 2012 respondia por 58,1% do total de pobres no país, enquanto a região Sudeste era responsável por 18% da pobreza nacional, e o Sul e Centro-Oeste, apenas 9% (FPA, 2013). No tocante à pobreza no campo, segundo a mesma publicação, no ano de 2012 do total (100%) de pobres pertencentes ao meio rural no Brasil, 69,3% residiam no Nordeste, apontando que o maior contingente da população nordestina vulnerável está nas áreas rurais. Tais indicadores revelam as disparidades regionais e a contradição interna brasileira na geração de riquezas: enquanto o Sul e Sudeste são tidos como polos dinâmicos da economia nacional, as regiões Norte e Nordeste se particularizam como territórios “atrasados”, que acabam concentrando pobreza e miséria.

Apesar disso, um estudo intitulado *Perfil da pobreza: Norte e Nordeste rurais* (2016), realizado em parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) – baseado em dados da PNAD/IBGE (anos selecionados) –, mostrou que a pobreza rural no Nordeste caiu de 65% para 36% no intervalo entre os anos

de 2004 e 2013. Na mesma tendência, a extrema pobreza saiu de 30% para 8%. Tal redução aconteceu numa velocidade maior que a registrada pelo Brasil naquele período, mesmo assim a reserva de pobres nordestinos é ainda maior que a de todo o país, contrariando todas as ações e políticas públicas e privadas de ‘combate’ à pobreza rural. Particularizando a desigualdade dentro do próprio território regional, tem-se que entre os nordestinos um dos maiores contingentes de pobreza e desigualdade social está concentrado no estado de Alagoas.

De acordo com o Ipea/Data (2014), o referido estado concentrava naquele ano um quantitativo de 399.675 pessoas extremamente pobres e 1.046,441 indivíduos pobres, cuja média de renda domiciliar *per capita* dos primeiros, era de apenas R\$ 76,41. Apesar dessa cifra, o coeficiente de *gini*, que mede a desigualdade na distribuição da renda, contraditoriamente teve uma relativa evolução em 2014 e chegou a atingir 0,501, fazendo com que o índice alagoano tenha atingido uma média um pouco melhor que a do Nordeste (0,516) e a do Brasil (0,518), segundo a mesma fonte.

Sobre a pobreza na área rural alagoana especificamente, o *Atlas da extrema pobreza no Norte e Nordeste brasileiro* (2010) deixa evidente que a concentração de pessoas à beira da indigência está localizada na região semiárida, principalmente no sertão, e que são cerca de 188.481 indivíduos vivendo em domicílios agrícolas na condição de intenso pauperismo. Acompanhando os índices estaduais, o município de Arapiraca, que é foco desta pesquisa, também traz dados alarmantes quanto às condições de vida e acesso à renda de sua população, tendo em vista que, em 2010, 11,15% dos indivíduos residentes naquela localidade foram qualificados como extremamente pobres e 26,65%, como pobres. O perfil socioeconômico dos arapiraquenses pode ainda ser mensurado por meio do IDHM, cujo indicativo para 2010 foi de 0,649. O valor indica que o desenvolvimento municipal no que diz respeito à renda, à expectativa de vida e ao acesso à educação, apesar de não ser um dos piores de Alagoas, ainda é estimado num patamar de desenvolvimento médio em relação a outros municípios brasileiros (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

No que concerne à atuação do programa de microfinanças Agroamigo, como política pública de enfrentamento da pobreza entre as famílias de baixa renda no meio rural alagoano, uma reportagem do jornal *Gazeta de Alagoas* (5/2/2016) destacou que, em 2015, o programa realizou 24.541 operações de crédito, o que totalizou um montante em dinheiro superior a 100 milhões de reais investidos em Alagoas, e significou um crescimento de 16% dos valores contratados por pequenos produtores, contrariando as perspectivas em relação ao baixo desempenho da economia em um ano de estagnação. De acordo com uma publicação no próprio *site* do Banco do Nordeste a respeito do setor rural alagoano como um todo

(agricultura familiar e agronegócio), no primeiro semestre de 2016 os financiamentos com a agricultura, pecuária e agroindústria cresceram 41% em relação ao mesmo período do ano anterior e os principais contratantes foram Arapiraca, Palmeira dos Índios, Batalha, Olho D'Água das Flores e Santana do Ipanema (BNB, 27/7/2016). É importante ressaltar que todos estes municípios pertencem a região semiárida. Contraditoriamente à ampliação do acesso de agricultores a essa política pública de natureza creditícia, a pobreza continua sendo um fenômeno histórico-estrutural no meio rural alagoano, que é atravessado pelas contradições próprias do desenvolvimento capitalista no campo, onde se evidenciam as lutas de classes e as diversas expressões da questão social como a pobreza, a exclusão, a desigualdade social, a violência e a fome.

Um dos determinantes do pauperismo na sociedade alagoana é a histórica concentração fundiária que mescla o domínio dos latifundiários do agronegócio canavieiro, cujo poder econômico emana da posse da terra e da propriedade privada do capital, com a dominação política e social que ainda subjuga as classes subalternas por meio do assistencialismo, do mandonismo ou mesmo da violência explícita, o que acaba inibindo a ação subversiva dos trabalhadores do campo. É necessário observar que o território alagoano é comandado por 12 ou 13 famílias que são proprietárias de usinas e grande parte das terras agricultáveis do estado, fazendo com que a produção de riquezas seja concentrada nas mãos das classes dominantes, de modo que “a monocultura predomina como fonte de riqueza para o estado, que não cria mecanismos para a distribuição de renda, fazendo com que a qualidade de vida das pessoas seja péssima, originando a pobreza e a fome (MOURA, 2013, p. 281).

Nesse âmbito de estudo, Carvalho (2010, p.22) defende que “o mundo rural em Alagoas continua refletindo os traços mais fortes herdados do seu passado colonial: concentração da terra, ausência de diversificação produtiva, pobreza e degradação ambiental”. Entretanto, convém salientar que o espaço rural alagoano é um ambiente heterogêneo com características próprias condicionadas por múltiplas determinações, tais como a natureza e as relações de produção dominantes em cada região. Se no leste (onde predomina a agroindústria canavieira) a pobreza deriva da subsunção direta do trabalho ao capital, no agreste e sertão (semiárido alagoano) – onde prepondera o minifúndio e a policultura – ela é fruto da extração da renda da terra pelo capital. A ação deste no semiárido é intermediada pela tendência de concentração e de extração da renda da terra a partir de mecanismos de crédito e comercialização dos produtos de origem camponesa (SILVA L, 2013).

Para tanto, Lessa (2013, p. 312) propõe que “[...] o movimento do capital no semiárido estadual (Agreste e Sertão) foi o de renunciar à propriedade da terra e concentrar-se em

posições que lhe permitem apropriar-se da renda rural” de pequenos produtores. Embora se entenda que, de fato, o capital se aproprie da renda camponesa no semiárido alagoano, não se tem acordo com o autor quanto à suposta renúncia do capital em relação à propriedade fundiária, já que o sertão, particularmente, traz como herança da colonização a manutenção do latifúndio voltado para a pecuária leiteira. Já o agreste, que historicamente é marcado pelo minifúndio, tem sentido os efeitos da concentração de terras devido ao avanço da cultura de cana-de-açúcar para o interior.

O interesse em controlar os fluxos de dinheiro pelo capital monopolista por meio da mediação financeira dos bancos e do comércio se deve à centralidade da agricultura camponesa na região. Esse tipo de produção, organizado em unidades familiares, produz 28% da riqueza produzida no campo, responde por cerca de 90% dos estabelecimentos agrícolas estaduais, ocupando uma área de 32% do total de terras agricultáveis, e emprega 70% da mão de obra rural disponível (CARVALHO, 2010). Um dos polos de maior concentração das unidades camponesas fica na microrregião agrestina de Arapiraca, grande produtora de mandioca, fumo, hortifrutigranjeiros, avicultura, bovinocultura, entre outros. Essa cidade fica no coração do estado e se configura como núcleo de expansão econômica de toda a região semiárida, tendo em vista que é o principal centro de comércio, serviços, indústria e distribuição de produtos agrícolas no interior alagoano (CARVALHO et al., s. d.).

Apesar da dinamicidade econômica, 37,8% dos arapiraquenses estão abaixo da linha da pobreza ou da extrema pobreza (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013), e a desigualdade social no acesso à renda indica os processos de exclusão vividos pela população local, pois, segundo dados do *Portal ODM*, em 2010 a participação dos 20% mais pobres na renda municipal era de apenas 2,9%, enquanto os 20% mais ricos se apropriavam de nada menos que 58,8% da riqueza socialmente produzida, fazendo com que o índice de *gini* para o ano em questão fosse de 0,55, o que indica a concentração de riquezas entre as classes dominantes. Com isso, esta pesquisa focalizou suas lentes de análise na singularidade do município de Arapiraca por entender que ele é elucidativo da particularidade da pobreza e do movimento contraditório do Programa de Microcrédito Rural em Alagoas.

No movimento contraditório engendrado que *a priori* visualizamos no interior das políticas no território do capital financeiro, questões norteadoras vieram à tona, as quais se focalizaram nas particularidades das famílias camponesas de Arapiraca/AL, a saber: quais os limites e contradições do Programa de Inclusão Produtiva do PBSM, via Programa de Microcrédito, no município de Arapiraca/AL? As ações do Estado, via programa de microcrédito, estimulam a superação da pobreza ou a inclusão financeira dos agricultores

famíliares arapiraquenses pelos bancos? Em que medida uma política baseada na estratégia de concessões de empréstimos bancários é capaz de promover o enfrentamento à pobreza?

Assim, com base no panorama problematizado, esta pesquisa partiu da hipótese diretriz de que o Programa de Inclusão Produtiva, sob a perspectiva do Programa do Microcrédito, embora se constitua numa estratégia de enfrentamento da pobreza rural para as famílias camponesas que vivem no meio rural de Arapiraca/AL, contraditoriamente, produz e reproduz novas expressões da velha questão social. Nesse âmbito, orientamo-nos pelo pressuposto de que se trata de uma política de gestão da pobreza que se adequa à estratégia da financeirização do capital.

Para tanto, tomamos como objetivo central analisar o Programa de Microcrédito Agroamigo, como política pública do Programa de Inclusão Produtiva Rural (parte das estratégias de combate à pobreza do Plano Brasil Sem Miséria) dirigida às famílias camponesas no município de Arapiraca/AL. Nessa direção, focalizamos o estudo no recorte temporal de 2013 a 2015, por entender que são os dados mais atuais em voga, podendo situar a tendência desse arranjo de políticas⁸. Para atingir o objetivo geral desta pesquisa foi necessário localizar o conjunto de políticas públicas, focalizando o Programa Brasil Sem Miséria, como política de enfrentamento às expressões da questão social na região Nordeste, de modo particular no estado de Alagoas, e sua peculiaridade no município de Arapiraca/AL. No segundo momento, os esforços de pesquisa foram direcionados para desvendar a essência do programa de microcrédito como estratégia da financeirização, resgatando os fundamentos histórico-estruturais do modo de produção capitalista e, em seguida, analisar o papel do Estado, no governo petista, frente aos arranjos de políticas públicas dirigidas para o enfrentamento da pobreza no meio rural. Por fim, investigamos o programa de microcrédito do Plano Brasil Sem Miséria no município de Arapiraca/AL, observando o seu desempenho para a superação da pobreza rural e o comprometimento das famílias camponesas com o pagamento dos empréstimos bancários.

Nos rumos da proposta fomentada a partir do objeto de pesquisa, adotamos a abordagem materialista histórica com vista a capturar o movimento real do objeto em sua estrutura e dinamicidade. A realidade social aparece aos olhos do pesquisador como “um

⁸ O recorte temporal em torno do triênio 2013 a 2015 foi escolhido por dois motivos: primeiro porque nas dissertações de Santos (2015) e Lima (2015), consultadas pela presente pesquisa acerca do Plano Brasil Sem Miséria, ficou claro que no ano de lançamento do referido Plano, 2011, o Agroamigo não fazia parte das estratégias de inclusão produtiva rural. Segundo, porque identificamos um volume tendencialmente crescente de mutuários do microcrédito entre os anos supracitados, justificando o recorte temporal desse período para o nosso estudo.

claro-escuro de verdade e engano”, que para ser desvendada requisita um comportamento especulativo diante do objeto a fim de ultrapassar o nível da aparência fenomênica e atingir a essência da coisa (KOSIK, 1976, p. 15). Só parcialmente é possível enxergar nos processos sociais a estrutura interna que lhes origina, de modo que os aspectos fenomênicos da realidade que se apresentam na vida cotidiana revelam/escondem os seus verdadeiros significados.

Os programas de microcrédito surgiram, aparentemente, como uma ferramenta internacional de combate à pobreza, sendo incorporados pelos governos nacionais como estratégia de redução das desigualdades sociais e promoção do desenvolvimento econômico. Ideologicamente (no sentido de falsa consciência) propagandeiam-se a eficiência de tais políticas creditícias na suposta superação do pauperismo, colocando-as no patamar de redentora das mazelas sociais no âmbito de um capitalismo humanizado e responsável.

Entretanto, como a existência imediata do fenômeno não condiz com a realidade da coisa em si, é preciso desmistificar a complexidade do fenômeno do microcrédito a partir de uma perspectiva de totalidade, na tentativa de buscar constituir ao máximo no plano ideal as suas múltiplas determinações reais, pois conforme afirma Netto (2011a, p. 45) “[...] o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real”; ou seja, partindo da percepção da realidade como um todo, observa-se que os programas de microcrédito aparecem de forma fetichizada na *práxis* imediata, divorciados de sua estrutura real, autonomizados das raízes históricas que lhe conferem sentido.

Ficam obscurecidas as relações destes programas com as instituições bancárias e com os mercados de créditos e outros derivados financeiros, criados no movimento de mundialização do capital como tentativa de reverter os efeitos depressivos da crise estrutural na década de 1970, que forçou o sistema a buscar na financeirização e no rentismo as estratégias para sustentar a reprodução contemporânea do capital. O espraio dos programas de microcrédito também aparece no cotidiano como fenômeno desconectado dos ajustes neoliberais que impuseram a abertura comercial e financeira dos estados nacionais com a finalidade de criar um espaço de livre mobilidade para o capital. Por fim, seu “protagonismo” surge sem qualquer articulação com o movimento de financeirização e monetarização das políticas sociais com a negação dos direitos de cidadania e a transferência do bem-estar social para o âmbito do mercado.

Assim, os programas de microcrédito (fenômeno) surgem no mundo da aparência como realidade em si mesma, ou seja, independente e sem relação alguma com a

superestrutura da sociedade capitalista. O enfoque histórico-dialético adotado nesta pesquisa é válido justamente porque por meio dele se poderá “[...] analisar as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existirem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa” (TRIVIÑOS, 2009, p. 125), como forma de evitar uma análise fragmentada do objeto.

Fazendo uma analogia com o “exemplo da população” que Marx (1992) utilizou para criticar o método da economia política clássica e demonstrar o seu método – o qual intitulou de “cientificamente correto”, porque permite ao pesquisador ir do abstrato para o concreto –, esta pesquisa se empenhará no esforço teórico, articulado com os objetivos acima propostos, de capturar o movimento real dos programas de microcrédito no interior da reprodução financeira do capitalismo contemporâneo, cujo fundamento é a geração de pobreza proporcional à de riqueza, enfatizando a contradição presente no discurso das políticas públicas neoliberais que tentam “transformar” o próprio capital (sob a forma de crédito) em ‘solução’ contra a pobreza, sobretudo no campo onde novas estratégias têm sido implementadas a fim de redefinir antigas formas de subordinação do trabalho (camponês) ao capital.

Com isso, compreende-se que apesar das políticas de natureza creditícia serem aparentemente o dado mais “concreto” da realidade empírica, elas são meras abstrações se forem desconsideradas as determinações que as compõem, tais como o capital financeiro, o Estado, as políticas sociais, os conflitos de classe e a pobreza, por exemplo. Sem capturar essas mediações, a pesquisa pode revelar apenas uma “representação caótica do todo”. Neste sentido, é preciso realizar o caminho inverso, fazendo um esforço investigativo para que o fenômeno seja carregado “das relações e das dimensões que objetivamente possuem” (NETTO, 2011a, p. 54), surgindo como uma totalidade composta de complexos.

Nessa ótica de análise, as manifestações e impactos do programa de microcrédito Agroamigo, no que se refere à lógica/significado da sua estrutura e funcionamento no município de Arapiraca, foram analisados observando as suas contradições no interior da dinâmica capitalista, e suas relações intrínsecas com o movimento dialético da financeirização de políticas públicas e com a reprodução da pobreza entre as famílias camponesas que recorrem aos empréstimos bancários. Com o respaldo de outras pesquisas relacionadas ao tema das políticas neoliberais de combate à pobreza pela via do mercado, como a de Ramos Filho (2008; 2013), Rodrigues (2012) e Lima (2012), consultadas por este estudo, as quais apontaram na mesma direção e auxiliaram na construção das hipóteses aqui apresentadas, pois

demonstraram que tais políticas são ineficazes no enfrentamento da pobreza e acirram ainda mais a reprodução da desigualdade social.

Sem perder de vista que uma particularidade da atuação dessas políticas no espaço rural é a adoção do discurso de modernização, do acesso à tecnologia e do desenvolvimento econômico para capturar a adesão dos pequenos produtores rurais por meio de programas de inclusão e de crédito que pretendem escamotear o “antigo” camponês para pôr em seu lugar o agricultor familiar, capitalizado e integrado ao mercado. Porém, as estratégias capitalistas, para subordinar o trabalho no campo, não teriam efetividade alguma sem o papel decisivo do Estado na criação de condições favoráveis à reprodução ampliada do capital; neste sentido, os territórios marcados pela pobreza, pela miséria e pela injustiça social são transformados em espaço de valorização capitalista.

Por não ser fruto de pesquisas anteriores, esta investigação demandou a realização de uma espécie de pesquisa exploratória na instituição Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com o intuito de levantar informações preliminares acerca do programa Agroamigo e as especificidades de sua execução do município de Arapiraca, com o fito de melhor auxiliar na preparação da pesquisa como um todo. Assim, destacamos que este é um estudo exploratório porque visa a uma maior familiaridade com a temática proposta (GIL, 2002).

Não obstante, tivemos a pretensão de avançar para a descrição do objeto por meio da apreensão do jogo dialético fundado na contradição inclusão/exclusão que é o cerne das políticas agrárias neoliberais contra a pobreza em curso no campo brasileiro, cujas manifestações se reproduzem tanto no nível global como no local. Esta pesquisa também adotou abordagens qualitativa e quantitativa com vistas a contribuir com o referencial teórico relacionado ao objeto e alcançar uma maior profundidade analítica da realidade social investigada, com ênfase para as opiniões, relações, significados e interpretações que os humanos fazem a respeito do modo como vivem (MINAYO, 2004) e trabalham, sem desconsiderar as determinações históricas, econômicas, políticas e culturais que enredam a vida cotidiana dos indivíduos sociais.

Nesta direção, os caminhos metodológicos para desvendar a essência da realidade social investigada pautaram-se, primeiramente, no acesso bibliográfico da literatura pertinente à reflexão teórica do objeto por meio de consulta a livros, teses, dissertações, artigos e periódicos, com destaque para as contribuições no campo da geografia crítica, da Sociologia, do próprio Serviço Social e da economia política marxiana e as atualizações contemporâneas do pensamento crítico-dialético. Os principais aportes teóricos foram ancorados em autores como Marx (1992; 2014); Chesnais (1996; 2005; 2010); Harvey (2007; 2011; 2013);

Mészáros (2011); Netto (2001; 2007; 2011a; 2011b); Martins (1983); Lustosa (2012); Abramovay (1992); Oliveira (1987; 1991); Behring e Boschetti (2011); Lisboa (2007); Lisboa e Conceição (2007); Ramos Filho (2013); Carvalho (2010); Lima (2012); Sabourin (2009); e Silva (1997; 1998). Na sequência acessamos fontes documentais institucionais do Banco do Nordeste, no que se referem ao funcionamento do programa Agroamigo, incluindo relatórios, manuais e dados referentes à atuação do referido programa nos âmbitos nacional e local; bem como documentos do MDA e MDS⁹ com indicativos de desempenho e características gerais do microcrédito na estrutura do Plano Brasil Sem Miséria. Além disso, realizamos um levantamento estatístico por meio da consulta a bancos de dados, como os do IBGE, o Censo Agropecuário, IPEA e do próprio MDA, que auxiliaram na caracterização da agricultura camponesa, no debate sobre a situação da pobreza e a desigualdade social no Brasil/Nordeste/Alagoas, com destaque para sua ocorrência no meio rural. Outras fontes secundárias também foram consultadas, como materiais jornalísticos, referentes à condução do microcrédito no município de Arapiraca/AL.

Para aproximar as fontes bibliográficas e documentais da realidade histórico-concreta, realizamos no terceiro momento uma pesquisa empírica com indivíduos sociais relacionados ao programa de microcrédito para inclusão produtiva rural em Arapiraca. Os sujeitos da pesquisa envolveram tanto as famílias camponesas tomadoras do empréstimo bancário para incrementar o seu trabalho e sua renda, quanto outras pessoas envolvidas na operacionalização do programa, como o agente de microcrédito e o coordenador do programa na microrregião, que inclui o município *locus* desta pesquisa.

Diante do amplo universo de agricultores arapiraquenses envolvidos em operações de crédito – totalizando em 2015 um montante aproximado de 3.500 mutuários do Agroamigo – e das condições objetivas para a realização da pesquisa de campo, levando-se em consideração as restrições de tempo e recurso para observação e coleta de informações qualitativas, é que o presente estudo adotou alguns critérios para o recorte da amostragem.

⁹Após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff devido ao processo de impeachment, o governo interino de Michel Temer (que se tornou presidente definitivo, porém ilegítimo), reduziu de 32 para 23 o número de ministérios brasileiros por meio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Em meio a essas mudanças, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto e sua pasta foi acumulada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que se transformou no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Para efeitos político-práticos, tal medida representou um retrocesso para as pautas da questão agrária, da redução das desigualdades sociais no campo e da defesa dos direitos e demandas dos agricultores camponeses e movimentos sociais do campo. O MDA, apesar de suas limitações, representava uma conquista para a luta dos trabalhadores rurais e sem terra porque sua criação data do ano de 1999, após a mobilização dos movimentos sociais com apoio da sociedade civil em contestação ao massacre de Eldorado dos Carajás, em abril daquele ano. Por fim, com a extinção desse órgão, o governo mostra certo descaso com as pautas relacionadas aos trabalhadores da agricultura camponesa no Brasil.

Como o foco de investigação acerca do programa de microcrédito é a sua atuação dentro do PBSM como uma estratégia de inclusão produtiva de combate à pobreza no campo, o critério inicialmente adotado para compor a amostra foi a focalização nos usuários do Agroamigo que fossem beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), ou do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Não obstante, a realização prévia da entrevista com o agente de microcrédito foi crucial para a redefinição deste critério, devido à informação de que o Banco do Nordeste não possuía em seus dados cadastrais nenhum registro referente ao acesso conjunto a ambas as políticas pelo usuário do Agroamigo¹⁰, fato que sinaliza o caráter fragmentário das políticas e programas voltados para o combate da pobreza rural e reforça, parcialmente, a tese da financeirização. Com isso, optou-se por localizar os sujeitos da pesquisa em comunidades rurais que contêm o maior número de camponeses usuários do microcrédito e são de fácil acesso, priorizando localidades como os povoados Batingas, Pau D'Arco, Laranjal e Sapucaia.

A pesquisa utilizou uma amostra intencional não probabilística que, segundo Marsíglia (2007, p. 391), é adequada quando se pretende “[...] obter a opinião ou conhecer a situação de determinadas pessoas ou serviços, por sua especificidade e não representatividade do universo”. Assim, a seleção dos informantes nas comunidades rurais levou em consideração a situação dos camponeses em relação ao banco, de maneira que a amostra foi composta por dois grupos: aqueles agricultores que estão em situação de adimplemento e os que interromperam o financiamento e estão em débito com banco (inadimplentes). Durante a realização das entrevistas, foram contemplados agricultores que estão incluídos em ambas as linhas de crédito, ou seja, clientes do Agroamigo Crescer e do Agroamigo Mais, a fim de subsidiar uma análise comparativa na interpretação dos dados coletados quanto à “superação” da pobreza¹¹.

O número de pessoas entrevistadas relacionou-se com a qualidade, aprofundamento e coerência das informações obtidas, bem como às divergências e contradições capturadas nos depoimentos. Ao todo foram realizadas 15 entrevistas na pesquisa de campo, sendo 13 com os

¹⁰ Posteriormente, ao longo da pesquisa, o banco forneceu dados sobre o quantitativo de clientes do Agroamigo que também eram usuários do programa de transferência de renda Bolsa Família em Arapiraca/AL, conforme abordaremos no 3º capítulo. Contudo, não existem informações sobre o acesso conjunto ao programa de microcrédito e ao Programa de Fomento à Atividade Produtiva Rural no município, os quais integram o arranjo de políticas voltadas para a inclusão produtiva dos trabalhadores rurais nos territórios da pobreza e, por isso, deveriam atuar conjuntamente.

¹¹ É importante esclarecer que o mesmo cliente não pode acessar simultaneamente o financiamento produtivo pelas duas linhas de crédito (Mais e Crescer), visto que a sua DAP já determina os valores máximos de empréstimos que cada grupo pode retirar.

agricultores mutuários do Agroamigo em Arapiraca/AL e as outras duas com o gestor e agente de microcrédito. Os agricultores entrevistados foram cuidadosamente selecionados, obedecendo a todos os critérios de composição de amostra. Logo, os sujeitos a quem esta pesquisa se dirigiu foram alvos diretos e centrais para entender o movimento contraditório do Agroamigo em Arapiraca. Além destes, outros sujeitos fizeram parte secundariamente da pesquisa, prestando importantes esclarecimentos e informações, o que ampliou a base de dados da presente dissertação, possibilitando a construção de uma análise confiável e segura acerca da dinâmica do objeto investigado.

Conforme sinalizamos, o instrumental técnico utilizado para a obtenção dos dados qualitativos foi a aplicação de entrevista semiestruturada, pois ela permite tanto a captação de informações objetivas, referente à vida cotidiana dos sujeitos investigados, quanto aquelas de maior profundidade, como as suas opiniões e atitudes, tendo em vista que a fala dos entrevistados revela as condições estruturais, históricas e culturais de um determinado grupo social (MINAYO, 2004). Foram preparados dois roteiros de entrevista semiestruturada contendo questões abertas e fechadas, as quais foram aplicadas: a) com o coordenador do programa e agente de microcrédito; e b) com as famílias camponesas usuárias do microcrédito.

A entrevista com os operadores do microcrédito (coordenador e agente) propiciou a reflexão sobre as especificidades do programa, o perfil dos usuários e o sistema de financiamento, que permitiu visualizar a relação entre Estado (fundo público) e mercado na viabilização de políticas públicas de cunho financeiro. O roteiro mesclou questões fechadas e abertas, sendo que as fechadas focalizaram os dados referentes ao funcionamento do microcrédito em Arapiraca, e as abertas foram direcionadas à avaliação do programa, contemplando a percepção dos seus gestores/executores enquanto “falas institucionais” sobre o potencial do Agroamigo na promoção da superação da pobreza rural.

Com os usuários do microcrédito, a entrevista semiestruturada buscou explorar as condições de vida, trabalho e renda dos camponeses, focalizando a atenção em um conjunto de elementos que permitiram a reflexão acerca das políticas públicas de incentivo ao crédito produtivo e seus rebatimentos nas unidades camponesas, no que diz respeito à reprodução da pobreza mediatizada pelo acesso ao mundo da financeirização. O roteiro buscou privilegiar as falas dos agricultores com vistas a capturar a experiência real desses no trabalho com a terra, priorizando informações sobre o cotidiano, suas lutas e desafios no enfrentamento da pobreza, acesso à política de microcrédito, o endividamento e avaliação do programa de inclusão produtiva – Agroamigo. Outros dados mais objetivos como a posse da terra, a lavoura

cultivada, etc. foram coletados por meio de questões fechadas. No momento das transcrições, optamos pela originalidade etnográfica das falas regionais porque entendemos que o modo como os depoentes expressam a sua opinião é rica e importante para a construção das análises e não deve ser substituída pelas palavras do pesquisador.

Na fase de apreciação do material coletado, fizemos o esforço de interpretar/analisar as informações extraídas do campo empírico a partir das suas conexões, similitudes e contradições, tentando articulá-las ao referencial teórico que serve de fundamento para esta pesquisa e às fontes documentais consultadas ao longo do processo de investigação, numa perspectiva de totalidade que visa produzir o conhecimento por meio da mediação entre a teoria e a realidade concreta, e permite a crítica do fenômeno social estudado.

Tendo percorrido sobre a realidade agrária das populações brasileira e alagoana que vivem em situação de pauperismo, e traçado os caminhos metodológicos, os quais a presente pesquisa buscou trilhar para desvendar o seu objeto, passa-se agora para a análise dos fundamentos da sociedade capitalista, transitando para o período da mundialização do capital sob a hegemonia da financeirização e a inflexão dos governos petistas às políticas neoliberais.

CAPÍTULO II:

POLÍTICAS PÚBLICAS SOB O VIÉS DA FINANCEIRIZAÇÃO: EMBATES E TENSÕES NO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O real não está na saída e nem na chegada: ele
se dispõe para a gente é no meio da travessia.

Guimarães Rosa*

O propósito deste capítulo é situar no debate crítico a essência dos programas de microcrédito como instrumentos da financeirização, enfatizando a contradição presente no discurso das políticas públicas neoliberais que tentam “transformar” o próprio capital (sob a forma de microcrédito) em solução para combater a pobreza. Para isso, foi necessário resgatar os fundamentos histórico-estruturais do modo de produção capitalista, destacando o processo de acumulação primitiva e as tendências atuais da economia política mundial do grande capital, bem como apontamos a contradição inerente ao capitalismo e à sua dinâmica de produção simultânea de riqueza e pobreza. Também evidenciamos as determinações contemporâneas do capital sob o comando da financeirização e a proposta dos programas de microcrédito como mais uma estratégia de valorização e revigoração sob a diretriz da nova lei da acumulação.

Entre outros aspectos, sublinhamos no decorrer deste debate elementos analíticos que particularizam as tendências das políticas públicas na gestão do governo petista frente aos arranjos de políticas públicas dirigidas para o enfrentamento da pobreza no meio rural. Neste espaço de discussão, focalizaremos os determinantes da atual conjuntura econômica e política redesenhada sob o prisma da participação, arranjos de políticas no território para a cidadania e o acesso ao crédito.

2.1. As bases teóricas da financeirização: uma análise dos fundamentos histórico-estruturais do capitalismo

A mundialização do capital deve ser compreendida como uma das estratégias do capitalismo contemporâneo para se apropriar da riqueza socialmente produzida em um contexto de crise estrutural a partir dos anos de 1970. A novidade desse processo de

* ROSA, G. Grande sertão: veredas. In: *João Guimarães Rosa*. Ficção completa em dois volumes, v. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 46.

internacionalização da economia é que ele consiste num elemento determinante para o aparecimento de novas formas de acumulação e valorização do capital, principalmente pela via da financeirização e do rentismo. No plano da realidade objetiva, novos fenômenos sociais surgem, como os programas de microcrédito, a revalorização do pequeno produtor familiar, a flexibilização do trabalho, os mercados de terras, de câmbio, de obrigações e outros tantos produtos comerciais e financeiros que não são realidades estanques, mas faces de um mesmo processo global de acumulação.

A despeito da centralidade da financeirização na racionalidade contemporânea do capitalismo, convém ressaltar que o campo da especulação e do capital fictício é estéril e nada cria a não ser pela mediação do trabalho e da extração do mais valor, que é a fonte inesgotável dos lucros das classes dominantes. Assim sendo, o protagonismo da esfera financeira, que passa a comandar o processo de acumulação na contemporaneidade, não descarta a atuação decisiva do Estado com a desregulamentação dos mercados nacionais, a implantação de medidas liberalizantes e a redução das políticas públicas, que passam a ser executadas pelo mercado como mediador da questão social no campo e na cidade. Na realidade brasileira, as formas de regulação da vida social passaram por uma reconfiguração, sobretudo a partir dos anos de 1990, com a adoção de políticas neoliberais, inclusive agrárias, de viés compensatório, focalizadas no combate à pobreza e com a intermediação do mercado.

Deste modo, os esforços teóricos de pensar as políticas agrárias de combate à pobreza no contexto da financeirização não devem perder de vista que esse estágio do capitalismo atingiu o mais alto grau de alienação desde o seu surgimento e que as novas formas de valorização do capital e subordinação do trabalho, por intermédio dos bancos e dos sistemas de crédito, não são processos que fogem à lei da acumulação capitalista, mas, sim, que radicalizam exponencialmente a sua contradição em nível global, agravando a produção da pobreza e a centralização da riqueza. Como consequência disso, o movimento do capital no bojo das finanças reatualiza as suas formas de acumulação, refuncionalizando relações de trabalho tradicionais que ganham um papel importante na nova dinâmica de valorização, tornando uma necessidade confrontar as particularidades da acumulação primitiva com os novos processos da financeirização.

Sobre a fase inicial do capitalismo, é preciso ressaltar que as transformações e processualidades que criaram as condições objetivas para a extração de mais-valia e acumulação de capital não são fenômenos naturais e inerentes ao desenvolvimento da humanidade. Tais processos foram se constituindo historicamente a partir do último terço do século XV e na transição para o XVI, por meio de uma espécie de concentração de riquezas

que foi anterior ao modo capitalista propriamente dito, e que lhe serviu de ponto de partida. É a chamada acumulação primitiva de capital, que Marx, ironicamente, “chamou de pecado original da economia”, por meio da qual “[...] uma grande massa é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo” (MARX, 2014, p. 835).

Essa fase originária da acumulação consiste na transformação dos meios de produção e de subsistência em capital por meio da expropriação camponesa dos seus lotes de terra. Uma vez separados dos meios de trabalho, os produtores diretos foram paulatinamente convertidos em trabalhadores assalariados, pois passaram de pequenos proprietários autônomos a donos apenas de si mesmos e de sua força de trabalho. Simplificando o entendimento, ressalta-se que “a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 2014, p. 836).

De acordo com as instituições feudais, os camponeses dispunham de um lote individual de terras, mas também poderiam desfrutar de áreas comunais como bosques e florestas, as quais funcionavam como pastagens de animais particulares, tanto de servos quanto dos seus senhores (OLIVEIRA, 1987). No século XV, a grande maioria dos camponeses já havia rompido com a servidão e tinha se tornado uma massa de pequenos proprietários autônomos. Contudo, passaram a ser enxotados de suas terras pelos senhores feudais e também viram seus direitos de copropriedade das áreas comuns serem abolidos por meio dos cercamentos, cujo objetivo era substituir as áreas de plantações agrícolas por pastagens de ovelhas devido ao aumento substancial do preço da lã.

Esse processo também foi endossado pelo confisco dos bens da igreja católica durante a Reforma Protestante, cujo resultado foi a expulsão de uma massa de vulneráveis que viviam em terras eclesiais e passaram a engrossar as fileiras do proletariado. Associado a isso, pode-se ainda mencionar o roubo das terras do Estado que foram anexadas indevidamente a grandes propriedades, vendidas ou mesmo presenteadas, tornando possível o surgimento das grandes fazendas capitalistas no século XVIII. Para completar o ciclo de usurpação das terras camponesas, realizou-se uma espécie de limpeza das propriedades, que se configurou como uma varredura da presença humana dos antigos campos da lavoura inglesa. Tal limpeza consistiu na demolição das moradias, ou mesmo de vilas inteiras “[...] de modo que os trabalhadores agrícolas não encontram mais na terra que lavram o espaço necessário para a sua própria habitação” (MARX, 2014, p. 850). A articulação desses fatores que culminaram

na expulsão camponesa de suas terras foi chamada por Marx de “métodos idílicos” de acumulação primitiva.

Deste modo, o processo de expropriação dos camponeses criou o monopólio da terra por uma classe de proprietários que historicamente se arrogou o direito de usufruir desse bem natural em detrimento da grande massa da população. Com a concentração fundiária, a agricultura foi reorientada para abastecer as demandas da recente indústria têxtil. Subordinava-se, assim, a agricultura sob a determinação do capital a partir da figura emergente do grande arrendatário livre, que empregava trabalho assalariado como forma de expandir seu capital, e entregava ao proprietário a renda capitalizada da terra (MARX, 2014, p. 864). É importante ressaltar que, ao longo desse processo, o capitalismo metamorfoseou as antigas rendas feudais: a renda em trabalho, em produto e em dinheiro, em renda capitalizada da terra, dando-lhe um equivalente econômico que passou a intermediar o uso da terra mediante o pagamento de um tributo ao proprietário fundiário (OLIVEIRA, 1987). Como resultado dessa dinâmica, o montante de camponeses e pequenos arrendatários espoliados pelo avanço das relações capitalistas em formação originou uma massa de proletários rurais e urbanos que dava às nascentes indústrias os braços de que necessitavam. Seu meio de produção, a terra, se tornou capital, e o que lhe restou foi apenas a sua força de trabalho.

Conforme aponta Marx (2014), a formação do capital foi mediatizada pelo empobrecimento e exploração popular como mecanismo de concentração das riquezas nas mãos das classes dominantes. A esse processo pode-se somar outros dois fatores de difusão da acumulação primitiva: o capitalismo comercial, por meio do sistema colonial, da escravização e da pilhagem das riquezas e produtos lucrativos explorados fora da Europa; e o capital usurário.

Sobre esse último tipo de capital, que emergiu como uma invenção medieval e se metamorfoseou em elemento determinante para a acumulação capitalista no contexto recente da mundialização, é preciso ressaltar que ele foi e ainda continua sendo um dos principais mecanismos de centralização de capitais. Naquela conjuntura de desenvolvimento infante do capitalismo, a dívida pública deu origem ao sistema internacional de crédito e foi utilizado para sugar capital dos países devedores. A Holanda, que no século XVIII havia perdido a hegemonia na indústria e no comércio, passou a emprestar grandes volumes de capital para a Inglaterra, que era a sua maior concorrente, dando início a esse tipo de transação econômica.

A particularidade extemporânea desse sistema de crédito, que ainda hoje se aplica no auge da financeirização e do rentismo, é a suposta capacidade criativa do dinheiro em formar capital sem a mediação da produção, o que iremos explorar mais intensamente nos tópicos

seguintes. Esse tipo de relação financeira fez florescer o comércio de títulos, a especulação nas bolsas, a agiotagem e a moderna bancocracia. Contudo, Marx adverte que os credores nada emprestam, pois o montante de dinheiro que concedem ao Estado é logo transformado em capital fictício, sob a forma de títulos públicos, que são facilmente renegociáveis e bastante lucrativos. Assim sendo, o autor supracitado já adverte que “a dívida pública criou uma classe de capitalistas ociosos, enriqueceu, de improviso, os agentes financeiros que servem de intermediários entre o governo e a nação” (MARX, 2014, p. 876).

O que importa ressaltar neste momento é que a financeirização não é um fenômeno próprio da mundialização, mas um mecanismo que acompanhou o desenvolvimento do capitalismo desde seu surgimento e se intensificou a partir dos anos 1970 do século XX, devido às necessidades de retomada dos ciclos ascendentes de acumulação. E que apesar de o capitalismo ter atingido um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, ele mantém formas de produção pré-capitalistas ou anticapitalistas totalmente articuladas à reprodução ampliada do capital, como é o caso do trabalho familiar. Ou seja, uma das facetas da sociedade globalizada é a sua capacidade de extrair um valor excedente, uma “renda onde ela aparentemente não existe” (MARTINS, 1983, p. 175). O elemento novo trazido no bojo da internacionalização da economia é a capacidade de o capital atingir e incorporar um contingente populacional que antes era ignorado pelo sistema financeiro e que passou a movimentar os mercados de ação e de crédito. Ainda assim, embora uma camada crescente de trabalhadores tenha se tornado operadora do mercado financeiro, este ainda continua sendo “coisa desconhecida” para a grande massa de trabalhadores, mesmo em uma economia mundializada.

Com isso, pode-se dizer que no contexto de reestruturação do capital, sob a égide da financeirização, é comum a utilização de instrumentos de acumulação primitiva para alimentar a reprodução ampliada do capital, pois, contraditoriamente, por exemplo, ao mesmo tempo em que avança a proletarização no campo, persiste a existência do trabalho familiar. Fernandes (2005) confirma essa dinâmica do capital na particularidade brasileira, na qual se promove um rearranjo entre antigas estruturas produtivas adequadas para acumulação originária e outras predominantemente modernas de acumulação. Destarte, ao lado do trabalho assalariado mantêm-se relações arcaicas totalmente articuladas à reprodução capitalista, como a agricultura familiar, a peonagem, o regime de parceria e a informalidade, submetidas ao jugo da renda da terra e do capital financeiro, comercial e industrial (IAMAMOTO, 2012). Sobre essa questão, Oliveira (1991, p.20) é elucidativo na afirmação de que

[...] o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas.

Embora o ponto de partida do capitalismo seja a separação entre o trabalhador e os seus meios de produção, no atual estágio de acumulação, comandado pela financeirização, volta-se, em certa medida, a juntar os fatores objetivos (meios de produção) e os subjetivos (trabalhador) do processo produtivo, para ampliar os nichos e esferas de valorização do capital por meio não só de relações diretas de subordinação do trabalho ao capital, mas também da subsunção indireta.

Para exemplificar esse processo, destaca-se o trabalho camponês metamorfoseado em agricultura familiar capitalizada e integrada ao mercado, na qual apesar do agricultor manter a propriedade da terra, dos instrumentos de trabalho e do produto agrícola final, as suas relações de dependência com o mercado o transformam num trabalhador indireto para o capital, fazendo com que ele, aparentemente autônomo, pague a renda capitalizada da terra. O reflorescimento do trabalho de base familiar não acontece somente no campo, mas também nas cidades, principalmente por meio de antigos arranjos produtivos como a indústria doméstica e o trabalho artesanal, os quais ganham força no bojo da reestruturação produtiva permeada por contratos de terceirização. As famílias assumem o risco de produzir tantas peças por dia, dividindo o trabalho entre todos os seus membros, inclusive as crianças, e estendendo a jornada de trabalho sem que o capital tenha nenhum custo com isso. A produtividade é quem determina o valor recebido como pagamento, tendo em vista que o trabalho é remunerado por peça ou por tarefa. Assim sendo, mesmo que todo o trabalho necessário para a produção de roupas, calçados, e outros tantos produtos de grandes multinacionais tenha sido operacionalizado fora do espaço das fábricas, esse tipo de exploração é bastante lucrativo para o capital porque o desonera dos encargos para a reprodução da força de trabalho.

Com isso, a hegemonia econômico-financeira da mundialização não entra em contradição com os fundamentos do capitalismo, mas abre precedentes para o surgimento de novas formas de valorização do capital-dinheiro, como os programas de microcrédito, em meio ao refluxo da atividade industrial, colocando em evidência outros determinantes da exploração capitalista e agravando sobremaneira o grau de centralização/monopolização das

riquezas socialmente produzidas em diversas modalidades de relações de trabalho, por um lado, e, por outro, radicalizando ao extremo os níveis de pobreza mundial devido à ampliação do exército industrial de reserva.

Feitas essas breves considerações acerca dos processos sociais que serviram de base para o desenvolvimento capitalista, e tendo indicado a permanência de certas estruturas originárias de produção no interior da dinâmica de acumulação no estágio financeiro que serão facilmente aproveitadas pelos sistemas de crédito, passa-se a analisar a lei geral da acumulação capitalista para dar base à crítica que fizemos às políticas neoliberais no intuito de combater o pauperismo por meio do próprio capital, na tentativa de conciliar o que supostamente acreditamos ser inconciliável.

2.1.1. A primazia do trabalho (mais valor) frente à autonomia da esfera financeira e a indissociabilidade entre capitalismo e pobreza

Para compreender os efeitos da mundialização no processo de valorização do capital e o agravamento da pobreza com a implantação dos ajustes estruturais é necessário extrapolar a aparência imediata da realidade e recorrer ao exame dos seus fundamentos, ou seja, da lei que rege a dinâmica de acumulação capitalista. Pois independentemente da complexificação que a sociedade burguesa tenha atingido com a financeirização, que passou a comandar as relações econômicas, sociais, políticas e culturais na contemporaneidade entre os diversos povos e nações, não se pode perder de vista que a especificidade do capitalismo, em qualquer um dos seus estágios de desenvolvimento, é a sua qualidade de sistema produtor de mais-valia. Essa é a única fonte de riqueza, por isso o que interessa ao capitalista industrial, agrário, comercial ou financeiro é a apropriação de um valor sempre maior do que aquele investido originalmente (NETTO; BRAZ, 2012), pela extração direta do sobretrabalho ou pelo direito de posse a uma parcela deste sob a forma de juros, lucros ou renda terra.

Sendo assim, é importante ressaltar que a mais-valia expressa um valor excedente de produção extraído do trabalhador na esfera produtiva que vai se configurar sob a forma de trabalho não pago, apropriado pelo capitalista que contratou a força de trabalho por uma determinada quantidade de horas diárias. O mais valor não está contido no salário, pois este paga apenas uma fração parcial do total de trabalho desprendido pelo trabalhador, sendo o equivalente ao necessário apenas para a sua reprodução em condições de ser novamente explorado. Em vista disso, evidencia-se que somente se gera riquezas no processo de trabalho por meio da produção de excedentes, isto é, trabalho não pago, negando a aparente autonomia

que a esfera das finanças adquiriu com a internacionalização do capital na década de 1970. De acordo com Marx (2014, p. 729-730),

O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com trabalho não pago, uma fonte de capital adicional.

Com o avanço das forças produtivas, que inclui a tecnologia e mais recentemente os investimentos em capital humano, a demanda por força de trabalho declina, modificando a composição orgânica do capital, que se divide em uma parte constante (meios de produção) e outra variável (trabalho). A ampliação do processo produtivo ao longo do desenvolvimento capitalista gerou uma diferenciação na relação entre esses dois fatores de produção, pois ao converter mais-valia em capital e vice-versa o burguês direciona um volume maior de investimentos na parte constante com a aquisição elevada de instrumentos de trabalho como máquinas, equipamentos, instalações e insumos. Com isso, decresceu a demanda pelo capital variável, e como consequência observou-se o aumento da exploração da força de trabalho ativa, o que culminou no crescimento do exército industrial de reserva, no rebaixamento salarial, na precarização das relações, nas condições de trabalho e flexibilização dos direitos trabalhistas, resultando, portanto, na insegurança do trabalhador e da sua classe.

Deste modo, podemos afirmar que a “sorte” da classe trabalhadora vai ser ainda pior no atual contexto, o qual Harvey (2007) chamou de *acumulação flexível*, devido à implantação de novos métodos de gestão da produção como o sistema Toyota, a introdução de tecnologias microeletrônicas, a invenção da robótica e da automação, que substituem vários trabalhadores por uma única máquina, condenando ao desemprego estrutural e à miséria um contingente massivo de trabalhadores.

Essa transformação na composição orgânica do capital está totalmente articulada com a elevação do grau de produtividade do trabalho social, pois existe uma relação dialética entre o avanço do progresso técnico e a redução da força de trabalho no processo produtivo capitalista. Essa capacidade de transformar uma quantidade maior de meios de produção em produto final, gastando o mesmo tempo e o mesmo dispêndio da força de trabalho com o aporte da tecnologia (MARX, 2014), tem a ver com os processos de concentração e centralização do capital. Esses se diferenciam por ser o primeiro caracterizado pelo simples acúmulo de riquezas nas mãos de capitalistas individuais sob a forma de meios de produção e

controle sobre o trabalho. Já a centralização nada mais é do que a repartição desigual dos capitais existentes entre poucos grandes burgueses por meio das fusões, cartéis, trustes e a formação de *holdings* (NETTO; BRAZ, 2012), que fomentaram a organização dos grandes monopólios industriais e financeiros.

Esses dois processos da acumulação capitalista se acirram na mundialização financeira e culminam numa inevitável centralização das decisões políticas, devido à formação de uma nova elite que subordina a autonomia e a soberania dos territórios nacionais em proveito dos seus interesses, de modo que “[...] os grupos monopolistas (ancorados em organizações que se tornaram *corporações megaempresariais*) desenvolveram interações novas, nas quais a concorrência e a parceria encontram mecanismos de articulação que lhes asseguram *um poder decisório especial*” (NETTO, 2007, p. 157, grifos do autor). Nesse ínterim, as novas oligarquias tomam decisões unilaterais que afetam a vida de milhares de pessoas e agravam seu quadro de pobreza, evidenciando a face antidemocrática da hegemonia financeira.

Voltando aos preceitos da lei geral, observa-se que da contradição entre capital constante e variável ocorre um decréscimo de demanda por força de trabalho que cria uma falsa consciência de que houve um crescimento absoluto da classe trabalhadora, seja por meio dos nascimentos ou aumento da longevidade, em proporção muito maior do que o capital tem condições de absorver. Mas, na verdade, essa é a condição *sine qua non* à reprodução ampliada do capital: criar uma *massa relativa de população excedente*, ou seja, uma massa crescente de trabalhadores aptos para o trabalho, mas forçada à ociosidade (MARX, 2014).

Essa população supérflua subdivide-se nos segmentos *flutuantes*, que são constantemente absorvidos e repelidos pelos polos industriais; a superpopulação *latente*, que se forma no campo devido à apropriação da agricultura pelo capitalismo, o que causa a diminuição de demanda por força de trabalho e acarreta na expulsão de uma massa constante de trabalhadores para a cidade. Evidencia-se, também, uma parcela de população *estagnada* de trabalhadores ativos ocupados em trabalhos irregulares, precarizados e mal remunerados. Por fim, cresce o *pauperismo*, que é composto tanto por contingentes aptos para o trabalho, mas desempregados, quanto por órfãos, crianças e indigentes. Além dos incapacitados como os doentes e vítimas de acidentes de trabalho (IAMAMOTO, 2012).

A existência do *exército industrial de reserva* é funcional ao capital, à medida que impulsiona a concorrência entre os trabalhadores e permite aos capitalistas pressionarem para baixo o salário da parcela ocupada da população devido às pressões da parte excedente, submetendo-a a elevação da taxa de exploração do trabalho. Essa população sobrando, também é passível de ser mobilizada para qualquer setor da economia onde o capital esteja se

expandindo de modo a dispor de força de trabalho, ainda que para isso seja necessário seu deslocamento geográfico, a exemplo das migrações.

Resulta dessa dinâmica inerente ao capitalismo a sua contradição fundamental e mais importante: *produzir riqueza sob a forma de capital na mesma razão exponencial que produz pobreza, miséria*. É essa a lei geral que rege a acumulação de capital que está na raiz da questão social e da pobreza, e expressa as desigualdades sociais e regionais entre os diversos povos, e, com efeito, radicaliza-se na era do capital *fetich*, devido às suas estratégias de tirar vantagens do desenvolvimento desigual e combinado entre os países cênicos e periféricos, penalizando estes últimos, que já são particularizados pela dominação e espoliação como resultado dos seus processos de formação histórico-econômica, mediante a colonização estrangeira. Em uma definição mais recente da questão social, Iamamoto (2012, p. 160) afirma que ela reflete as “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”.

Pretendemos evidenciar dois pontos a partir desta discussão: o primeiro é a natureza do capitalismo, para não ludibriar o leitor desavisado quanto à aparente autonomia da esfera financeira no processo de mundialização. Tendo em vista que, no plano da imediatividade do real, a especulação financeira e o rentismo aparecem como esferas independentes da produção de riquezas *stricto sensu*. Essa falsa aparência obscurece a relação da financeirização com a exploração do trabalho social na produção do mais valor, que é a pedra de toque do capitalismo, sem a qual não existe possibilidade de lucro nem no âmbito da produção, nem da especulação. Destarte, “o capital-dinheiro aparece, na sua superfície, numa relação consigo mesmo, como fonte independente de criação de valor, à margem do processo de produção, apagando o seu caráter antagônico frente ao trabalho” (IAMAMOTO, 2012, p. 93). Assim, a fetichização que envolve a financeirização é desfeita ao compreendermos que só existe produção de riqueza por meio da extração de mais-valia e isso só acontece por meio do trabalho e não por meio da especulação.

O segundo ponto a ser destacado é a contradição da lei geral de acumulação como sendo o fundamento da pobreza, num confronto direto com as concepções neoliberais que a entendem como resultado de privações das necessidades básicas. Amartya Sen, mentor intelectual do Banco Mundial e, por conseguinte, das políticas contemporâneas de combate à pobreza, a compreende como consequência da limitação de renda, mas não só, a pobreza também seria fruto da privação de capacidades básicas, ou seja, de bens e serviços sociais.

Para o autor, de acordo com Siqueira (2011, p. 177), “[...] o analfabetismo, a doença, a miséria, a falta de acesso ao crédito, a falta de acesso aos serviços públicos e a exclusão da participação social e política, assim como outras, revelam-se como ‘privações das capacidades’ que impedem a superação da pobreza”. Ora, essas privações de capacidades são consequências e não causas da pobreza, fazendo com que essa concepção adotada pelos organismos multilaterais se limite a uma definição controversa e aparente do fenômeno. Sua raiz estrutural é parte constitutiva da ordem burguesa.

Deste modo, as transformações provocadas pela internacionalização da economia não criaram um novo tipo de pobreza, mas, ao contrário, reatualizaram novas expressões da velha questão social que resultam da contradição própria entre capital e trabalho, na qual a indigência e a miséria de uma massa crescente de trabalhadores são partes inerentes e inelimináveis, conforme ficou demonstrado.

Ao contrário do que sustentam alguns ideólogos, não estamos diante de uma “nova” *questão social* – entendo que estamos confrontados com *novas expressões* da *questão social*. A “velha” *questão social*, conotada com o pauperismo, não foi equacionada e, menos ainda, resolvida. E, de fato, temos *novas problemáticas*, seja pela magnitude que adquiriram situações que antes não eram socialmente reconhecidas como significativas (violência urbana, migrações involuntárias, conflitos étnicos e culturais, opressão/exploração nas relações de gênero etc.), seja pela refuncionalização de velhas práticas sociais agora submetidas à lógica contemporânea da acumulação e da valorização (o trabalho escravo e semi-escravo, o tráfico humano, a prostituição, o “turismo sexual” etc.), seja, enfim, pela emergência de fenômenos que, novos, vinculam-se aos *porões da globalização* (NETTO, 2007, p. 156, grifos do autor).

Assim, as novas configurações da pobreza decorrem da nova racionalidade do capitalismo contemporâneo, capitaneado pela financeirização, pelo rentismo e por uma lógica destrutiva de acumulação desenfreada. Para dar conta de compreender a complexidade dessa nova fase monopolista, passamos a analisar o processo de mundialização financeira como estratégia de superação da sua crise estrutural.

2.1.2. A crise contemporânea do capital e a hegemonia da financeirização: breves considerações

Durante quase 30 anos, nos países cênicos, tanto o capital quanto o trabalho viveram uma fase de grande prosperidade e estabilidade, criando a falsa aparência de que era possível disciplinar o capitalismo, por meio da conciliação entre desenvolvimento econômico e justiça social. No intervalo que vai do imediato pós-Segunda Guerra Mundial e se estendendo até a

década de 1970, o imperialismo viveu o estágio conhecido como Anos Dourados, que se caracterizou como um período de grande crescimento econômico com redução das crises cíclicas e de seus efeitos devido à intervenção regulacionista do Estado (NETTO; BRAZ, 2012). Isso foi possível devido a um pacto entre as classes sociais com concessões de direitos para os trabalhadores e o abandono dos seus ideais revolucionários. O que permitiu a expansão da produção fordista no interior de uma onda longa expansiva de acumulação de capital com a arregimentação dos incentivos estatais para a economia, com a garantia institucional de legislações protetoras, políticas de pleno emprego e atendimento da questão social por meio de políticas sociais.

Aparentemente o capitalismo monopolista havia atingido o seu mais alto grau de civilização, e as suas contradições – no que concernem à pobreza absoluta – teriam sido superadas, numa fase de plena explosão do consumo, que significou uma importante melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora, associada ao sistema de proteção social do *Welfare State*, que concentrava um conjunto de políticas voltadas para a saúde, educação, seguros sociais e assistencial. Já nos países de capitalismo periférico, como o Brasil, as políticas de superação do subdesenvolvimento se mostravam como as redentoras das causas históricas do atraso econômico via processo de industrialização, que tiveram o fito de apagar a raízes agrárias brasileiras e substituir o modelo de exploração agrário-exportador pelo urbano-industrial.

A atuação do Estado como “agente externo” foi crucial para a expansão da acumulação capitalista nos anos gloriosos, nos quais tinha o papel de garantir o equilíbrio macroeconômico por meio de um conjunto articulado de políticas fiscais, creditícias, tributárias e sociais. Essas políticas deveriam funcionar como medidas anticíclicas que ajudariam a prevenir situações de recessão e amortecer as crises por meio da constituição de fundos de socorro ao capital, mas também pela redução da desigualdade social com a oferta de serviços públicos e uma boa perspectiva de empregabilidade como forma de estancar a sangria das contradições capitalistas. Para Behring e Boschetti (2011, p. 71), é importante ressaltar

[...] a sustentação pública de um conjunto de medidas anticrises ou anticíclicas, tendo em vista amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital. Mandel sinaliza que tais medidas, nas quais se incluem as políticas sociais, objetivam amortecer a crise. Com elas poderia existir algum controle sobre os ciclos econômicos.

Esses mecanismos de controle conseguiram domesticar a incontrollabilidade do capital por um tempo. Contudo, o crescimento ascendente dos anos gloriosos reproduziu a lógica contraditória da acumulação capitalista com a elevação da composição orgânica do capital, conforme demonstramos acima, e a consequente redução da demanda por força de trabalho, o que entrou em oposição com a situação de pleno emprego do *Welfare State*, pois “à medida que esse processo foi avançando, numa dura luta entre capital e trabalho, houve um intenso ressurgimento do exército industrial de reserva, configurando não um desemprego eventual, mas um desemprego estrutural” (BERING; BOSCHETTI, 2011). Também no âmbito dos vetores políticos, a forte organização do trabalho, representada por poderosos sindicatos proletários, impediam o aumento da taxa de extração de mais-valia, o que se tornou prejudicial à acumulação.

Fatores econômicos também contribuíram para desencadear a crise estrutural dos anos de 1970. Sobre isso, Harvey (2007) defende que já na década de 1960 a acumulação fordista começa a demonstrar sinais de desgaste devido a uma série de vetores como: a queda da produtividade e da lucratividade, e o aumento da inflação na principal potência econômica, os Estados Unidos; a recuperação dos danos da guerra em países como Alemanha e Japão, que sentiram a necessidade de expandir a comercialização dos seus excedentes devido à saturação dos respectivos mercados internos; e, por fim, a industrialização fordista do Terceiro Mundo, devido ao primeiro movimento de expansão das multinacionais, que criaram estruturas competitivas em territórios que desconheciam os limites impostos pelas legislações trabalhistas. Esses processos alavancaram a concorrência internacional entre os monopólios imperialistas e ameaçaram a hegemonia norte-americana, que logo foi recuperada. De acordo com Harvey (2007, p. 135), ficava evidente que o fordismo não era mais capaz de conter as contradições do capitalismo e impedir a eclosão da crise; o autor expõe da seguinte forma o problema:

Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistema de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor monopolista). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora [...]. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob a pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões de base fiscal para gastos públicos.

Com esses determinantes postos no plano da realidade, a contradição capitalista se exacerba nos anos de 1970, culminando no desencadear de uma crise estrutural¹² de superacumulação, superprodução e subconsumo, que mergulhou o sistema em uma profunda recessão e jogou para baixo as taxas de lucro dos grandes monopólios, tornando pífios os índices de crescimento econômico das potências mundiais. No plano estrutural da economia política, o que justificou a eclosão da crise foi o esgotamento da onda longa expansiva, de modo que “[...] os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensivos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas de superprodução” (MANDEL, 1985, p. 85). Com efeito, teve início uma onda longa depressiva, “[...] em que prevalece uma tendência à estagnação, os períodos de prosperidade serão menos febris e mais passageiros, enquanto os períodos de crise cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos (Ibid. 1985, p. 85). Essa guinada depressiva do capital teve como detonadores o choque do petróleo e a falência do sistema financeiro mundial, com a desvinculação do dólar ao ouro (NETTO; BRAZ 2012). O que culminou numa aguda recessão entre os anos de 1974/1975 e exigiu medidas dramáticas para restauração das taxas de lucro, dando início à ofensiva do capital por meio da articulação de estratégias como a financeirização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Vejamos brevemente cada uma dessas estratégias.

Sobre a primeira, advoga-se que o capitalismo contemporâneo deve ser entendido como fruto dos mecanismos de retomada da acumulação capitalista e corresponde à terceira fase do imperialismo, na qual predomina o capital financeiro e rentista. Para Harvey (2013, p. 420), fundamentado em Lênin, “o capital financeiro, afirmou Lenin, é aquele estágio em que o capital ‘expande a sua rede sobre todos os países do mundo’ através da exportação de capital financeiro, em vez de produtos”. Desse modo, pode-se afirmar que a recessão dos anos 1970 foi um marco histórico no processo de liberalização do capitalismo, que procurou romper com os entraves das legislações nacionais, regulamentações e relações políticas e econômicas que impunham amarras à mobilidade do capital pelas diversas partes do mundo,

¹² Sabe-se que as crises econômicas são inelimináveis no modo de produção capitalista, cuja ampliação das forças produtivas impõe limites ao seu próprio desenvolvimento. Na aparência imediata da realidade social, tais crises aparecem como decorrência da superprodução de mercadorias que não escoam por não encontrar demanda devido ao subconsumo das massas. Esses fatores, superprodução e subconsumo, são resultados da dinâmica inerente ao capital na sua busca incessante por um diferencial de produção, que garanta superlucros por meio de uma “revolução tecnológica permanente”, poupadora de mão de obra. Esses avanços tendem a elevar a massa de capital constante e diminuir a sua parte variável, aumentando a sua produtividade por meio de uma exploração mais intensa. Com isso os capitalistas conseguem reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário, diminuindo o valor de custo de seu produto, que é vendido a preço de mercado e consegue realizar um valor acima do lucro médio. Nesse movimento os capitalistas ampliam a sua produção, mas na contrapartida jogam milhares de trabalhadores na fileira do exército industrial de reserva inviabilizando o consumo. Quando há uma generalização dos avanços tecnológicos para a massa dos capitalistas impõe-se ao sistema uma queda tendencial da taxa de lucro, provocando a paralização da produção, as demissões dos trabalhadores e a superabundância de capitais que não encontram espaço para valorização. (Para mais esclarecimentos sobre as crises do capital, consultar Mandel 1985, 1990).

impedindo-lhe de escolher os países e camadas sociais mais vantajosos para os investimentos que desejasse realizar. De acordo com Husson (2010, p. 303), [...] a finança é “a árvore que esconde a floresta”. Ela não é um obstáculo a um funcionamento “puro” do capital, mas o instrumento de seu retorno ao funcionamento “puro”, desembaraçado de toda uma série de regras e restrições que foram impostos a esse sistema ao longo de décadas.

Essa nova fase de internacionalização do capital dá origem a uma burguesia rentista, que busca retirar rendas e juros de uma massa acumulada de capitais sem a mediação dos processos de produção. Para Chesnais (1996, p. 239), “a esfera financeira representa o posto mais avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades dos operadores e as necessidades mundiais”. Assim, a mundialização representa uma nova fase do desenvolvimento capitalista, na qual as operações de capitais dominadas pelos investimentos internacionais sob a forma industrial ou financeira se agigantaram; pois se nas fases anteriores dos processos de globalização do capital o intercâmbio de mercadorias era a forma dominante de relação entre as diversas partes do mundo, nesse novo momento de internacionalização a exportação de capitais por meio dos *Investimentos Externos Diretos (IED)* adquiriu maior importância para os processos de valorização. Conforme ilustra Harvey (2011, p. 49): existe “capital excedente em Taiwan? Então, envie-o para criar fábricas que explorem trabalhadores na China e Vietnã. Excedentes de capital nos Estados do Golfo em 1970? Então, envie-os para o México por meio dos bancos de investimento de Nova York”.

A partir da década de 1980, o comércio de capital-dinheiro passou a se comportar como um campo relativamente “autônomo” de valorização do capital¹³, tendo o compromisso de gerar lucros e rendas como qualquer outro setor, sendo reforçado por novas formas de relação entre as dimensões produtivas e financeiras e pelo ressurgimento de diferentes tipos de mercados especializados como os de crédito, de câmbio e obrigações, além do mercado acionário das próprias empresas monopolistas. Entretanto, Chesnais (1996) ressalta que essa autonomia é relativa, pois ela se alimenta de lucros não reinvestidos na produção – devido à retração da atividade industrial nos anos de 1970 impulsionada pela crise de superprodução – e de outros rendimentos, como os salários acumulados pelos trabalhadores durante o *Welfare*

¹³ Pode-se considerar essa fase da mundialização nos anos 1980 como sendo o segundo momento de hegemonia da esfera das finanças, que teve grande relevância econômica desde o fim do século XIX até a crise de 1929 e o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a especulação financeira passa a ser reprimida pelas políticas keynesianas que impunham controle para as operações de capitais. Tirando proveito da crise de 1970, a hegemonia das finanças volta a ser reafirmada no transcurso dos anos 1970 e 1980 (DÚMENIL; LÉVY, 2005).

State que foram guardados nos fundos de pensão ou investimentos e que agora entram nos mercados de capitais em busca de valorização.

Logo, a financeirização nada cria e é definida pelo autor supracitado como “um jogo de soma zero”, pois dentro desse circuito o que um ganha, o outro perde. Apesar disso, percebe-se que há uma hipertrofia nas operações financeiras cujos ativos são maiores que os PIB dos países da OCDE, revelando que a natureza desses valores é puramente fictícia. Outro mecanismo de transferência de capital para a esfera financeira é o serviço da dívida pública, uma vez que a securitização permitiu que as dívidas fossem transformadas em títulos negociáveis nos mercados de obrigação, tornando a compra de Bônus do Tesouro um “negócio da China” para os investidores que passaram a ter direito a uma grande massa de rendimentos provenientes dos impostos arrecadados pelos Estados nacionais. De acordo com Chesnais (2010, p. 100), o termo *finança*

[...] serve para designar simultaneamente as instituições especializadas na centralização do dinheiro “inativo” em busca de colocação em empréstimos ou em títulos, isto é, os fundos de pensão e de aplicação coletiva ou *mutual funds*, as grandes empresas de seguros e os maiores bancos, e as estruturas institucionais. Na primeira linha encontram-se os mercados de título, garantindo “liquidez” das aplicações que permitem valorizar o dinheiro que se tornou capital sob a forma de juros, de dividendos e de ganhos na Bolsa. A *finança* assim compreendida é a forma do “capital portador de juros” tomada na fase atual do capitalismo, estudada por Marx em um estágio inicial de sua centralização – aquela que ele diz que está em situação “de exterioridade em relação à produção” [...]. A *finança* é a primeira beneficiária da liberalização e desregulamentação, não somente dos fluxos financeiros, mas do conjunto dos fluxos ligados ao ciclo completo de valorização do capital.

O rompimento unilateral por parte dos EUA com o acordo de Bretton Woods, em 1971, foi parte das estratégias americanas para a saída da sua crise interna motivada pelo déficit na balança de pagamentos, devido à alta emissão de dólares sem lastro correspondente de ouro nas reservas nacionais, propiciada, principalmente, pelos gastos excessivos com a Guerra do Vietnã, e agravada devido ao aumento brusco do barril do petróleo em 1973 pela OPEP. Estes fatores levaram a economia americana a mergulhar em processos inflacionários agressivos e a decretar a inconvertibilidade do dólar ao ouro. Quando essa potência hegemônica começa a dar sinais de esgotamento, toda a economia mundial adentra em recessão, evidenciando a entrada do capitalismo em mais uma crise de superprodução, devido às suas necessidades de consumo serem maiores do que a demanda pode absorver (MOTA, 2015).

Essa ruptura aniquilou a estabilidade do sistema financeiro, eliminando o controle dos bancos centrais, que não tiveram mais domínio sobre as taxas de câmbio que mediavam os pagamentos de operações comerciais entre os países – as quais passaram a ser flutuantes –, deixando as economias nacionais vulneráveis à volatilidade do capital. Na verdade, a paridade dólar-ouro era um entrave para criação de instrumentos financeiros capazes de financiar as dívidas públicas por meio da comercialização de títulos públicos. Assim, a quebra desse pacto representou o impulso necessário para o espraiamento das operações financeiras, promovendo uma economia do endividamento, na qual não apenas foram enredadas as economias emergentes, mas também os países cêntricos tiveram suas dívidas exponencialmente aumentadas no transcurso dos anos de 1980, a exemplo dos EUA, que passaram de maior credor do mundo para o posto de maior devedor. Com isso, observa-se que o fim das barreiras que impediam a livre circulação do capital deu um grande fôlego à liberalização monetária e à constituição de amplos sistemas de crédito internacional que, posteriormente, seriam introjetados pelos governos nacionais como políticas públicas a fim de intermediar a situação de pobreza e desigualdade social.

A constituição do mercado de eurodólares¹⁴ também teve um papel fundamental na acumulação do capital de empréstimo por volta dos anos de 1965 e 1973. Com a retração dos lucros produtivos das companhias industriais, uma massa concentrada de capital foi canalizada para ser valorizada nos mercados financeiros; “as firmas multinacionais norte-americanas vieram depositar seus lucros não reinvestidos nos bancos em Londres, que gozavam de um estatuto especial ‘*offshore*’¹⁵, confiando-lhes para que os valorizassem como capital de empréstimo” (CHESNAIS, 2010, p. 151). O aumento da massa de dinheiro disponível nas praças financeiras foi impulsionado pela chegada dos petrodólares¹⁶, em 1974. A valorização desses recursos se deu por meio da sua canalização para os países de Terceiro Mundo, sob a forma de empréstimos bancários, ou seja, mercados de créditos, o que acabou culminando em dívidas impagáveis, e agravando ainda mais a situação de subserviência e dominação dos países devedores. Como as taxas de juros eram flutuantes, os empréstimos

¹⁴ Os eurodólares são dólares americanos depositados em bancos fora dos Estados Unidos, principalmente em Londres (MICHALET, 2003, p. 102). No entanto, o termo não é apropriado, tendo em vista que os dólares depositados nas praças financeiras da Ásia, Oriente Médio ou no Caribe, por exemplo, também recebem a mesma denominação.

¹⁵ O termo *offshore* se refere a um tipo de banco cuja contabilidade é feita num país diferente daquele onde exerce a sua atividade financeira.

¹⁶ Depois do aumento sucessivo do preço do barril de petróleo a partir de 1973, os dólares depositados nos mercados financeiros pelos países exportadores – mais especificamente os países do Golfo – começaram a ser chamados de petrodólares (MICHALET, 2003).

logo se transformaram em uma cilada para os devedores, que viram suas dívidas triplicarem, e se tornaram vítimas do rentismo.

O aumento simultâneo das taxas de juro e da taxa de câmbio do dólar pelas autoridades norte-americanas entre 1979-1981, paralelamente à liberalização dos mercados financeiros e à securitização dos bônus do Tesouro, teve um conjunto de efeitos semelhantes a um golpe financeiro em favor dos credores, instaurando sua “ditadura”. É nos países economicamente e politicamente dominados que essas consequências foram as mais dramáticas. A multiplicação por três, ou mesmo por quatro, das taxas de juro nas quais os valores emprestados deviam ser reembolsados precipitou a “crise da dívida do Terceiro Mundo” cujo primeiro episódio foi a crise mexicana de 1982 (CHESNAIS, 2010, p. 152).

Com as negociações das dívidas públicas nos anos 1980, houve uma inversão dos fluxos de capitais, que passaram a ser canalizados da periferia para o centro sob a forma de juros e amortização das dívidas – que são pagos por meio dos impostos e arrecadações que puncionam os rendimentos do trabalho necessário –, servindo para alavancar a imposição dos ajustes estruturais de inspiração neoliberal, com a adoção das medidas de privatização, liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros e empresas públicas pelos países emergentes. A implantação desse conjunto de políticas e sua imposição para o resto do mundo capitalista periférico tiveram como expoentes as medidas neoconservadoras tomadas por Thatcher e Reagan. Tais medidas foram pactuadas no Consenso de Washington, com a mediação dos organismos multilaterais, tendo sido “enfiadas goela abaixo” nos países devedores como parte dos acordos para a renegociação das suas dívidas e como meio para adquirir mais créditos, já que os encargos e amortizações consomem “[...] uma fração sempre maior do orçamento do Estado, das receitas das exportações e das reservas do país, de sorte que a única maneira de fazer face aos compromissos do serviço da dívida é tomar um novo empréstimo” (CHESNAIS, 2005, p. 39).

Com isso, é importante ressaltar os três elementos indispensáveis para a mundialização do capital, via políticas neoliberais: a *desregulamentação*, que culminou na perda do controle dos serviços bancários, das taxas de juros e dos preços pelos bancos centrais; a *desintermediação*, em que os grandes investidores começaram a abandonar as instituições tradicionais, como os bancos, e passaram a procurar vantagens em outras instituições operadoras dos mercados financeiros, como os fundos de pensão, os fundos mútuos de investimentos e as companhias de seguros. Esses passaram a centralizar uma grande massa de capitais provenientes de contribuições para planos de previdência privada ou mesmo a poupança das famílias cujas rendas não haviam sido consumidas, o que tornou essas instituições mais poderosas que os tradicionais bancos. E, por fim, a *abertura dos mercados*

financeiros, que eliminou tanto barreiras internas como externas, o que foi crucial para o relacionamento entre mercados nacionais e mercado mundial (CHESNAIS, 1996).

Logo, esses processos foram cruciais para incorporação dos pequenos mercados de países em desenvolvimento, como o Brasil, no sistema financeiro mundial a partir da década de 1990. Apesar de ser um mercado ainda frágil, as potencialidades da economia nacional eram atrativas devido à sua capacidade em absorver os investimentos produtivos ou financeiros, sob a forma de crédito, em decorrência da extensão do seu mercado interno, da oferta de mão de obra barata e das ricas fontes de matéria-prima.

Sobre a reestruturação produtiva como ofensiva do capital sobre o trabalho, compreende-se que ela tem como objetivo barrar os efeitos da superprodução fordista, enquanto causa genética da crise, por meio de um tipo de produção enxuta, flexível, polivalente e direcionada para mercados específicos, rompendo com as barreiras estatais e aproveitando especificidades culturais, que são exploradas como espaços de consumo. Para Antunes (1995, p. 16, grifos do autor) “novos processos de trabalho emergem, onde o *cronômetro e a produção em série e de massa* são substituídos pela flexibilidade da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade [...]”. A reestruturação produtiva, além de culminar no aumento da taxa de exploração do trabalho, devido à incorporação da tecnologia, da automação, da eletroeletrônica e microinformática, ainda envolve a subjetividade do trabalhador no processo produtivo por meio da desespecialização, que passa a demandar deste uma maior qualificação, o que inclui “[...] a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho” (GRAMSCI apud ALVES, 2005, p. 40).

Com a flexibilização, um amplo contingente de trabalhadores foi lançado no exército industrial de reserva, e o trabalho protegido foi substituído pelo trabalho em tempo parcial, pelas subcontratações, pelos empregos temporários e pela explosão do setor de serviços, que, entretanto, não teve condições de absorver uma massa latente de desempregados. Essa reconfiguração no mundo do trabalho forçou a convivência dicotômica de um pequeno núcleo de trabalhadores estáveis, com bons salários e direitos previdenciários, com a outra parte massiva de trabalhadores precarizados. Essas disparidades entre as classes antagônicas e diferenciações internas na mesma classe são mais flagrantes em países latino-americanos, dentre eles o Brasil, onde os níveis de precarização são ainda mais agudos. Ainda mais porque o desemprego estrutural não atinge apenas os trabalhadores desqualificados, mas também aqueles com alto nível de formação, que passam a disputar o pequeno número de empregos disponíveis; deste modo, afirma Mészáros (2011, p. 69):

E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade.

Essa flexibilização do trabalho foi impulsionada pela dispersão geográfica da produção, que deu origem às chamadas empresas-redes como a Nike, a Benetton e a Lacoste¹⁷. Esses empreendimentos exploram o trabalho em diversas partes periféricas do mundo por meio de unidades produtivas menores, interligadas por acordos de terceirização e cooperação. Com isso, a desterritorialização da produção, associada à redução dos gastos com transporte e à alta velocidade das comunicações via satélite, por longas distâncias, viabilizaram os processos de tomadas de decisões rápidas e eficientes, permitindo às empresas-redes comandarem simultaneamente operações em diversas fábricas espalhadas por distintas partes do globo.

Harvey (2007) chamou esse fenômeno de “compressão espaço-tempo”, tendo em vista que a acumulação capitalista, na fase de mundialização, tende a diminuir cada vez mais as barreiras espaciais, acelerando o tempo de giro (rotação) do capital sob a forma de bens ou serviços com “tempos de vida” cada vez menores. É como se os obstáculos relativos ao tempo e ao espaço não fossem mais empecilhos à acumulação, pois agora passa-se a desfrutar do desenvolvimento desigual e combinado de várias regiões do mundo, que se tornam atrativas por ofertar uma força de trabalho flexível, barata, dispersa e sem direitos, mediada pela facilidade de comunicação em tempo real. Diante desse processo da mundialização de supressão das barreiras naturais, surge o discurso do desenvolvimento local, das microdimensões como espaços interessantes ao capital protagonizado pelas finanças, onde as potencialidades das dinâmicas territoriais passam a ser úteis e atrativas para a valorização capitalista (CONCEIÇÃO; LISBOA, 2007). Discussão que será contemplada na segunda seção deste capítulo.

Os rebatimentos negativos sobre o trabalho podem ser mensurados por dois aspectos: primeiro, porque as estratégias de subcontratações adotadas pelas empresas-redes abriram espaço para o retorno de formas de produção pré-capitalistas totalmente integrados na nova dinâmica flexível de acumulação do capital, absorvendo massivamente a mão de obra

¹⁷ Esses grupos não são grupos industriais em sentido próprio, mas, sim, diversos tipos de “empresas-rede”, todos eles funcionam por terceirização de empreendedores locais, na Ásia ou no Norte da África. Não é mais necessário fazer investimentos externos para se beneficiarem das vantagens proporcionadas pelas “deslocalizações” (CHESNAIS, 1996).

feminina, que é mal remunerada e pode ser demitida sem custos, em substituição aos trabalhadores estáveis e protegidos. Para Harvey (2007, p. 145), a subcontratação [...] abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista [...] revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo. O segundo aspecto negativo embutido nos contratos de terceirização é que a descentralização da produção, com o ressurgimento das indústrias domésticas, quebrou as condições objetivas para a luta de classes, uma vez que impediu a organização dos trabalhadores devido à sua dispersão para fora do âmbito da fábrica, dificultando os processos de tomada de consciência de classe. Isso significou um retrocesso para o poder dos sindicatos, já que a luta contra a exploração do trabalho migra de um campo de antagonismo claramente demarcado entre capital e trabalho e passa a ser mediado por relações de poder e conflitos intrafamiliares (HARVEY, 2007).

Não obstante, para que a mundialização do capital financeiro e produtivo opere livremente sobre as fronteiras nacionais, é necessário a intermediação da esfera política, ou seja, dos Estados Nacionais, que devem assumir a função de sustentar a acumulação capitalista em seu território, assegurando as condições de produção e rentabilidade dos capitais de empréstimos investidos em suas economias, bem como mediar os conflitos de classes e ainda administrar as crises do sistema – mas para isso deveriam ser reformados. Com isso, o neoliberalismo surge como uma ofensiva ideológica do capital, principalmente contra o Estado, com vistas a romper com as legislações, regulações e entraves políticos que comprometiam o livre-cambismo e a centralidade do mercado como instância mediadora das relações econômicas e sociais. Para Harvey (2011, p. 16), isso se caracteriza como um projeto de classe que aparece “mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, [que] legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista”. Assim, a vulgata neoliberal passa a difundir seu pensamento com base no valor da liberdade, que é desvirtuada e tomada como sinônimo de liberdade de mercado.

Pode-se afirmar que a ideologia neoliberal surgiu como uma reação teórico-intelectual ao Estado de Bem-Estar Social, ainda no ano de 1944, e teve como principais expoentes as formulações de Hayek e Friedman, intelectuais que criaram a Sociedade de *Mont Pèlerin*, que consistia numa espécie de escola cuja missão era preparar a ofensiva ideológica contra o *keynesianismo*. Todavia, o êxito da acumulação capitalista em sua fase de ouro, com altas taxas de crescimento no interior de uma onda longa expansiva, permitiu compatibilizar a

dinâmica de valorização do capital com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos (NETTO, 2001, p. 68), inviabilizando qualquer possibilidade de contestação à social democracia. A chegada da crise em 1973 criou o solo fértil para o espraiamento do pensamento neoliberal e a adoção dos seus argumentos quanto à responsabilidade do Estado e do trabalho como sendo os causadores da crise estrutural. Segundo Anderson (1996, p.11), os neoliberais advogavam que era necessário “[...] manter um Estado forte sim em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo”.

Assim, o neoliberalismo passou a defender um Estado mínimo, sem gorduras, limitando os seus gastos com direitos e garantias sociais, e reduzindo a sua função na economia como agente econômico no setor produtivo. A consequência disso foi o desmantelamento dos diversos modelos de *Welfare State* por todo o mundo capitalista. Contudo, os grandes monopólios continuaram requisitando a intervenção estatal, via recursos públicos, para dar garantias a acumulação capitalista. Dessa forma, fica evidente que a ideologia neoliberal defende um “Estado mínimo” em sentido relativo, pois este deve ser mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO; BRAZ, 2012).

Os países da periferia do capital, como o Brasil, foram orientados pelos organismos multilaterais a realizarem as reformas neoliberais, que além de não levarem em consideração as particularidades econômicas, sociais e políticas desses países, tornaram-se medidas ainda mais agressivas no que concernem à espoliação das riquezas nacionais, em decorrência dos processos de liberalização financeira, da desregulamentação doméstica do mercado nacional e das privatizações selvagens, que dilapidaram o patrimônio público. No plano social, a ofensiva neoliberal dá um golpe nos direitos sociais ao demandar a transferência da prestação dos serviços sociais para o mercado, de modo que “a proposta neoliberal inclui a passagem da proteção social para o mercado, transformando benefícios da seguridade social em ‘novos produtos’ da especulação financeira” (SALVADOR, 2010, p. 60). As sequelas da mercantilização dos direitos sociais são ainda mais graves nos países em desenvolvimento, os quais não haviam constituído um sistema de seguridade social como o europeu e o norte-americano. Para demonstrar a gravidade dos ajustes neoliberais na realidade brasileira, resgata-se o seguinte trecho de Soares (1995, p. 180):

Outra ordem de consequências das políticas neoliberais foi o agravamento da já iníqua situação de alocação de recursos para as Políticas Sociais. Provocou-se uma recessão, aumentando o desemprego e piorando ainda mais a situação dos mais

carentes, o que obviamente desencadeou uma elevação na demanda por benefícios e serviços sociais (particularmente os relacionados à Seguridade Social, como Previdência e Saúde, objeto de investigação nesta tese). Neste quadro, a proposta do governo Collor foi a de cortar ainda mais os gastos públicos. A resultante dessa perversa combinação, em um país como o Brasil, onde a pobreza não é residual, foi (e continua sendo) o agravamento da miséria, associada ao total desmantelamento das políticas sociais.

Apesar de relatar a particularidade brasileira, com o agravamento das sutilezas estruturais inerentes à sua formação econômica, o fato é que tanto os países do centro quanto os da periferia do capital sentiram os efeitos da ofensiva neoliberal contra o trabalho, ainda que em proporções diferenciadas. O dado mais concreto dessa investitura capitalista é o ataque às conquistas dos trabalhadores com vistas a reduzir o seu poder de pressão e sua participação crescente na apropriação de parcelas do fundo público, que é cada vez mais direcionado para alimentar o rentismo do capital financeiro. Com isso, a tendência das políticas sociais no âmbito do neoliberalismo passa a contemplar a intermediação do capital mediante a constituição de mercados de serviços públicos (como saúde, previdência e educação, principalmente), mercados de terras, de microcrédito, em substituição à ação distributiva do Estado.

Como consequência, a concentração de uma massa de capitais pelos bancos ou outras instituições financeiras requisitam mecanismos de escoamento para a valorização dos seus ativos; tal fato estimula a criação de novos instrumentos financeiros como os programas de microcrédito, que interessam particularmente a esta dissertação. Estes passam a ser amplamente divulgados pelos organismos multilaterais e incorporados pelos países em desenvolvimento, como o Brasil, sendo utilizados como instrumento de geração de emprego e renda, a fim de compensar os efeitos devastadores da mundialização com o agravamento da pobreza estrutural, mediante a redução dos postos de trabalho urbanos e também rurais (LIMA, 2012). O que será explorado no tópico seguinte.

Antes de encerrar a presente discussão, de forma sintética, é preciso frisar que a mundialização financeira nada mais é do que uma estratégia do capital para reverter a queda tendencial da sua taxa de lucro, por meio de novas estratégias de acumulação e valorização capitalista; e que esse processo de internacionalização produtiva e financeira elevou a contradição da lei geral que rege a sociedade burguesa, mediante a exponenciação da questão social. Fato que culminou no desemprego estrutural e no pauperismo, indicando que não houve a reversão, mas o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo na atualidade. Isso num cenário em que a situação da classe trabalhadora tornou-se desesperadora, tendo em vista a elevação da taxa de exploração da mais-valia social extraída dos trabalhadores de todas as

regiões do mundo, integrados na reprodução ampliada do capital. Por isso, concorda-se com Mészáros (2011) ao afirmar que a incontrollabilidade do capital, em seu estágio financeiro, atingiu um limite no qual é inevitável o seu colapso. Pois os efeitos civilizatórios do capitalismo parecem ter se esgotado, resta, agora, apenas a barbárie econômica e social.

Após ter resgatado o cenário histórico no qual a financeirização tornou-se hegemônica no processo de acumulação, bem como analisado os fundamentos estruturais da dinâmica capitalista, em consonância com os objetivos específicos da presente dissertação, tem-se o arcabouço teórico necessário para discorrer sobre a emergência dos programas de microcrédito como uma das novas modalidades de valorização do capital, mascarados pelo discurso do combate à pobreza.

2.1.3. A inconsistência teórica do capital na tentativa de combater a pobreza com os programas de microcrédito: a conciliação do inconciliável

Não por acaso os programas de microcrédito despontam no cenário da mundialização financeira como fruto dos processos de liberalização econômica que criaram as condições objetivas para a livre circulação do capital especulativo, devido à quebra de barreiras nacionais nos países da periferia do capital. Conforme apontado acima, no capitalismo contemporâneo a financeirização passou a comandar o processo de acumulação do capital e a definir as suas estratégias de valorização. Entretanto, como bem lembra Chesnais (1996), a transformação do capital fictício em capital-dinheiro não acontece em um passe de mágica, é necessário o intermédio dos instrumentos financeiros criados para puncionar os valores produzidos pelo trabalho para a esfera da especulação. Por esse motivo é que se justifica o rápido florescimento dos mercados de crédito (e microcrédito), títulos públicos, ações de empresas, derivativos, entre outros. Esses instrumentos disseminados pelo mercado econômico internacional cumprem o papel de mecanismos de centralização de capitais, que em consonância com as políticas neoliberais têm a missão de “[...] recolocar o poder e a riqueza tão plenamente quanto possível nas mãos da fração superior das classes capitalistas e das instituições onde se concentra a sua capacidade de ação” (CHESNAIS, 2005 p. 57).

Com a hegemonia financeira na acumulação capitalista, os mercados de crédito ganharam grande destaque porque a perda das rendas do trabalho resultante da flexibilização e redução da atividade produtiva em escala planetária passou a ser compensada pelo sistema de crédito entre os países (alto fluxo de empréstimos na periferia do capital) e mesmo entre as famílias. Sobre isso, Harvey (2011) mostra o exemplo do que ocorreu nos EUA, onde o

impasse entre os poucos recursos do trabalho e o incentivo ao alto consumo foi resolvido temporariamente por meio do endividamento das famílias, como resultante do crescimento da indústria de cartões de crédito. Mesmo aquelas pessoas que não possuíam renda fixa receberam financiamento para aquisição de imóveis, mas sua baixa capacidade de pagamento resultou na bolha financeira que estourou em 2008. Apesar das transações financeiras e creditícias colocarem a nu toda a instabilidade do sistema, esses novos instrumentos de acumulação passaram a ser imprescindíveis para a valorização do capital.

Chesnais (2005) explica que o crédito, no qual se subentendem os programas de microcrédito, serve para a captação e centralização do fluxo de rendas extraídas por meio da exploração de uma série de relações de trabalho não assalariado, como o camponês, que são incluídas funcionalmente na reprodução ampliada do capital. O acúmulo das riquezas socialmente produzidas caminha na direção das potências hegemônicas que são polos de atração da massa de capital-dinheiro, das quais os Estados Unidos ainda é o maior expoente, por comandar o sistema financeiro internacional. Também aumenta a espoliação das rendas, riquezas e bens naturais nas partes periféricas do globo, culminando na constituição de grandes bolsões de pobreza, exclusão e desigualdade social nos países terceiro mundistas, reafirmando a contradição da lei geral da acumulação capitalista, por nós analisada, como esteio da financeirização.

Para Lima (2012), a liberalização da moeda de crédito também pode ser entendida com uma estratégia dos países centrais para a retomada das taxas de lucros. No bojo desses acontecimentos, a oferta de crédito, sob a forma de serviços financeiros destinados à classe trabalhadora subalternizada, também é parte dessa tendência de reverter os níveis baixos de crescimento da economia mundial, enredando até mesmo os mais pobres na ciranda financeira. Por esse motivo, os programas de microcrédito passaram a ser disseminados por volta da década de 1990 nos países da periferia do capital – dentre eles os países latino-americanos como o Brasil, a Argentina e o Chile – sob a justificativa de serem instrumentos internacionais de combate à pobreza, sendo incorporados não só pelo setor privado, mas com a mediação do Estado como estratégia de políticas públicas. O que evidencia a articulação entre Estado burguês e mercado para garantir os interesses da acumulação capitalista, sob o comando do rentismo. Para a referida autora,

[...] a articulação do microcrédito com os programas sociais no capitalismo contemporâneo não ocorre enquanto estratégia oriunda das necessidades concretas da classe trabalhadora, mas como parte de interesses do mercado internacional, para que o capital financeiro continue imperando sobre os países periféricos em nome da redução dos índices de pobreza e desemprego. É preciso reconhecer que, apesar das

representações que surgem “autonomia” dos trabalhadores e “desenvolvimento local” dos municípios que aderem à política de microcrédito, o sistema bancário de crédito nasce no seio de grandes instituições financeiras (Ibid. p. 58).

Desconectados dessas determinações estruturais com a reprodução capitalista na geração do mais valor, metamorfoseados na forma de juros, os programas de microcrédito passaram a ser difundidos pelas agências multilaterais, principalmente pelo Banco Mundial, após a consagração dessas instituições como sendo “[...] as mais apropriadas para promover ações e políticas de ‘*alívio à pobreza*’, ou seja: ‘*ajuda internacional*’ mediante transferência de capitais e tecnologias” (SIQUEIRA, 2011, p. 170). Assim, os países da periferia do capital foram estimulados a criarem programas de microcrédito financiados pelo capital financeiro.

A gênese desses programas decorre da experiência do professor e economista Muhammad Yunus, que, em 1976, começou a realizar pequenos empréstimos, com métodos diferenciados dos tradicionais bancos, a fim de auxiliar os mais pobres a superarem a sua condição de pobreza. O *Grameen Bank*, oficialmente criado em 1983, ficou conhecido como o “Banco dos pobres”, por emprestar dinheiro para financiar as atividades produtivas de milhares de camponeses pobres do interior de *Bangladesh*. Inicialmente, foram 27 dólares emprestados para um grupo de 42 pessoas em situação de pauperismo, que, surpreendentemente, pagaram todo o dinheiro recebido, evidenciando que o negócio de microcréditos era bastante lucrativo devido à potencialização dos pobres em gerar renda.

Nos anos de 1990, o *Grameen* firmou parceria com o Banco Mundial em troca de apoio financeiro, o que foi crucial para o espraio dos programas de microcrédito pelo mundo como iniciativa privada e também como arquétipo de política pública de combate à pobreza em países como o Brasil, numa perspectiva desenvolvimentista¹⁸. A amplitude do microcrédito tornou-se tão evidente que, em 2006, Yunus foi premiado com o Nobel da Paz. Já em 2007, o *Grameen* movimentou US\$ 731 milhões em microcrédito, por meio de suas 2500 agências locais, atendendo um número próximo a 7,5 milhões de clientes (COLODETI, 2011). Segundo Siqueira (2011, p. 186), o microcrédito “[...] consiste em pequenos créditos, de forma flexível, desburocratizada e com juros baixos, para as populações mais carentes, como forma de permitir o financiamento a atividades produtivas, educativas e outras que os créditos comuns não permitem”.

¹⁸ Uma particularidade do microcrédito no Brasil é que ele foi incorporado nas políticas sociais, uma vez que as tentativas de investimentos privados não obtiveram sucesso. Ao contrário do microcrédito em Bangladesh, que é uma experiência totalmente privada, apesar das tentativas recentes do governo daquele país de tentar estatizar o *Grameen Bank*.

Particularmente no Brasil, as primeiras experiências de microcrédito datam da década de 1970, a partir da criação da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) nas cidades de Recife e Salvador, por iniciativa da organização não governamental Acción Internacional. O programa UNO, como ficou conhecido, foi o pioneiro na concessão de microcrédito no país e se dirigia aos trabalhadores urbanos do setor informal, cujas operações tinham como garantia uma espécie de “aval moral”, já que não exigia garantias reais dos mutuários de crédito (LIMA, 2012). Outras experiências floresceram nos anos de 1980, a exemplo do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS) e o Banco da Mulher na Bahia, que foi criado com o apoio da Unicef e do BID. No entanto, pode-se dizer que essas eram estratégias pontuais da operacionalização do microcrédito no país, sendo executadas, majoritariamente, por instituições ligadas à iniciativa privada.

Foi a partir de 1990 que o microcrédito se expandiu com maior vigor no Brasil, com a especificidade de ser legitimado pela ação do Estado mediante a sua incorporação como estratégia de políticas públicas, ou seja, a disseminação do crédito popular foi promovida com o suporte das instituições públicas, que passaram a fomentar esse tipo de programa via fundo público, não por acaso, num contexto de liberalização e desregulamentação econômica. De acordo com Lima (2012) e Colodeti (2011), fundamentados em Barone, foi na gestão de Fernando Henrique Cardoso que os programas de microcrédito passaram a ser incentivados com o apoio do governo federal, por meio da parceria firmada em 1995 entre o Conselho da Comunidade Solidária e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Um ano depois, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS) lançou o Programa de Crédito Popular, que serviu como base para a expansão da estratégia no Brasil. O maior programa de microcrédito da América Latina, o Crediamigo, foi instituído ainda no governo FHC, em 1998, e teve grande importância na consolidação desse tipo de política de crédito para a promoção do trabalho e renda no combate à pobreza.

Dando continuidade ao arranjo de políticas baseadas na concessão de crédito popular, o primeiro governo de Lula criou dois importantes programas: o Programa de Microcrédito (PM), em 2003, no âmbito do BNDES, que adotou como “[...] finalidade contribuir com as políticas sociais por meio da articulação entre os diversos atores da sociedade civil e setor público visando proporcionar a redução do custo para o tomador final” (COLODETI, 2011, p. 24); e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), criado em 2005, que, como o próprio nome revela, adotou uma metodologia de crédito orientada que se baseia no relacionamento direto entre o agente

financeiro e o empreendedor no local de trabalho deste. É importante ressaltar, baseando-se em Lima (2012), que, com a criação desse programa, o microcrédito foi ampliado no Brasil, pois passou a formular estratégias de “[...] geração de trabalho e renda, ofertando recursos financeiros e apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado à nível nacional, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos candidatos a empreendedores” (Ibid. p. 128). Foi neste contexto que surgiu o Programa Agroamigo, do qual nos ocuparemos mais à frente.

Sobre os programas de microcrédito de maneira geral, observa-se que eles visam à introdução dos pobres no mercado, estimulando o empreendedorismo e as capacidades produtivas dos mutuários de crédito enquanto trabalhadores “autônomos”, como forma de geração de emprego e renda. A potencialidade desses programas tem a ver com a concepção de pobreza adotada pelos organismos multilaterais para tentar reverter o quadro de pobreza agravado pelos ajustes neoliberais. Segundo Colodeti (2011), essa concepção envolve três linhas de pensamento: a primeira é que a pobreza é encarada como fruto de incapacidades individuais; a segunda é que essa falta de capacidade se relaciona com a atuação ineficiente dos pobres no mercado; e que, por fim, a pobreza deve ser enfrentada por meio do estímulo ao desenvolvimento das habilidades individuais a partir de políticas de geração de oportunidades que permitam a inserção eficiente dos pobres no mercado. Observe-se que esse entendimento neoliberal da pobreza não faz menção às suas relações com a produção socializada das riquezas e sua apropriação privada, que pauperizam uma massa de trabalhadores despossuídos.

Com base no pensamento conservador, os programas de microcrédito se tornaram instrumentos, por excelência, de combate à pobreza nas regiões subdesenvolvidas do mundo e se configuram como *oportunidades financeiras* oferecidas pelos bancos para incentivar o trabalho autônomo. Ora, por mais que esses programas tenham algum impacto positivo na renda das famílias pobres mutuárias de empréstimos, não se pode perder de vista que estão vinculados a grandes instituições bancárias e às suas políticas de valorização financeira do capital, o que permite inferir que esse tipo de programa atende muito mais as necessidades de reprodução do capital do que a demanda dos trabalhadores. De fato, esses programas se tornaram tão estratégicos para a acumulação flexível do capital, que 2005 foi declarado pela ONU como sendo o Ano Internacional do Microcrédito. De acordo com Siqueira (2011, p. 187),

O microcrédito tem se tornado uma realidade promovida por quase todos os governos que rezam na cartilha das reformas neoliberais: a promoção de microempresas, o estímulo às cooperativas e os programas de economia solidária, que contam com cursos de capacitação e acesso a créditos e microcréditos.

O discurso do combate à pobreza adotado pelos organismos bilaterais e internalizado pelos governos terceiro mundistas pode, ainda, ser facilmente desmascarado se levarmos em consideração que o objetivo do capitalismo não é atender às necessidades humanas e sociais, mas às necessidades metabólicas do capital, reproduzindo constantemente uma massa de trabalhadores excedentes, que é condição inerente à acumulação capitalista. Logo, o combate à pobreza por meio do capital (microcrédito) é uma contradição, tendo em vista que a pobreza é inerente ao próprio sistema. O que os programas de microcrédito propõem nada mais é do que uma forma conservadora de combater as manifestações da questão social, afinada com o receituário do neoliberalismo, sem tocar nos fundamentos econômicos da sociedade burguesa (NETTO, 2011b).

Lima (2012), ao estudar a concessão de microcrédito bancário para financiar a inclusão produtiva de camelôs em João Pessoa, critica essa tentativa do capitalismo contemporâneo em querer conciliar capital e trabalho, por meio das políticas de microcrédito, como remédio contra a pobreza. Segundo a autora, não se pode querer compensar os efeitos regressivos da hipertrofia financeira e da reestruturação produtiva a partir da oferta de microcrédito, pois este responsabiliza o próprio indivíduo por sua inserção no mercado de trabalho de modo “autônomo”, sem nenhum direito e garantias sociais, num contexto em que se evidencia a redução dos postos de trabalho e a precarização. Ademais, esses programas ainda sugerem que o desenvolvimento do indivíduo é reflexo da sua atuação no mercado, e que cabe a ele melhorar o seu próprio nível de renda, como se fosse uma questão de escolha sair ou não da condição de pobreza a partir da vontade pessoal, sem levar em consideração as determinações históricas do capitalismo.

Em virtude disso, e em consonância com o objetivo de desvendar a essência dos programas de microcrédito, é que reivindicamos a sua incompatibilidade no combate às manifestações da questão social, pois esse é, na verdade, um instrumento financeiro de valorização do capital fictício, logo, cumpre uma função na nova dinâmica de acumulação capitalista. Com isso, as políticas neoliberais tentam conciliar o inconciliável no nível da aparência: capital e trabalho, pela via das políticas de microcrédito. No entanto, sabemos que esses dois polos estruturais da sociedade burguesa são radicalmente antagônicos, e que é dessa relação que resulta a pobreza, a fome, o desemprego e a miséria, conforme

evidenciamos na análise da lei geral, sendo impossível, portanto, erradicá-los por meio do próprio capital.

2.2. Financeirização e crédito no campo: apontamentos acerca da revalorização da agricultura familiar

A agricultura camponesa sempre foi um segmento marginalizado no meio rural brasileiro e historicamente excluído das políticas públicas de Estado. Durante as décadas de modernização conservadora do campo, particularmente as décadas de 1970/1980, as políticas de crédito, subsídios financeiros, assistência técnica, etc. concentraram-se nas grandes unidades de produção para estimular a competitividade e impulsionar a inserção internacional da atividade agrícola, a fim de obter saldos comerciais positivos para o pagamento da dívida externa brasileira. Esse modelo de políticas para o rural, prioritariamente direcionado para a agricultura exportadora de commodities, jamais beneficiou os pequenos produtores. Silva (1998) mostra que uma iniciativa tímida de expandir a concessão de crédito em regime diferenciado para pequenos produtores de gêneros básicos como arroz, feijão, mandioca e milho, foi ensaiada durante o Plano Cruzado. Entretanto, a instabilidade econômica agravada pelo processo inflacionário e pela oferta abundante dos produtos agrícolas fez com que os agricultores endividados não conseguissem pagar seus empréstimos, o que resultou na falência de muitos produtores, principalmente os pequenos, que acabaram perdendo os seus bens, inclusive a terra. Segundo Sabourin (2009), essa quebra dos agricultores ocorreu principalmente nos estados do Sul, culminando na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O reconhecimento dos camponeses, como segmento entre os trabalhadores do campo e sujeitos demandatários de políticas, aconteceu por meio de suas metamorfoses em agricultores familiares, no contexto das transformações provocadas pela mundialização financeira, que interfere na dinâmica do rural, redefinindo a divisão social do trabalho no campo e incorporando relações de trabalho arcaicas no movimento de reprodução ampliada do capital. Assim, o Estado neoliberal passa a incorporar o agricultor familiar a partir de um conjunto de políticas articuladas aos organismos multilaterais como o Banco Mundial, a FAO, intelectuais, políticos, alguns movimentos sociais e sindicatos cooptados pelo fetiche do capital que tinha como escopo integrar as unidades camponesas no mercado internacional, subordinando essa relação de trabalho mercantil simples aos interesses da exploração capitalista. De acordo com Rodrigues (2012, p. 91), “[...] a produção camponesa, que sempre

foi colocada à margem das políticas de Estado, passa repentinamente a ocupar um lugar estratégico nas novas/velhas táticas do capital via política de desenvolvimento rural brasileiro”.

Como consequência, a conflitividade da questão agrária, resultante da histórica concentração de terras no país, passou a ser tratada com um mero problema de desenvolvimento agrário, reduzindo a importância da reforma agrária tradicional e da atuação redistributiva do Estado. Passou-se a privilegiar as políticas neoliberais intermediadas pelo capital, a exemplo da contrarreforma agrária de mercado. Em vista disso, e a partir dos determinantes da mundialização econômico-financeira, os novos projetos de modernização do meio rural brasileiro foram pautados numa visão inequivocamente pós-moderna, que tende a fragmentar a realidade agrária por meio da focalização em microdimensões como o local, o território, a família, a comunidade, a associação, a cooperativa (LUSTOSA, 2012). O que está implícito nesse novo rural, para usar os termos da autora supracitada, é uma revalorização da agricultura familiar, mas agora por meio da sua integração no mercado, como mecanismo direcionado para a apropriação do mais valor produzido por essa atividade, pois uma das estratégias de extração de renda no capitalismo contemporâneo acontece por meio da “[...] incorporação de novos segmentos sociais e produtivos, como é o caso do sistema de produção familiar” (idem p. 62).

Com isso, observa-se que a partir dos anos de 1990 uma nova nomenclatura foi utilizada para (re) definir as velhas relações de produção no campo brasileiro, a qual polariza dois segmentos na divisão social do trabalho: a agricultura patronal e a agricultura familiar. Esta última se caracteriza, principalmente, pelo uso de mão de obra familiar na exploração da terra, que é voltada para a reprodução social de seus membros. Normalmente a propriedade do agricultor familiar é pequena, limitando-se a uma área inferior ou igual a quatro módulos fiscais, o que dificulta a extração de excedentes comercializáveis, pois as suas condições de produção são modestas, “[...] geralmente estão em terras inférteis e não mecanizadas, também não têm capital para reinvestir na terra e poder competir no mercado, pois produzem e recebem em cima do trabalho necessário” (ENGELBRECHT, 2011, p.42). Constantemente esse grupo se socorre do desempenho de outras atividades temporárias para complementar a sua renda. Em termos de organização produtiva, não existe a separação entre trabalho e gestão da propriedade familiar.

Essa nova categoria do rural passou a ser objeto de estudo no governo FHC, por meio de parceria entre a FAO e o Incra, que tinha como objetivo conhecer as características desse segmento para melhor elaborar propostas de políticas capazes de inseri-la na lógica perversa

do mercado. Os documentos produzidos sugeriram uma classificação em três modalidades: agricultura familiar consolidada, agricultura familiar em transição e agricultura familiar periférica, que, segundo Lustosa (2012), devido à precária situação desta última em termos de acesso à tecnologia e ao mercado, é a fração que mais demanda políticas de crédito, reforma agrárias, comercialização, assistência técnica, entre outros. Rodrigues (2012) destaca que o Pronaf é uma consequência direta desses estudos, cuja lógica do referido programa é a inclusão dos agricultores na ciranda do mercado por meio da oferta de crédito produtivo. Assim, podemos afirmar que a primeira grande política pública estatal (de crédito) para os pequenos agricultores tornou-os reféns e subordinados ao capital, pois é justamente nos mecanismos de financiamento que residem uma das maiores estratégias para enredar os trabalhadores na teia da financeirização. Segundo Lustosa (2012, p. 51), esses mecanismos

[...] criam outras formas de subsunção do trabalho ao capital, pela via dos empréstimos bancários e do capital financeiro, a partir do pagamento da alta taxas de juros que financiam esses processos. A situação de hipotecas dos imóveis constitui o fim último das formas de extorsão de trabalho em busca de mais-valia. De resto, a extração de sobretrabalho do produtor direto é subsumida nessas relações.

A desconstrução teórica e ideológica do sujeito histórico camponês e sua substituição por um novo ator fabricado pelo capital e denominado como agricultor familiar emergem no bojo da renovação de “paradigmas” acerca da realidade agrária brasileira na década de noventa. Diante das novas necessidades de expansão capitalista, era imprescindível implementar um novo projeto de desenvolvimento para o meio rural que incluísse a criação de um homem moderno e familiarizado com as inovações de capital, com o “[...] objetivo ideológico de superar a ideia do sujeito atrasado do campo, ideia que sempre foi atribuída ao camponês, geralmente visto como incapaz de ter uma produção economicamente viável no modelo capitalista de produção agrícola [...]” (RODRIGUES, 2012, p. 96).

Esse novo paradigma do desenvolvimento rural, o qual sugere a revalorização da agricultura familiar, está cristalizado em textos como o “Novo Rural Brasileiro” de José Graziano da Silva e em outros estudos como os de Veiga, Balsadi e Abramovay, cujas teses defendidas sobre a elaboração da recente categoria “agricultura familiar” são aqui compreendidas, a partir da abordagem que adotamos, como manipulações ideológicas incorporadas pelas políticas sociais, que refletem a articulação entre Estado, mercado e produção do conhecimento na viabilização das condições objetivas para a reprodução ampliada do capital (financeiro, agrário, industrial e comercial).

O cerne dessas elaborações teóricas, em particular o documento *Novo Rural Brasileiro*, sugere que o rural se urbanizou em decorrência da modernização tecnológica sofrida pela agricultura nas últimas décadas e não se caracteriza mais como um setor (agropecuário) autônomo de produção. Logo, “[...] o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de [sic] mão-de-obra. Além dele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural [...]” (SILVA, 1997, p. 25).

Essa nova tendência no meio rural enfatiza que a população não deve mais ficar na dependência de atividades produtivas agrícolas, tendo em vista o florescimento do setor não agrícola, chamando a atenção para o desenvolvimento da pluriatividade no campo. Essa concepção de pluriatividade coaduna-se com a noção de multissetorialidade, a qual consiste na defesa da aproximação do rural com o urbano, da agricultura com a indústria, num contexto de globalização das economias nacionais, reforçada pelo recente espraiamento do setor de serviços e outras atividades produtivas no meio rural, a exemplo do ecoturismo, que desponta como importante nicho de mercado, e dá base para o referido autor sustentar que “[...] além do arroz, feijão, carne e dos “bóias-frias” e fazendeiros o mundo rural está criando um outro tipo de riqueza, baseada em bens e serviços não materiais e não suscetíveis de desenraizamento” (Ibid. 1997, p. 25, grifos do autor). Assim, Graziano sugere que o tema das migrações, por exemplo, perdeu importância, já que a população rural não precisa mais deixar o lugar em que vive porque pode recorrer a outras fontes de trabalho e renda nas atividades não agrícolas no rural.

Na realidade, o pano de fundo que envolve essa concepção de pluriatividade é a tentativa de retirar a centralidade da terra como principal meio de produção de riqueza no campo, objeto de disputa e conflito entre as classes antagonicas, uma vez que agora é possível criar renda rural sem tocar na estrutura do latifúndio. Lustosa (2012, p.73) rebate os argumentos de que a pluriatividade e a multissetorialidade são fenômenos relativos à abertura de novas oportunidades de trabalho e renda no rural devido ao processo de modernização. Para a autora, se é inegável que as atividades não agrícolas em áreas rurais cresceram por todo o país de 20,8% para 22,8% entre os anos de 1992 e 1995, isso só foi possível porque o próprio movimento do capital demandou a implantação de novas atividades rurais mais competitivas com o objetivo de ampliar os seus espaços de valorização.

Portanto, a autora supracitada considera “[...] que a concepção de ‘pluriatividade’ não pode ser entendida estritamente como uma mudança na forma e na diversificação do trabalho, mas como necessidade do sistema em difundir ideários que justifiquem a recriação de novas

formas sociais de trabalho” (Ibid. p. 60). É preciso não perder de vista que a produção de riquezas na sociedade capitalista é socialmente coletiva, e que os efeitos da reestruturação produtiva também são sentidos no campo, acarretando mudanças na dinâmica de acumulação do capital na agricultura, que passa a requisitar a incorporação e exploração de outras atividades que tenham como potencialidade remunerar o capital (trabalho camponês metamorfoseado em agricultura familiar). Assim,

Por exemplo, a descoberta de novas atividades ou formas de cultivo não-agrícola, de aproveitamento de recursos naturais, locais e regionais instiga novos processos e formas sociais de trabalho, o que requer incluir, aí, o caráter de extração de “*sobretabalho*” camuflado no disfarce de busca de novas alternativas não agrícolas, cuja alternativa justifica os desmontes do trabalho na agricultura (LUSTOSA, 2012, p. 63, grifos do autor).

As transformações ocorridas no campo, como parte da mundialização financeira e da reorganização do mundo do trabalho, de acordo com um regime de acumulação mais flexível, são simplesmente ignoradas por frações da intelectualidade brasileira. Esses pesquisadores são influenciados por estudos internacionais acerca do processo de desenvolvimento rural vivido nos países de capitalismo avançado, principalmente os EUA, e tentam formular bases teóricas para a implantação desse receituário de modernização agrícola no Brasil, por meio das políticas públicas. Nessa importação de modelos, não se consideram as particularidades socioeconômicas nacionais, nem as contradições da questão agrária brasileira.

Estudiosos como Abramovay (1992) e Silva (1997) se debruçaram sobre a realidade norte-americana, na qual a modernização da agricultura teve como importantes protagonistas os *part-time farms*, que são agricultores familiares em tempo parcial, altamente mecanizados devido à incorporação de inovações tecnológicas, as quais liberaram parcelas do seu tempo de trabalho para o exercício de outras atividades, inclusive assalariadas e fora da propriedade fundiária. O primeiro autor defende a tese de que “[...] é totalmente infundada a associação tão frequente entre agricultura familiar e ‘pequena produção’ ou ‘produção camponesa’”. Para ele, isso não é possível porque [...] o dinamismo técnico, a capacidade de inovação, a completa integração aos mercados são traços decisivos desta forma contemporânea da agricultura familiar” (ABRAMOVAY, 1992, p. 188).

Essa tese de uma nova classe de agricultores familiares modernos estritamente ligados ao mercado serviu de alicerce para políticas públicas brasileiras, que se tornaram incapazes de congrega a diversidade de trabalhadores camponeses espalhados pelo país, reiterando o caráter excludente da atuação do Estado. Exemplo disso é o Pronaf, que desde sua criação

deixou de fora uma grande parcela de trabalhadores com traços camponeses que praticavam uma pequena agricultura voltada para a produção de alimento da família¹⁹, principalmente no Nordeste. Isso porque o seu baixo potencial produtivo não interessava ao capital naquele momento, que, posteriormente, tenta corrigir suas falhas com novas estratégias de inclusão produtiva no mercado e na financeirização pela via dos programas de microcrédito²⁰. Sobre a categoria “Agricultor familiar”, enquanto versão moderna do desenvolvimento rural, Montenegro Gómez (2006, p.68) afirma que

é interessante observar como essa categoria de agricultura familiar, lapidada nos moldes do desenvolvimento capitalista, vai desconsiderar as múltiplas dimensões que a agricultura de base familiar realmente mostra, no campo brasileiro, por exemplo: o problema da luta pela terra diante da extrema concentração fundiária existente; a agricultura de subsistência a que muitos pequenos produtores se vêem impelidos, por falta de uma política integradora; a existência de formas de vida camponesa relutantes, não tanto às mudanças per se, mas àquelas que as ignoram e até as que tentam anular; a existência de movimentos sociais que lutam e resistem aos embates do capitalismo.

Apesar dessas contradições das políticas agrárias brasileiras, o que importa ao capital é que essas abrem espaço para a penetração da financeirização nas relações sociais e produtivas no campo, por meio do aproveitamento das dinâmicas regionais e locais, já que a chamada agricultura familiar, apesar de ser marginal ao agronegócio, é um setor com grandes potencialidades devido à sua amplitude. Para ilustrar as dimensões do segmento familiar na produção agrícola brasileira, resgatamos os dados oficiais mais recentes, que são ainda do Censo Agropecuário de 2006, para demonstrar porque a integração econômico-financeira desses trabalhadores é tão importante para a reprodução ampliada do capitalismo globalizado.

Os números revelam que a agricultura familiar brasileira dispõe de 4,4 milhões de estabelecimentos agrícolas, chegando à porcentagem de 84,4% do total existente no país. Ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. O que é significativamente menor em relação à área dominada pelo agronegócio, que ocupa 75,7% da área total, mesmo

¹⁹ Compreendemos que a agricultura camponesa não se caracteriza apenas pela produção de alimento da família. Tendo em vista que o camponês vende o produto que excede as necessidades de reprodução de seus membros. De acordo com Martins (2008, p. 66), “quando faz a colheita do que produz, ele já tem uma ideia de quanto deve reter para subsistência e semente destinada ao próximo plantio. Tem por isso, já no início, uma ideia de quanto pode vender daquilo que colheu”. Isto significa que mesmo os camponeses que preservam um modo de vida e trabalho mais tradicional se ligam ao mercado pela venda do seu excedente de produção.

²⁰ Obviamente se reconhece que nem todos os segmentos são incluídos nessa revalorização, pois muitos dos agricultores familiares inseridos nesta categoria não são aptos para atenderem as exigências do capital no que se refere à sua capacidade de remuneração do sistema (LUSTOSA, 2012), continuando, assim, excluídos das políticas de inclusão produtiva.

representado apenas 15,6% dos estabelecimentos. O Censo registrou, ainda, que 12,3 milhões de pessoas estão vinculadas à agricultura familiar, o que representa uma média de 74,4% dos trabalhadores do campo. Enquanto o agronegócio emprega apenas 4,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 25,6% da mão de obra ocupada. Esses dados também confirmam que a agricultura familiar é a responsável pelo fornecimento de alimentos para o consumo interno no país, sua participação é irrisória apenas na produção de gêneros voltados para a exportação. Com essa amplitude, a inserção competitiva dos agricultores familiares nos mercados nacional e internacional tornou-se uma exigência do capital em seu estágio contemporâneo. Tendo em vista que esse necessita cada vez mais expandir os seus espaços de valorização para barrar os efeitos da sua crise estrutural, criando e recriando instrumentos de centralização de capitais voltados para a extração da renda rural de trabalhadores do campo (apropriação do sobretrabalho), por meio da combinação de estruturas arcaicas (primitivas) como novos arranjos modernos de exploração capitalista.

No que concerne à exploração desse segmento, é preciso destacar que o capital não subordina diretamente o trabalho camponês, pois esse preserva a propriedade da terra e possui uma relativa “autonomia” no processo de produção. O que o capital subjuga é a renda da terra por meio do controle dos fluxos de dinheiro com a mediação financeira dos bancos, no tocante às estratégias de financiamento e comercialização da produção familiar. Assim, em setores como a produção de alimentos, que possui uma renda baixa, o capital cria as condições necessárias para extrair um excedente econômico, principalmente por meio da dependência de pequenos agricultores pelo crédito bancário, que transfere o (mais) valor produzido por eles para se realizar nas mãos do capital.

Levando em consideração tais fatores, concordamos com Lustosa (2012) ao afirmar que a defesa da viabilidade da agricultura familiar no contexto da mundialização financeira, mascarada com o discurso da pluriatividade e/ou multissetorialidade, são conclusões encapsuladas e fetichizadas porque desconsideram a categoria trabalho e as relações sociais de produção a partir de uma perspectiva de totalidade, que pressupõe a complexificação dessas relações no regime de acumulação flexível, que implica na reestruturação do trabalho com o avanço da ciência e da tecnologia, acarretando no desemprego estrutural que passa a ser compensado com o discurso do trabalho autônomo. Sem essa perspectiva (mirante) de análise, torna-se obscura a participação de outras modalidades de trabalho (camponês) na reprodução social do capital, porque obscurece “[...] as alterações nas bases materiais, nos processos de trabalho, as metamorfoses e as formas que o trabalho se subordina aos

imperativos econômicos e sociais, incluindo os reflexos nos processos de produção e reprodução” (Ibid. p. 125).

Ademais, é importante ressaltar que a proposta de revalorização da agricultura familiar descarta qualquer medida de transformação das relações sociais no campo, servindo de reforço ao agronegócio, porque não toca nos fundamentos da sociedade capitalista no sentido de contestar a concentração fundiária, ou seja, a propriedade privada da terra. A presença do latifúndio é um dos determinantes centrais para a reprodução da pobreza no campo brasileiro, mas é funcional ao capital rentista na extração da renda fundiária. Desta forma, o conteúdo conservador adotado pelas políticas agrárias se justifica pelas necessidades contemporâneas da economia política do capital financeirizado, que passa a demandar a viabilidade do trabalho camponês.

Logo, denuncia-se o conteúdo ideológico do termo “agricultura familiar” porque ele foi forjado para atender às necessidades de acumulação do capital, a partir da constituição de um novo agricultor integrado ao mercado. Isso representa a negação do camponês, do seu modo de vida e trabalho, das suas práticas de reciprocidade e sociabilidade, tão comuns ao conjunto dos pequenos produtores que Sabourin (2012) encontrou no interior do país, sobretudo no Nordeste, contrariando a premissa de que não existem camponeses no Brasil. Uma vez inclusos na dinâmica capitalista, esses agricultores passam a trabalhar indiretamente para o capital porque ficam subordinados aos seus imperativos, restando tentar sobreviver em meio à concorrência e à competição como forma de manter a propriedade e evitar a sua expropriação e/ou proletarização. Ignorando essas particularidades e diversidades de sujeitos que o termo agricultor familiar comporta, as políticas públicas neoliberais imputarão a essa nova categoria social a responsabilidade de promover o desenvolvimento rural, superando as situações de pobreza no campo. Para aprofundar esta discussão, passemos para o próximo tópico.

2.2.1. O enfrentamento da pobreza no território da financeirização: crédito e agricultura familiar no governo PT

A reorientação das políticas agrárias neoliberais, sob a determinação do Banco Mundial nos anos de 1990, vai atuar no sentido de reduzir os efeitos devastadores e recessivos dos ajustes estruturais em curso nos países da periferia do capital, que começaram a demonstrar sinais de desgaste econômico e crescente insatisfação política. Esses determinantes culminaram na formulação de novas estratégias pelos organismos multilaterais para intervir

economicamente em regiões consideradas vulneráveis a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável e da focalização de políticas públicas nos territórios da pobreza.

Não obstante, o caráter ilusório dessas políticas que prometem enfrentar o pauperismo nos territórios da “cidadania”, sobretudo nos governos do PT, revela sua verdadeira essência ao relacionarmos a revalorização dos espaços locais, das comunidades rurais e da agricultura familiar com as novas necessidades de acumulação do capital financeiro e das transformações produtivas que invadiram o rural brasileiro no contexto da internacionalização, que registra uma nova fase de desenvolvimento no país, marcado pela integração no mercado de antigas relações tradicionais de trabalho no âmbito da globalização da economia e da agricultura, conforme vimos acima.

Os territórios destinados a serem *loci* de atuação dos programas de enfrentamento da pobreza passaram a ser propícios ao movimento do capital mediante a territorialização das suas estratégias de valorização, com o intermédio das políticas públicas. Sobre essa discussão, resgatam-se as contribuições de Lisboa e Conceição (2007), que explicam o processo de apropriação do espaço pela dinâmica da financeirização. Conforme esclarecem as autoras, com a mundialização financeira as dimensões microespaciais passaram a ter um papel significativo no processo de valorização capitalista, demandando um novo reordenamento na articulação entre o local e o global em meio às novas determinações da reprodução do sistema, em sua face contemporânea. Isso foi possível devido às transformações operadas pelo regime de acumulação flexível, impulsionada pelos avanços tecnológicos (que provocaram a derrubada das barreiras de espaço e de tempo no movimento de rotação do capital), associada às possibilidades de especulação financeira de regiões longínquas (via desregulamentação), estimulando o sistema econômico-financeiro a criar e recriar espaços/territórios de apropriação do capital por meio da dominação de lugares com potencialidades latentes para a exploração.

Nessa nova dinâmica da internacionalização, as especificidades localizacionais relacionadas a um conjunto de características como a cultura, os costumes, os conhecimentos populares, as vantagens das condições naturais, as relações sociais e econômicas, a oferta de matéria-prima e de mão de obra flexível, tornaram-se elementos essenciais para a acumulação financeira do capital. Posta a situação de grande concorrência monopolística em escala mundial, os diferenciais e as inovações da produção passaram a ser buscados nas particularidades dos lugares, que antes eram integrados ao mercado apenas pela via do consumo. Com a reestruturação produtiva, o capitalismo compreendeu que as microdimensões poderiam ser muito lucrativas porque sua exploração é bastante

“econômica”, tanto em termos de investimentos quanto em relação aos custos e compromissos com a reprodução da força de trabalho, já que incorporam diferentes modalidades de trabalho desprotegido como o informal, o familiar, o terceirizado e as pequenas estruturas produtivas como as microempresas. Sobre a valorização dos territórios para o capital, Lisboa e Conceição (2007, p. 117) afirmam que

As diferenciações de condições de receptividade, conhecimento, técnica, ciência, estratégia de acumulação das elites locais, redes de poder e influência, também são requisitos de valorização do espaço. Nota-se que a produção muda de lugar ou de região e que quanto menores são as barreiras espaciais, mais as variações do lugar se tornam atrativas ao capital (Ibid).

As diferentes partes e regiões do planeta passaram a ser integradas no mercado financeiro mundial, a partir de suas habilidades para atrair capitais e investimentos produtivos em seus territórios, fazendo com que as suas “vantagens” sejam colocadas como chamarizes de capital na concorrência com outros espaços locais. De sorte que a boa imagem do território, resultante da sua capacidade de absorção de inovações tecnológicas e de condições favoráveis para a extração de elevadas rendas, tornou-se imprescindível para a atração de recursos monetários de investidores privados.

Lisboa e Conceição (2007) propõem que a produção do espaço pelo capital acontece quando este se apropria de lugares específicos, ou seja, se territorializa, redefinindo as suas relações sociais e de produção em prol dos seus interesses. Dessa maneira, é preciso compreender que o espaço é anterior ao território e que são as determinações histórico-estruturais que se exercem sobre ele, a partir do seu uso, que o constitui enquanto tal. Santos (2005, p. 255) é taxativo ao afirmar que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. Assim, a funcionalidade que o uso (exploração) desses novos lugares exerce no processo global de valorização capitalista é o elemento determinante da sua constituição como território, e não as suas características materiais. O referido autor ainda ressalta que a interdependência universal entre esses tornou-se uma realidade contemporânea da mundialização, na qual os territórios passaram a constituir verdadeiras redes sob o comando do capital especulativo.

Essas redes impõem uma nova racionalidade ao território que vai de encontro à noção desse como espaço de vivência de todos (espaço banal), para se tornar um espaço a serviço do capital, comandado pela sua lógica de acumulação. Para isso, contam com o auxílio dos aparelhos de hegemonia difusores da razão burguesa e da supremacia do mercado global como o FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais em geral, as

universidades e fundações de pesquisa, que são agentes propulsores da globalização perversa. Com isso, Santos (Ibid. p. 260) adverte que “a tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital”.

Os processos histórico-econômicos brasileiros que abriram espaço para a ideologia do desenvolvimento local com base no território foram a falência do nacional-desenvolvimentismo que operou a modernização conservadora da economia brasileira. Essa se deu por meio de um processo de revolução passiva, operando “[...] mudanças necessárias ao ‘progresso’, mas o faz no quadro da conservação de importantes elementos sociais, políticos e econômicos da velha ordem” (COUTINHO, 2005, p. 231). O viés produtivista do desenvolvimento econômico brasileiro, calcado na industrialização por substituição de importações e no Estado planificador, chegava ao esgotamento nos anos de 1980, culminando na explosão da dívida pública – que é resultado de um intenso processo de endividamento interno e externo, devido ao modelo de financiamento da atividade industrial que sempre foi dependente de capitais estrangeiros, cujos volumes de empréstimos foram adquiridos entre os anos 1960 e 1970, para fermentar a conjuntura de crescimento que ficou conhecida como o “milagre econômico”.

Mesmo com a iminente crise estrutural de 1970, o governo brasileiro manteve o padrão de financiamento da industrialização pesada, incentivando as empresas públicas e as filiais das grandes multinacionais a tomarem empréstimos em moeda estrangeira. O que para Paulani (2010, p. 116) foi “um grande serviço aos capitais líquidos” acumulados nas praças financeiras de Londres, que encontraram fluxos de investimentos atrativos. Contudo, quando as autoridades monetárias norte-americanas elevaram as taxas de juros para valorizar o dólar, a dívida pública brasileira deu um salto enorme para frente, inviabilizando a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos com os credores internacionais. Com isso, houve um refluxo do crédito estrangeiro no país e uma inversão do fluxo de capitais que migraram da periferia para o centro, sob a forma de juros e amortizações da dívida pública.

Esse processo se constituiu, para Teixeira (1994, p. 135), como o “o primeiro ato do grande drama vivido pela economia brasileira”, pois tal endividamento foi a matriz dos desajustes estruturais dos anos de 1990. A falência do nacional-desenvolvimentismo levou a economia brasileira à bancarrota, em razão da “[...] perda do controle da moeda e de suas finanças por parte do Estado, debilitando também a sua ação estruturante, não apenas pela

forte redução do gasto e dos investimentos públicos, mas também pela completa ausência de políticas de desenvolvimento (SOARES, 1995, p. 175).

Nessa conjuntura, os países assolados pela crise da dívida se submeteram aos ditames dos organismos multilaterais, que começaram a exigir as Cartas de Intenção, como parte dos acordos para renegociação de dívidas e tomada de novos empréstimos necessários para a (des) estabilização econômica, fazendo com que os países periféricos se ajustassem ao modelo de desenvolvimento inspirado no neoliberalismo, que passou a ser difundido pelo Banco Mundial. No Brasil, após um turbulento processo de abertura política, transita-se de uma ditadura militar para a ditadura do neoliberalismo na década de 1990, com a instituição de políticas macroeconômicas liberalizantes que permitiram a livre mobilidade do capital financeiro, o qual passou a comandar o próprio Estado, que foi, paulatinamente, perdendo a sua soberania.

Como saldo dos governos neoliberais (Collor e FHC), que operaram diversas reformas orientadas para o mercado, tem-se que a economia foi estabilizada temporariamente, por meio do equilíbrio fiscal e do controle da inflação, resultantes do Plano Real. Todavia, a abertura irresponsável da economia brasileira levou à falência inúmeras empresas nacionais que não puderam competir no mercado com as concorrentes estrangeiras, que dispunham de tecnologia sofisticada e menor custo de produção. Como decorrência da liberalização ocorreu o desmonte do parque industrial, que foi reduzido e desnacionalizado, acarretando na transferência de capitais para a esfera financeira. A retração do setor produtivo, associada à contrarreforma do Estado (também geradora de desemprego por meio dos programas de demissão voluntária e da criação das O.S.) e à compressão dos serviços públicos essenciais via sucateamento das políticas públicas, produziu um dos ditames da política neoliberal, que consiste na restauração de um crescente exército de reserva que se formou devido à extinção de diversos postos de trabalho, culminando no desemprego estrutural e no aumento da informalidade (BEHRING, 2008).

Além disso, a reforma patrimonial dilapidou o Estado, que ficou despossuído dos seus bens, os quais foram entregues aos grandes monopólios por meio das privatizações selvagens. Os presidentes supracitados privatizaram grande parte das empresas estatais, inclusive as que eram lucrativas e estratégicas, como as do setor de telecomunicações, transporte urbano, mineração e petróleo. Segundo Lesbaupin (1999), no início no governo FHC, o Brasil ainda era um país respeitado internacionalmente, mas quatro anos depois a nação estava mergulhada numa profunda crise econômica, tornando-se submissa ao controle do FMI,

[...] tendo privatizado quase todas as suas empresas estatais, inclusive a Vale do Rio Doce, tendo perdido grande parte das suas reservas cambiais, com um nível de desemprego alarmante e crescente, com uma evidente queda da renda salarial média, e com acentuada deterioração dos serviços públicos de saúde, educação, de assistência, de previdência, de moradia [...] (Ibid. p.7).

A crise econômica que assolou diversos países, os quais implantaram os ajustes estruturais, colocou em xeque a legitimidade do neoliberalismo enquanto proposta de desenvolvimento das economias periféricas. A insatisfação política diante do cenário recessivo fez com que os próprios intelectuais orgânicos da burguesia passassem a negar a influência liberal em seus projetos de governos, tal como fez Bresser Pereira, que foi o ideólogo da contrarreforma do Estado brasileiro no governo de FHC. Com isso, as classes dominantes tiveram que incorporar na sua agenda política propostas de intervenção que contemplassem o atendimento de algumas sequelas da questão social. Com consequência, na primeira década do século XXI, a continuidade das propostas neoliberais reapareceu disfarçada e reformulada no bojo da ideologia do neodesenvolvimentismo, com forte expressão na literatura brasileira e latino-americana. Essa nova ideologia repaginou alguns aspectos do nacional-desenvolvimentismo e se apresentou como uma nova fase desenvolvimentista. Esse debate, segundo Castelo (2012), se tornou o tema da moda no Brasil, diante da positividade de alguns indicadores sociais e do aumento da taxa de crescimento econômico no governo Lula.

De acordo com o autor, os defensores dessa corrente afirmavam que o “[...] Brasil viveria uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social – o que inauguraria um original padrão de acumulação no país, o social-desenvolvimentismo [...]” (Ibid. p. 615). Os ideólogos do neodesenvolvimentismo defendem a tese de que o social se tornou a linha de força da política econômica de Lula e Dilma, o que teria levado ao rompimento com o neoliberalismo e inaugurado um modelo de acumulação centrado na distribuição equitativa de riquezas. É inegável que os níveis de vida da população brasileira pobre sofreram significativas melhoras com os governos petistas devido à expansão dos programas e políticas sociais que permitiram o acesso de camadas populares empobrecidas à educação (particularmente ao nível superior e à formação tecnológica), à política de saúde, à política de assistência social, com a implantação do SUAS, e o acesso à previdência, devido à ampliação dos postos de trabalho; entretanto, é necessário destacar que os projetos de inclusão social e econômica da população em nada alteraram as estruturas da acumulação capitalista nacional. Segundo Castelo (2012, p. 627), fundamentado em Pochmann, o social-desenvolvimentismo é

[...] um padrão de acumulação (ou modelo de desenvolvimento) que conjugaria crescimento econômico, reafirmação da soberania nacional (Brasil como credor mundial, acúmulo de reservas externas e diversificação de parceiros comerciais), reformulação do papel do Estado (reforço nas empresas e bancos públicos, aumento do funcionalismo público e o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC) e choque distributivo (aumento do salário mínimo e dos gastos sociais — previdência, assistência, seguro-desemprego e abono salarial — e expansão do crédito para pessoas físicas).

De fato, a postura mais social-liberal dos governos petistas com foco nas políticas sociais, das quais o Programa Bolsa Família é a maior expressão, foi capaz de reduzir a pobreza, contudo não se pode deixar de ressaltar que o novo desenvolvimentismo se configurou como mais uma versão do liberalismo enraizado, pois ratificou as diretrizes do receituário neoliberal que privilegiava a estabilização macroeconômica, a financeirização e a livre circulação do capital externo (GONÇALVES, 2012). Ademais, no limite de nossa análise, não podemos deixar de observar que a implantação de políticas e programas operada nos governos Lula e Dilma, sobretudo aqueles de combate à pobreza, foi formulada e/ou orientada no interior das agências multilaterais como o Banco Mundial, que difundiu tais políticas por toda a periferia do capital, com vistas a impulsionar o desenvolvimento econômico e social dessas regiões.

Conforme já sinalizamos acima, as preocupações “sociais” do conjunto dos países cêntricos e instituições bilaterais reguladores do sistema financeiro internacional decorrem da crise de legitimidade da exploração capitalista devido às suas crises cíclicas, ao agravamento planetário do pauperismo, além dos sinais de esgotamento dos recursos naturais, obrigando-os a reconhecer que somente o crescimento econômico não era suficiente para estancar as contradições (sequelas) da exploração do trabalho, e que era preciso investir em políticas públicas que maquiasses as desigualdades sociais e regionais, justificadas pela falsa ideologia do combate à pobreza. É nesse contexto que ganham força as ideias de sustentabilidade, de desenvolvimento local e de focalização das ações em territórios rurais vulneráveis dos países periféricos. Essa nova lógica do capital é permeada por “[...] um modelo de desenvolvimento econômico que privilegia a inserção internacional fundada em operações que se realizam dissociadas das demandas internas (LISBOA; CONCEIÇÃO, 2007, p. 118).

A emergência do território como protagonista do desenvolvimento econômico está associada também à refuncionalização do papel do Estado em meio ao achatamento de suas funções em prol da eficiência do mercado. O domínio mercantil foi reforçado pela

descentralização político-administrativa devido ao compartilhamento de competências, poderes e espaços de decisão com os demais entes federados por meio da municipalização das políticas sociais brasileiras promulgadas pela Constituição Federal de 1988. O “pseudoempoderamento” das regiões, municípios e comunidades locais, na verdade, facilitou a penetração e territorialização de capitais estrangeiros nesses espaços com ou sem a intermediação do governo federal, simplificando o processo de inclusão produtiva desses na dinâmica da reprodução capitalista.

No plano do discurso, ganhou fôlego o apelo à participação da sociedade civil, estimulando o protagonismo dos atores locais, que se tornaram os agentes do desenvolvimento por meio de suas instituições representativas. Os gestores locais passaram a incentivar o empreendedorismo, o cooperativismo e o associativismo, alicerçado na perspectiva da economia solidária, como tentativa de envolver os moradores locais na gestão de novas experiências produtivas populares e/ou reforçando o potencial dos sistemas produtivos locais já existentes. Assim, “o novo paradigma do desenvolvimento endógeno ou local considera como espaço preferencial economias de regiões e cidades, que possam crescer utilizando o potencial de desenvolvimento presente no território” (LISBOA; CONCEIÇÃO, 2007, p. 126).

A abordagem territorial como diretriz das políticas públicas brasileiras ganhou impulso ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir da retomada do debate acerca do desenvolvimento rural, que adotou as orientações do Banco Mundial no direcionamento das políticas agrárias. Nesse novo paradigma de intervenção, o agricultor familiar se tornou o grande dinamizador da modernização e o segmento privilegiado para a atuação de programas e projetos direcionados ao enfrentamento da pobreza.

Assim, concorda-se com Montenegro Gómez (2006) quando afirma que a resolução das desigualdades sociais latentes no meio rural brasileiro passa a ser creditada, de um lado, à garantia de condições mínimas de subsistência e reprodução dos trabalhadores do campo²¹, e do outro, enquanto eixo central de intervenção, à promoção de uma agricultura familiar empresarial integrada no mercado internacional. Sendo que a função de promover a infraestrutura necessária para criar a ligação entre o local (comunidades rurais) e o global (mercado econômico e financeiro) seria tributada ao Estado por meio de um arranjo de

²¹ Estratégia largamente utilizada no governo Lula com a ampliação do Programa Fome Zero, que prevê um dos maiores programas de transferência de renda da América Latina, o Bolsa Família. Tal programa teve um forte impacto no espaço rural brasileiro, que concentra grandes bolsões de pobreza e que possibilitou a reprodução social de famílias pobres ou extremamente pobres.

políticas públicas focalizadas no território e direcionadas ao alívio da pobreza. Tendo em vista que, conforme atestam Lisboa e Conceição (2007), houve um redirecionamento na direção das políticas públicas que agora deveriam partir do/no território, como campo privilegiado de atuação.

Destarte, a partir de 2003, essa metodologia de territorialização das políticas sociais com vistas ao enfrentamento da pobreza ganha força e fôlego no governo Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como marco político-institucional a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que assumiu o papel de difusora do novo paradigma de modernização agrária. Segundo Sabourin (2009), a justificação teórica e metodológica dos territórios sustentáveis é atraente, tendo em vista que esses preconizam a valorização do elemento humano como mola propulsora para o desenvolvimento econômico, com fundamento “em valores éticos de equidade, justiça, respeito da diversidade, co-responsabilidade e reconhecimento da multifuncionalidade dos espaços rurais” (Ibid. p. 152-153), com vistas a criar um espaço de diálogo e uma rede de solidariedade entre a sociedade civil, os serviços públicos e privados, as municipalidades e demais organizações envolvidas em estratégias para a geração de trabalho e renda, de acesso aos direitos de cidadania, além da promoção da agroecologia, levando em consideração as dinâmicas territoriais, suas prioridades e protagonistas locais.

Entre os argumentos do MDA para legitimar essa nova abordagem das políticas sociais de produção inclusiva e combate à pobreza, destaca-se a concepção de que: o rural não se limita ao agrícola (temática abordada no tópico anterior); a necessidade de descentralização das políticas públicas e de responsabilização dos agentes locais; além disto, a consideração de que a escala municipal é muito reduzida para planejar as ações de desenvolvimento, já a nacional é demasiado ampla, o que não permite enxergar as particularidades dos lugares. Por isso, o melhor ator para promover o desenvolvimento local e o fortalecimento da agricultura familiar, segundo a concepção governista (PT), é o território (Ibid.).

No âmbito da execução, dois grandes programas foram criados para implantar a abordagem territorial no governo Lula: o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), em 2003, e o Programa Territórios da Cidadania (PTC)²², em 2008. Essas iniciativas funcionam como complementares, utilizando o mesmo recorte espacial para tornar mais eficiente as estratégias de incluir na produção e no consumo as populações

²² Em 2009 existiam 120 Territórios da Cidadania no Brasil, seis desses espalhados pelo estado de Alagoas. Dentre esses, o do Agreste comporta o município de Arapiraca, que é o *locus* desta pesquisa e região onde incide grande participação produtiva da agricultura familiar.

marginais em relação ao mercado capitalista. De modo geral, esses territórios agregam um conjunto de municípios com similaridades relacionadas a características como a economia, o ambiente, a cultura, a identidade e as demandas socioeconômicas, e devem assessorar as decisões concernentes às prioridades para investimentos e melhorias nas comunidades.

Todavia, a constituição desses territórios está atravessada por contradições, a exemplo da retórica da participação popular que fica subsumida ao protagonismo das instituições que participam dos conselhos locais, enquanto os agricultores camponeses continuam sendo apenas o público-alvo das políticas e sujeitos administrados/controlados por elas. O próprio território, no entender de Sabourin (2009, p. 154), acaba se tornando um novo ator, cabendo indagações sobre sua legitimidade, já que “[...] os atores humanos encarregados do projeto coletivo terminam sumindo atrás de uma nova estrutura institucional”.

Mas a contradição maior e mais fundamental sobre essa discussão já foi apontada por Lisboa (2007), e diz respeito à territorialização do capital nesses espaços que deveriam promover a “cidadania”, mas que, na verdade, incluem os agricultores no mercado, a exemplo do arranjo produtivo local da cajucultura em Barreiras/CE; iniciativa esta estimulada pelas políticas estatais, sendo o maior favorecido o capital, com a implantação de empresas como a Universal Única do Cajú Ltda, que conseguiu se beneficiar do trabalho (barato) de pequenas empresas locais e do arranjo produtivo, se dedicando apenas ao lucrativo negócio da exportação dos derivados do caju. Na verdade, o Estado viabiliza as condições objetivas para a integração no mercado dos agricultores familiares, mas é a ação reguladora do capitalismo que passa a comandar as relações sociais e de produção, interferindo na dinâmica da comunidade por meio da adaptação às novas estratégias de produção, aos mecanismos de ajuste de preços, padronização da qualidade dos produtos, utilização de técnicas, entre outros.

Com isso, reafirma-se a concepção de Marx, que concebe o Estado (em qualquer fase do desenvolvimento capitalista) como o comitê executivo da burguesia, ao defender os interesses desse no que concerne à expansão e acumulação do capital sob os auspícios da mundialização financeira, pois a tendência é que cada vez mais o Estado se retire da promoção de políticas no rural, colocando o mercado e o senso empresarial como dinamizador do desenvolvimento agrário. Sobre isso, resgata-se as palavras de Montenegro Gómez (2006, p.88), para quem

[...] o governo Lula insiste na redução do papel do Estado apenas à cobertura da iniciativa privada, em confiar a regulação socioeconômica a mecanismos de mercado, enfim, em consolidar o paradigma neoliberal que domina o discurso e a prática tanto dos organismos internacionais de regulação e controle como dos governos locais, neste caso, adotando algumas correções e exibindo algumas

preocupações que, sob o pretexto de impor limites à lógica do capital, na realidade legitimam uma prática que se insiste em ser a única “possível”.

Assim, os territórios rurais passam a ser comandados diretamente pelos interesses do capital rentista, devido ao fortalecimento das parcerias público-privadas que envolvem agentes internacionais, nacionais e locais, por meio do estímulo que recebem do governo federal. Como consequência, assiste-se no meio rural a redução do protagonismo de instituições tradicionais como sindicatos, partidos e movimentos sociais em geral, que eram os polos agregadores da organização dos trabalhadores do campo, e a ascensão de organizações não governamentais e associações comunitárias que encontram respaldo ilegítimo no discurso do combate à pobreza rural. Sabourin (2009) adverte que algumas dessas associações são constituídas apenas para receberem recursos para a construção de infraestruturas como casas de farinha, barragens, armazéns ou silos e, logo após, tornam-se inativas e inoperantes.

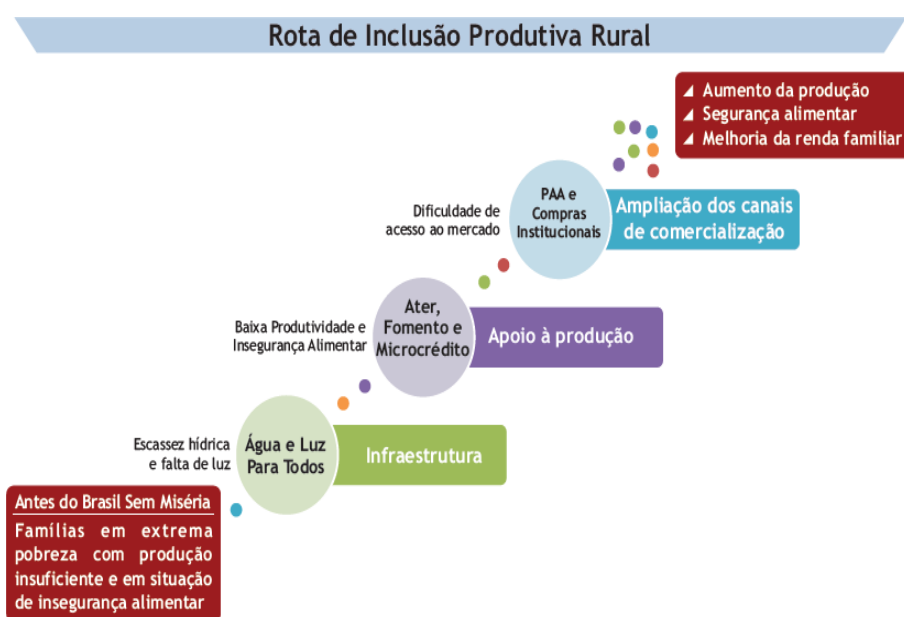
No governo de Dilma Rousseff, a abordagem territorial das políticas sociais no campo com foco em localidades de maior vulnerabilidade social foi reforçada pelo Plano Brasil Sem Miséria, lançado em 2011, que passou a funcionar como a nova teia agregadora de um conjunto de programas e projetos direcionados ao alívio da pobreza, de forma complementar ao Pronat e ao PTC, sobretudo no Norte e Nordeste do país, conforme ressaltamos no primeiro capítulo. O PBSM²³ prevê a atuação de vários programas setoriais diferenciados voltados para enfrentar as diversas dimensões da pobreza, em um ambiente sinergizado pela articulação da ação pública e dos atores locais que participam da gestão do território.

O foco do programa volta-se para sanar as situações de pobreza absoluta (extrema), cuja concentração é relativamente maior nas áreas rurais, com destaque para atuação do Programa Bolsa Família. Conforme já destacamos em outro momento, esse plano se estrutura em torno de três eixos: a transferência de renda, a inclusão produtiva e o acesso aos serviços públicos. Para Lima (2015), é visível a predominância das medidas de transferência de renda no interior do plano, deixando as ações dos outros dois eixos lateralizadas, apesar da interface com as diversas políticas setoriais como saúde, educação, assistência social, inclusão produtiva e meio ambiente, apontando para a tendência fragmentada e seletiva das políticas sociais que estão cada vez mais monetarizadas.

²³ Não ignoramos que o PBSM é composto por um conjunto amplo de políticas voltadas para o urbano e para o rural. Contudo, dada a centralidade da realidade agrária brasileira, a partir da singularidade arapiraquense, que é o foco desta pesquisa, concentramos nossa análise apenas no eixo de produção inclusiva rural do referido plano.

Sobre a parte rural do PBSM, especificamente, destaca-se que esse articula uma série de iniciativas estruturadas em torno do eixo de inclusão produtiva com o fito de aumentar a produção camponesa por meio do serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER); da concessão de recursos monetários (programa de fomento a fundo perdido no valor de R\$ 2.400); do programa Bolsa-Verde (BV) para famílias que vivem ou trabalham nas florestas nacionais (subsídio de R\$ 300,00); oferta de sementes crioulas e mudas; programas Luz para Todos e Água para Todos; ações de acesso aos mercados e apoio à comercialização da produção, realizado principalmente por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, por fim, o programa de microcrédito – Agroamigo –, voltado para o financiamento de atividades produtivas e incentivo à bancarização dos agricultores familiares. Observe o esquema a seguir:

Figura 1- Rota de inclusão produtiva rural.



Fonte: Plano Brasil Sem Miséria: Resultados no meio rural 2011/2014.

Elaboração: MDA/MDS.

Em meio a esse conjunto de ações, ressalta-se que o Agroamigo se caracteriza como uma estratégia de enfrentamento da pobreza dentro do território, por meio de sua atuação em interação com as demais políticas públicas, devido ao reconhecimento de que a sua intervenção isolada teria baixo desempenho na redução da pobreza entre os agricultores pobres nordestinos. A validação desse programa de microcrédito seria sua capacidade de elevar a produção do agricultor, o que teria efeitos positivos na renda familiar e aumentaria a demanda por consumo entre o grupo, interferindo positivamente na qualidade de vida dos

mutuários. Observa-se que os critérios do programa são meramente econômicos porque privilegiam a inserção no mercado pela produção e consumo, tendo os bancos e a financeirização como porta de entrada, o que reforça os processos de valorização do capital.

Desta feita, encerra-se a presente discussão com o entendimento de que o Agroamigo integra o conjunto das políticas de desenvolvimento rural sustentável com vistas à superação da pobreza nos territórios promotores da “cidadania”, mas que são apropriadas pela lógica do capital. Dito isso, passa-se a uma breve abordagem de características gerais do Agroamigo, para dar base ao último capítulo desta dissertação que pretende explorar a singularidade do referido programa no município de Arapiraca/AL.

2.2.2. Breves considerações sobre a atuação do microcrédito rural (Agroamigo) no Nordeste brasileiros

O Agroamigo é um programa de microfinança rural, operacionalizado pelo Banco do Nordeste, em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC)²⁴, que tem como objetivo melhorar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares nordestinos e do norte de Minas Gerais e Espírito Santo, por meio do financiamento produtivo da atividade rural, numa região marcada pela forte presença do trabalho familiar na agricultura, sobretudo na região semiárida. Conforme indicou o Censo Agropecuário (2006), o Nordeste é a região com maior concentração de estabelecimentos de agricultura familiar, com um total de 2.187,295 milhões, o que é praticamente a metade dos empreendimentos brasileiros, que registrou um montante de 4.367,902 milhões.

O referido programa foi criado em 2005, tendo como público-alvo os agricultores familiares enquadrados no Pronaf B, que é composto por trabalhadores com renda bruta anual de até R\$ 20 mil, ou seja, aqueles trabalhadores que compõem as camadas pobres do campo e com baixo índice de capitalização, que passaram a dispor da linha de financiamento

²⁴ O INEC é certificado como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que compõe o chamado Terceiro Setor. Alencar (2009, p. 08) entende a noção de Terceiro Setor como “espaço situado ao lado do Estado (público) e Mercado (privado), no qual são incluídas entidades de natureza distinta como ONGs, fundações empresariais, instituições filantrópicas e atividades do voluntariado. Consideram-se entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (privada e pública). O “terceiro setor” é considerado um setor “não-governamental”, “não-lucrativo” e “esfera pública não-estatal” materializado pelo conjunto de “organizações da sociedade civil consideradas de interesse público”. De acordo com Montañó (2002), “o desenvolvimento do chamado ‘terceiro setor’ decorre das sensíveis alterações nas modalidades de respostas às sequelas da ‘questão social’”. Decorre, pois, da forte crítica que se faz das políticas sociais universais, contratualistas e constitutivas de direito de cidadania. Significa uma alteração no padrão de resposta à questão social, representando a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e autorresponsabilização do cidadão e das comunidades locais para essa função”.

Agroamigo Crescer. Esse público ficava constantemente excluído das políticas de crédito rural até a criação do grupo B do Pronaf, que ampliou a cobertura para incorporar esse segmento de agricultor rural. Não obstante, as contradições de financiamento com a concentração de recursos em algumas regiões do país, como o Sul, comprometeram a atuação do programa na região Nordeste, que agrupa a maior quantidade de agricultores pobres voltados para a produção de alimento da família. Logo, pode-se dizer que o Agroamigo surgiu para sanar os vícios do Pronaf e incluir os pobres do campo nas políticas creditícias.

O alto risco de inadimplência do Pronaf B levou o BNB a desenvolver uma metodologia diferenciada de crédito orientado e acompanhado, no qual a figura do assessor de microcrédito é essencial, e a principal inovação do Agroamigo. Tendo em vista que esse agente faz a mediação entre o mutuário e o banco, atendendo-o na própria comunidade por meio da elaboração de uma proposta simplificada de crédito, teoricamente adequada para as necessidades de cada cliente. Além disso, o agente de microcrédito deve realizar palestras em escolas, sindicatos e associações a fim de divulgar o programa e atingir os possíveis clientes.

Assim, o Agroamigo passou a operacionalizar os recursos do Pronaf B no Nordeste porque sua nova metodologia foi capaz de reduzir a inadimplência devido à relação pessoal que o assessor estabelece com o mutuário. De acordo com Maia e Pinto (2015, p. 13), “ao enfatizarem os compromissos assumidos pelos mutuários e as consequências do inadimplemento, os assessores de microcrédito exercem certa pressão sobre os agricultores do grupo B para que paguem o financiamento em dia”²⁵. Com isso, o BNB conseguiu difundir a financeirização (crédito) entre os agricultores pobres e garantir uma taxa de inadimplência de 3,30%, que é mais baixa que a dos setores convencionais (Ibid.). O referido programa tem como objetivos:

- Conceder crédito orientado e acompanhado, de forma gradativa e sequencial.
- Atender aos clientes na própria comunidade, por meio do agente de microcrédito.
- Expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento com redução de custos para o cliente.
- Agilizar o processo de concessão de crédito.
- Promover a inclusão financeira do (a) agricultor (a) familiar e seu acesso aos produtos e serviços do banco.

²⁵ É importante ressaltar que o assessor de microcrédito é mão de obra contratada pela OSCIP INEC e posto para trabalhar no Banco do Nordeste, ou seja, ele é um trabalhador terceirizado que possui uma remuneração variável. Seu salário é calculado em torno da quantidade de operações de crédito por ele efetuada e, sobretudo, pelo nível de adimplência de sua carteira. Isso significa que a pressão pelo pagamento dos empréstimos concedidos aos agricultores familiares recai sobre a figura do assessor (MAIA & PINTO, 2015).

- Sensibilizar os (as) agricultores (as) familiares quanto à importância da educação financeira.
- Conscientizar os (as) agricultores (as) quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente.

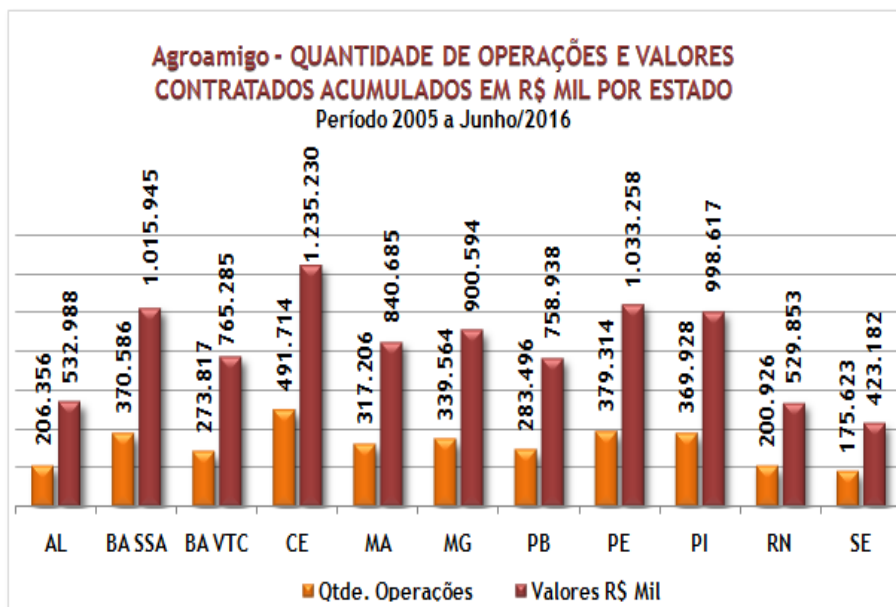
Os mutuários do Agroamigo, segundo Neri (2012, p. 94), “poderão desenvolver qualquer atividade geradora de renda no campo ou conglomerado urbano próximo, sejam agrícolas, pecuárias ou outras atividades não agropecuárias no meio rural como o turismo rural, agroindústria, pesca, serviços no meio rural ou artesanato”. Os agricultores familiares devem comprovar os seus status por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é emitida tanto pelas empresas de assistência técnica quanto pelos sindicatos rurais, a depender de cada localidade.

Em 2011, o referido programa passou a ser integrado às demais estratégias de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria, por meio de sua atuação conjunta com outras políticas, notoriamente o Programa Bolsa Família. A partir de 2012, foi criado o Agroamigo Mais, que atende os agricultores mais capitalizados com renda bruta anual de até R\$ 360 mil, o que incorporou os demais grupos do Pronaf, com exceção do A e do A/C. No entanto, o relatório do programa para o ano de 2015 mostra que “mais de 85% dos clientes têm renda anual inferior a R\$ 10.000,00, indicando a efetividade do Agroamigo em atender as famílias de mais baixa renda da zona rural”; o foco do programa nos agricultores pobres também é reflexo do valor de empréstimo para o grupo mais capitalizado (Agroamigo Mais), que tem um teto máximo de R\$ 15.000,00, quantia que é pouco significativa para um empreendimento rural de maior porte.

No que diz respeito à estrutura de funcionamento, é importante ressaltar que o Agroamigo é operacionalizado por 202 unidades bancárias espalhadas pelos 11 estados da federação atendidos, atingindo 1.990 municípios brasileiros (BNB, 2016). Quanto à amplitude do microcrédito, destaca-se que após dez anos de existência, o relatório do Banco do Nordeste, em 2015, aponta que o Agroamigo possui uma carteira ativa acumulada de R\$ 3.396.579,45 milhões, sendo que os valores contratados contabilizados no relatório foram de R\$ 1.839.331,85 milhões, por meio de 448.568 mil operações de crédito. A média dos valores de empréstimos fica em torno R\$ 4.146,00. Isso mostra que o programa movimenta bastante o capital que encontra espaço para valorização na atividade dos agricultores familiares. Ainda de acordo com o mesmo relatório, a atividade que mais canaliza recursos é a pecuária, com 83% dos empréstimos, enquanto a agricultura responde por apenas 11%, e os setores de

serviços e extrativismo por 4% e 2%, respectivamente. Já em relação à distribuição geográfica dos recursos por estado, observa-se o gráfico:

Gráfico 1 – Agroamigo - quantidade de operações e valores contratados acumulados em R\$ mil por estados.



Fonte: Relatórios e Resultados. Acesso: <http://www.bnb.gov.br/relatorios-e-resultados2>
Elaboração: BNB.

Os dados revelam que os estados da Bahia (Salvador e Vitória da Conquista), Ceará e Pernambuco concentram os maiores números de investimentos para a inclusão produtiva dos agricultores familiares; fato que fica explícito tanto nos valores contratados quanto na quantidade de operações de crédito realizadas naquelas localidades, com destaque para a Bahia, que sozinha movimenta R\$ 1.781.230 reais. O maior volume de investimento nas três unidades da federação supracitadas relaciona-se diretamente com o contingente populacional dessas regiões, tendo em vista que são as maiores da região Nordeste, pois as estimativas do IBGE para o ano de 2016 mostram que contingente populacional da Bahia chegará a 15.276.566; o do Ceará somará 8.963.663; e Pernambuco atingirá 9.410.336 de habitantes. Nesse caso, os dados sugerem que Pernambuco pode ter uma demanda reprimida pelo microcrédito do Agroamigo, uma vez que, apesar de sua população ser maior que a do Ceará (mais de 400 mil pessoas de diferença), recebe menos investimento. Já os estados de Sergipe, Rio Grande do Norte e Alagoas recebem, respectivamente, os menores volumes de dinheiro. De modo que Alagoas possui a terceira menor capacidade de financiamento devido ao montante de recursos (R\$ 532.988) direcionado a essa localidade, que desde sua criação até junho de 2016 havia realizado uma média de 206 mil operações de crédito. Esse fato também

se dá em função da população dessas localidades, que estão entre as menores do Nordeste, somando, nesta ordem, 2.265.779 pessoas (SE), 3.474.998 (RN) e 3.358.963 (AL). Aqui também é possível observar que Alagoas, tendo uma população menor que a do Rio Grande do Norte, tem maior capacidade de financiamento, mas a diferença dos números, tanto relativos à população quanto ao valor em reais recebidos pelo Agroamigo, é mínima.

Tendo ressaltado alguns aspectos gerais do Agroamigo, passa-se ao último capítulo desta dissertação a fim de analisar a lógica e o significado da estrutura e funcionamento do microcrédito no município de Arapiraca/AL.

CAPÍTULO III:

AGRICULTURA CAMPONESA SOB O JUGO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL: O AGROAMIGO EM ARAPIRACA/AL

[...] o agricultor é pobre porque produz. O valor agregado de seu produto, que transforma uma semente de milho em três espigas, acumula-se longe da porteira da propriedade, da chácara e até da grande fazenda.

Eugênio Giovenardi*

O presente capítulo foi elaborado com a finalidade de problematizar o ingresso das famílias camponesas arapiraquenses no circuito da financeirização, via programa de microcrédito (Agroamigo), para inclusão produtiva rural do PBSM. Para tanto, destacam-se os limites e contradições de uma política pública sob a lógica da agenda neoliberal, cuja natureza creditícia coloca seus usuários no movimento entre a reprodução da pobreza e do endividamento. Com esse intuito, observamos o desempenho do programa supracitado na geração de trabalho e renda no campo como estratégia de superação da pobreza, indicando o comprometimento da renda camponesa com o pagamento da dívida e com a valorização do capital rentista.

Para tanto, contextualizamos as particularidades da realidade rural arapiraquense, como parte integrante do semiárido alagoano, a fim de subsidiar o debate da estrutura e funcionamento do programa Agroamigo naquela localidade. Além disso, resgatamos os aspectos sócio-políticos do cotidiano de vida e trabalho dos agricultores camponeses nas suas lutas diárias para o enfrentamento da pobreza. E, por fim, abordamos a singularidade do crédito Agro “Amigo”, na relação dialética que compatibiliza a pobreza com a acumulação financeira do capital.

3.1. A exploração do capital na diversidade regional de Alagoas: elementos para a contextualização do rural arapiraquense

Historicamente, Alagoas é um estado marcado pela concentração de terras e pela baixa distribuição das riquezas socialmente produzidas, o que resulta num alto grau de pobreza e miséria entre a população local. A sua estrutura fundiária reflete os determinantes

* GIOVENARDI, Eugênio. *Os pobres do campo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003, p. 16.

econômicos, sociais e políticos herdados da formação social alagoana que se reproduzem contemporaneamente, expressando a relação desigual entre o latifúndio canavieiro, voltado diretamente para a exploração capitalista do território, *versus* a pequena produção camponesa de base familiar, que insiste em existir, somando-se à luta dos movimentos sociais protagonizados pelos trabalhadores rurais sem-terra, os quais demandam acesso à terra viável para o trabalho. A partir dessa dicotomia, é importante observar que existe um contraste entre latifúndio e minifúndio, agricultura capitalista e agricultura camponesa, leste e semiárido alagoano, enquanto traços de um território caracterizado por uma gama de diversidades sócio-espaciais, que são “aproveitadas” por diferentes estratégias de exploração do capital.

Tradicionalmente, Alagoas se coloca no cenário econômico nacional como grande produtor de cana-de-açúcar, dispondo de um setor sucroalcooleiro bastante sofisticado e concentrado devido à monopolização de dois meios de produção fundamentais: a indústria e a terra (MOURA, 2013). A agroindústria canavieira, dominante no estado, está apoiada no latifúndio, o que explica o alto grau de concentração fundiária pelas oligarquias locais que contam ainda com o aparato estatal via políticas de incentivo ao setor. É sintomático apontar a feudalização do governo do estado, cujos cargos políticos estão ocupados pelos senhores de terras.

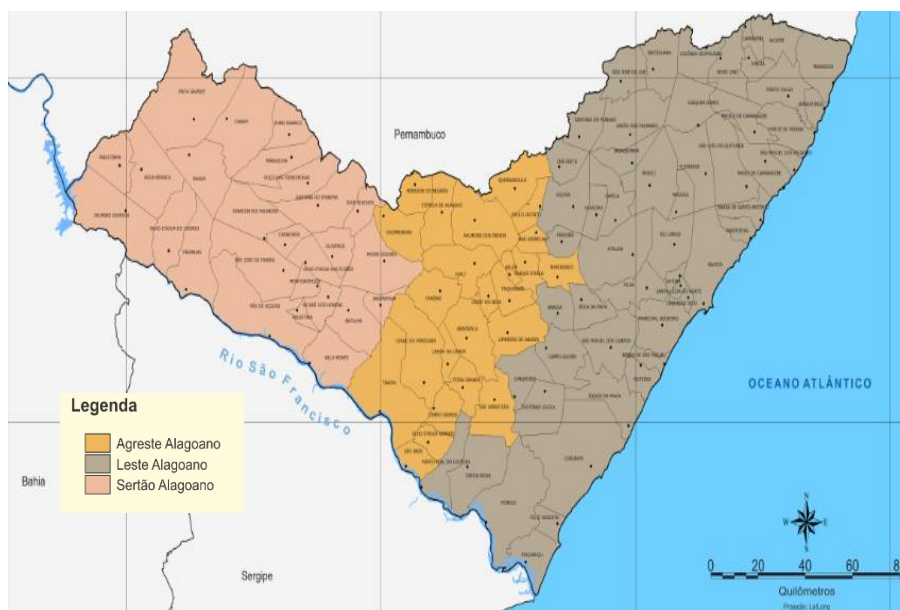
A hegemonia da cana é secular em Alagoas, sendo necessário ressaltar que sua dominação ganhou um grande impulso na segunda metade do século XX, por meio da modernização do campo a partir da constituição dos grandes grupos de usineiros, os quais passaram a se apossar das terras dos tabuleiros e a expulsar os antigos moradores de condição (trabalhadores) que residiam no interior das próprias fazendas e que foram direcionados para os centros urbanos, para a capital (Maceió) ou continuaram no campo, só que agora em pequenos minifúndios insuficientes para a reprodução familiar. Com isso, pode-se afirmar que o latifúndio canavieiro é determinante para a definição da estrutura agrária alagoana e está localizado principalmente na zona da mata, justificando a forte presença de grandes propriedades nessa mesorregião²⁶. Não obstante, é preciso ressaltar que o movimento de expansão recente da monocultura canavieira vem arrastando-a até o agreste, cujo regime mais irregular de chuvas não impediu o avanço dessa cultura sobre a produção de alimentos direcionados ao consumo interno da população alagoana.

²⁶ Também é possível observar a presença de minifúndios e propriedades comunais na zona da mata alagoana, principalmente no norte do estado, que possui diversas áreas de luta pela terra devido à grande quantidade de propriedades que pararam de produzir frente à crise do setor sucroalcooleiro, a exemplo das terras da falida Usina Ouricuri, que é uma área de disputa entre os sem-terra e os fazendeiros. Tais latifúndios são improdutivos, mas servem como reserva de valor e poder para seus proprietários.

Na contramão do agronegócio, observa-se uma estrutura fundiária um pouco mais democrática no agreste e sertão, onde se verifica a existência de pequenas e médias propriedades rurais. Nesse espaço é comum encontrar uma maior diversificação da produção agrícola (policultura) devido à grande quantidade de famílias camponesas que vivem e trabalham no semiárido com vistas à produção para o seu autoconsumo. Todavia, é preciso ressaltar que a pecuária extensiva praticada no sertão evidencia a concentração de terras também no semiárido, devido à presença das grandes fazendas de gado. Sobre isso, resgata-se Lusa (2013, p. 357), que destaca o fato de “[...] o agreste e sertão alagoano serem as regiões com menor incidência do latifúndio no Estado, o que não indica, contudo, que ele não se faça presente”.

No semiárido alagoano, conforme mostramos no primeiro capítulo, encontra-se um contingente considerável de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, evidenciando que os camponeses agrestinos e sertanejos possuem uma renda baixa, obrigando-os a buscar outras estratégias que permitam a produção de bens necessários à manutenção da vida cotidiana. Por esse motivo, é comum a migração sazonal de trabalhadores camponeses para as áreas canavieiras. A mobilidade da força de trabalho acontece, de acordo com Lusa (2013, p.358), “[...] de forma mais intensa nos períodos de safra, mas não se restringe a eles. Outro fluxo migratório forte se dirige para a capital. Lá a população busca trabalho na área de serviços, do turismo e, mesmo, nos espaços informais”. O mapa a seguir caracteriza o território alagoano segundo as suas mesorregiões, situando o leitor na localização do agreste, sertão e zona da mata:

Figura 2 - Mapa das mesorregiões do estado de Alagoas 2014.



Fonte: IBGE, malha municipal digital, formato shapefile; SEPLANDE/SINC/DGEO, 2014.

Com isso, pode-se afirmar que a relação dialética entre a concentração de terras e renda pelo capital em Alagoas é determinada por dois fatores: primeiro, pela predominância econômica da agroindústria canavieira (que não é autossuficiente, já que as usinas de açúcar passam seis meses paradas, tendo como base de sustentação a canalização de recursos do fundo público para alimentar a sua rentabilidade); segundo, pela apropriação da renda rural do semiárido por meio do controle de políticas de financiamento e comercialização.

No tocante à concentração fundiária, resgata-se Moura (2013, p. 182), que afirma que “a terra sempre representou poder em Alagoas, pois concentrando terra, concentrou-se também renda, dominação social e política”. Segundo publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, baseada nos dados do Censo Agropecuário (2006), Alagoas tem a desigualdade fundiária, medida pelo índice de *Gini*, mais elevada do país, 0,871; seguido pelo Maranhão, 0,866; Mato Grosso, 0,865; Ceará, 0,862; Mato Grosso do Sul, 0,857; Piauí, 0,856; e Amapá, 0,851. Esses dados refletem a situação alarmante da desigualdade fundiária em terras alagoanas, refletindo a sua concentração entre poucos grandes proprietários rurais, os quais podem dispor da renda da terra. A tabela abaixo mostra a estrutura fundiária alagoana, trazendo dados acerca do número de estabelecimentos agrícolas e a área ocupada.

Tabela 2 – Estado de Alagoas – estrutura fundiária, nº de estabelecimentos, área.

Discriminação	1985		1996		2006	
	Estab.(s)	Área	Estab.(s)	Área	Estab.(s)	Área
Menos de 10ha	117.068	207.333	92.736	220.023	95.791	226.341
De 10 a menos de 100	21.649	632.979	18. 625	545.369	18. 773	526.526
100 e mais	4.057	1.460.452	2.703	1.377.069	8.767	1.355.494
Total	142.774	2.363.764	115.064	2.142.461	123. 331	2.018.361

Fonte: IBGE (Adaptação dos Censos Agropecuários de 1985, 1996 e 2006).
Organização: MOURA, Antonio Marcos Pontes de, 2013.

Podemos observar que é gritante a monopolização de terras pelas oligarquias locais, tendo em vista que os estabelecimentos que possuem 100ha ou mais se apropriam de 67% da área agrícola ocupada no estado, apesar de representarem apenas 7,10% do número total de estabelecimentos (123.331). Na contrapartida, a maioria dos estabelecimentos agropecuários alagoanos se caracteriza como minifúndio e representa o percentual de 77,66% do total, mas ocupa uma reduzida parcela de terras, de apenas 11%. Enquanto as propriedades de médio porte ficam no meio termo, ocupando 25% do território estadual e detendo 15,22% da quantidade geral de estabelecimentos. Lessa (2002) defende que o capitalismo periférico em Alagoas se reproduz tanto por meio dos latifúndios quanto por meio dos minifúndios, e das pequenas e médias propriedades. Sendo necessário ressaltar que o problema da população é grave, na medida em que a unidade agrícola é tão minúscula que sua área mal abriga o espaço de morada, restando pouco para a lavoura ou criação. A vigência dos minifúndios, principalmente no agreste e sertão, é compreendida como fator limitador da produção camponesa porque não supre as necessidades da família. Ainda, segundo Lessa (2002, p. 18),

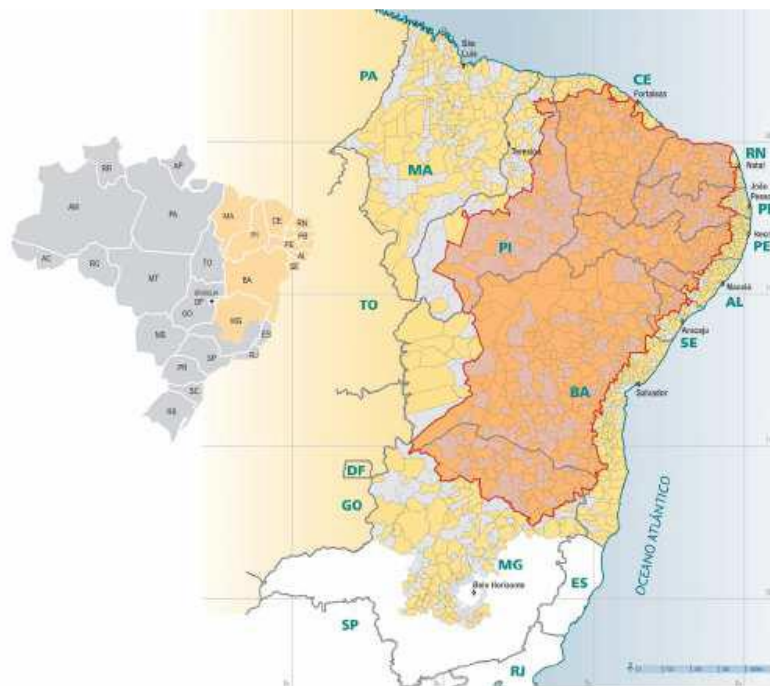
[...] há problemas fundiários graves nessas duas bandas de Alagoas, determinados pelas singularidades do capitalismo periférico nas condições locais, mas a lógica desse sistema social determina a sua reprodução por meio de mazelas opostas. Um lado sofre com a escassez de terra por estabelecimento, o outro, sofre pelo excesso de terra em cada propriedade rural.

Sobre a utilização do solo em Alagoas, percebe-se a preponderância da agricultura, pois as áreas direcionadas às plantações, de modo geral, ocupam mais da metade das terras exploradas do estado. A pecuária também é bastante expressiva e se adequa às necessidades dos criadores do semiárido, devido ao fato de ser uma atividade menos onerosa e que não demanda tanta água quanto um cultivo permanente e mesmo sazonal. As áreas de preservação

ambiental, principalmente da Mata Atlântica, são mínimas porque o avanço predatório da cana-de-açúcar nas terras de tabuleiro praticamente dissipou esse bioma. Também no sertão é possível enxergar a destruição da caatinga, entre outras razões, para dar lugar às pastagens extensivas, provocando erosão do solo e desertificação. Para reafirmar esse panorama de uso do solo, recorre-se aos dados do Atlas da Questão Agrária (2008), os quais mostram que 51% das terras alagoanas exploradas são ocupadas com a agricultura, 43% são dedicadas à pecuária e apenas 11% são áreas ocupadas por matas e florestas.

Particularmente sobre o semiárido alagoano, ressalta-se que esse compõe o chamado Polígono das Secas, o qual agrega 1.133 municípios nordestinos (exceto o Maranhão) e do norte de Minas Gerais, totalizando uma área de 969.589,4 km². A região semiárida brasileira é reconhecida por sua permanente exposição às crises prolongadas e repetidas de estiagem, o que culmina num alto índice de aridez e risco iminente de secas (PONTES, 2010). Dos 102 municípios alagoanos, 51 estão incluídos no Polígono das Secas, entre eles Arapiraca, o que significa dizer que 50% do território estadual sofrem com o regime escasso de chuvas, ainda que com índices variados de aridez. Para ilustrar a área de abrangência do semiárido, segue o mapa abaixo e em seguida o mapa de Alagoas com a localização de Arapiraca:

Figura 3 – Polígono das Secas



Fonte: Brasil, Atlas Nordeste, 2006.

Organização: PONTES, Emilio Tarlis Mendes (2010).

Figura 4 – Mapa de Alagoas com a localização de Arapiraca



Fonte: Guia dos Municípios de Alagoas (1988)
Elaboração: LEITE, Angela Maria Araújo, (2009).

Conforme observamos no mapa, Arapiraca ocupa a área central do estado e é conhecida como a capital do agreste alagoano, pois, estrategicamente, serve de ponto de encontro dos fluxos e rotas de pessoas, transportes e produtos que circulam pelo interior, além de ser o principal polo de indústria, serviços e comércio depois da capital, Maceió. O IBGE estima que a população do município no ano corrente é de 232.671 pessoas, sendo que, em 2010, 84,80% da massa populacional residiam na área urbana e apenas 15,20%, na zona rural. O inchaço da cidade se relaciona diretamente com a decadência da cultura do fumo e a consequente crise do setor agrícola, que ocorreu em detrimento da expansão dos empregos urbanos formais e informais devido ao rápido florescimento do comércio.

Até os anos de 1970, a principal atividade econômica de Arapiraca era a produção do fumo. A cidade passou a ganhar notoriedade nacional e chegou a constituir o maior parque fumageiro da América Latina (LEITE, 2009), atraindo empresas estrangeiras de exportação, comerciantes, agricultores e trabalhadores em geral. O ciclo do fumo trouxe uma rápida prosperidade econômica e social para a microrregião de Arapiraca e cidades circunvizinhas, conforme fica evidente no Plano Decenal do Município (2012): “O progresso é visível, as residências multiplicam-se, (...) o comércio já se torna variado a oferecer muitos dos confortos modernos a seus habitantes, pelas fortunas que as plantações de fumo lhe vão proporcionando”. Como consequência, o comércio também se tornou um dos carros-chefes da economia local devido ao rápido florescimento da feira livre ainda na década de 1980, que foi

impulsionado pela comercialização do fumo. A feira ganhou fama na região e chegou a atrair comerciantes e consumidores de Alagoas e de estados mais próximos como Pernambuco e Sergipe. Uma de suas particularidades é que ela funcionava como espaço de socialização e forte manifestação da cultura popular, pois agregava além dos feirantes, cordelistas, emboladores e sanfoneiros²⁷.

Como a realidade concreta se constitui como “um campo de forças moventes, contraditórias, atravessadas pela negatividade” (PONTES, 2010, p. 74), vale frisar que o crescimento exponencial do capital em Arapiraca ao mesmo tempo em que promoveu, de um lado, o progresso da acumulação capitalista mediante a exploração da cultura do fumo, e posteriormente com o desenvolvimento dos setores do comércio, da indústria e dos serviços; do outro, provocou o seu oposto: a ampliação da pobreza (uma vez que quase 38% da população são pobres ou miseráveis) e o aumento exponencial da violência no município. É importante destacar que Arapiraca possui níveis de violência acima da média nacional. Em 2010, o índice era de 31,1 homicídios por cada 1000 habitantes, dez anos depois esse número saltou alarmantemente para 104,2 homicídios (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2012). Apesar disso, o município continua sendo um dos polos de maior atração de capitais no estado de Alagoas, pois é um dos locais mais seguros para investir devido à grande rentabilidade que o mercado local oferece.

As raízes estruturais da pobreza decorrem do próprio movimento de acumulação do capital, mas um dos motivos que explicam a sua intensificação no município de Arapiraca é a decadência do ciclo de exploração do fumo devido à dependência que a economia local estabeleceu em relação ao produto, visto que tanto os grandes quanto os pequenos produtores passaram a se integrar ao mercado capitalista do fumo como fornecedores para as empresas de exportação. Quando essa cultura começou a dar sinais de esgotamento, os agricultores que trabalhavam indiretamente para o capital ficaram com todo o prejuízo, pois as empresas exploradoras se retiram da região e grande parte dos produtores, sobretudo os pequenos, ficou empobrecida. Vejamos: “com a decadência da cultura fumageira, a zona rural entra em saturação e falência agrícola, culminando num crescente processo de êxodo rural, exclusão social e baixa qualidade de vida, que afetou tanto o espaço rural quanto o espaço urbano” (LEITE, 2009), já que os pequenos agricultores, devido à ausência de demanda pelo fumo, se viram arruinados e obrigados a vender seu pedaço de terra e migrar para a cidade em busca de

²⁷ Nos anos 2000, a feira livre de Arapiraca começou a perder o seu vigor econômico e sua capacidade de arrecadação. Além disso, reproduzia diversos problemas urbanos. Por isso, em 2004, foi realocada para outro ponto da cidade, fazendo com que perdesse a sua pujança cultural e social.

empregos urbanos, o que resultou no processo de favelização e empobrecimento da zona urbana de Arapiraca.

Após a decadência do fumo na década de 1990, Arapiraca entra no século XXI com uma produção agrícola bastante diversificada, com destaque para a produção de mandioca, hortaliças e leguminosas. Outro produto agrícola de grande inserção no mercado local tem sido o cultivo do milho, que serve para abastecer empresas como o Grupo Coringa, a Luna e a Beltrão Avícola. Todavia, de acordo com Leite (2009), “[...] os pequenos produtores não conseguem comercializar sua produção, por não atender às exigências qualitativas do mercado”. O que indica que, possivelmente, apenas aqueles pequenos agricultores diretamente integrados à agroindústria é que encontram alguma fatia de mercado, a exemplo dos agricultores que se ocupam da produção de galinhas para o abate em granjas na região, recebendo assistência técnica e vendendo seu produto por um preço baixíssimo diretamente para a Luna ou para a Beltrão.

No tocante à pecuária de pequeno porte, no ano de 2012, a produção de maior relevância no município foi a criação de galinhas (850.516 unidades), seguida da criação de galos, frangos e pintos (os quais somaram 781.235 unidades), acrescida da criação de bovinos (28.561 cabeças) e suínos (19.656 unidades) (AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS, 2014). Já a produção agrícola em Arapiraca caracteriza-se conforme o quadro abaixo:

Tabela 3 – Arapiraca: Produção Agrícola/2012.

Produto	Quantidade produzida (T)	Valor produção (mil reais)
Mandioca	100.900	49.638
Fumo	4.560	11.400
Cana-de-açúcar	39.273	2.081
Tomate	570	1.026
Milho	1.720	860
Abacaxi	2.160	778
Batata-doce	720	360
Feijão	22	44

Fonte: Agropecuária dos municípios alagoanos (2014).
Organização: DUARTE, Kamilla A. (2016).

Os dados revelam que o produto agrícola de maior relevância no município é a produção de mandioca, seguida do cultivo de fumo e cana-de-açúcar (que é transportada para ser moída na zona da mata). Sobre a primeira, é necessário ressaltar que a presença do

Arranjo Produtivo Local da Mandioca no agreste alagoano e, particularmente, em Arapiraca, tem impulsionado o processo de industrialização desse legume e seus derivados. Esse processo acelera o fechamento das antigas casas de farinha particulares e o direcionamento do produto para as unidades de processamento inseridas no APL, onde a produção da farinha é permeada pela lógica do empreendedorismo e da transformação do camponês em agricultor familiar integrado ao mercado, conforme categorização de Ricardo Abramovay à luz do Paradigma do Capitalismo Agrário, o qual defende que o modo de vida que antes caracterizava o homem do campo passou a ser uma simples profissão, uma forma de trabalho metamorfoseada em agricultura familiar.

Já sabemos que as diretrizes das políticas agrárias brasileiras, desde a década de 1970 aos dias atuais, ganharam um conteúdo modernizante no qual o sujeito histórico-concreto camponês deve ser substituído pela figura do Agricultor Familiar. De modo que as políticas implantadas pelo Estado, das quais os APLs são uma expressão, tentam resolver os problemas decorrentes da questão agrária brasileira – cujo fundamento se encontra na concentração de terra e renda no campo pelo capital agrário, industrial e rentista – com políticas e programas que busquem a adequação do agricultor às leis de reprodução capitalistas mediante a sua sujeição, conforme defende Abramovay (1992). Para o autor, a integração no mercado é a saída para enfrentar os problemas agrários no país, mas sua tese é conflitante com a concepção camponesa dos movimentos sociais e com o próprio modo de vida dos trabalhadores do campo, que são tensionados pela lógica das políticas públicas.

Segundo Leite (2009), a estrutura fundiária de Arapiraca é caracterizada historicamente pela presença de pequenas unidades agrícolas e também pelo desenvolvimento dos sistemas de arrendamentos²⁸, nos quais os agricultores camponeses ficam comprometidos em pagar a renda em produto, trabalho ou dinheiro para o dono da terra. Diante dessa constatação e dos dados acima apresentados na caracterização fundiária de Alagoas, particularmente do semiárido, reforça-se a tese de que, embora o capital não tenha renunciado

²⁸ Na região agrestina, em particular no município de Arapiraca, é comum a prática do uso indireto da terra por meio de relações de arrendamento, parceria e meação. Embora ainda persista a existência do meeiro, o qual, via de regra, entrega a metade da colheita ao dono da terra, é mais comum os contratos de arrendamento em dinheiro. Segundo Martins (2008), esse se caracteriza como a forma de arrendamento da terra mais moderna na agricultura, tendo em vista que o camponês se torna de fato um inquilino por ficar submetido ao pagamento da renda fundiária. No município supracitado, os acordos de uso indireto da terra ocorrem geralmente entre aqueles proprietários que detêm a posse e o título dela e os trabalhadores rurais despossuídos da terra de trabalho, ou que possuem apenas uma pequena gleba. Mas como a dinâmica da sociedade burguesa é complexa e contraditória, Duarte (2012) encontrou ali alguns agricultores, que, por não conseguirem comercializar o seu produto na feira devido à qualidade inferior desse em relação àquela exigida pelo mercado capitalista, preferiram arrendar a sua terra para os grandes produtores da região, ou vender os seus lotes para a construção civil.

a propriedade da terra, a principal estratégia de acumulação do capital no agreste e sertão é o controle dos fluxos de dinheiro, ou seja, da renda da terra, principalmente por meio da mediação financeira dos bancos.

Em vista disso, é necessário nos determos na discussão da renda da terra como mediação utilizada pelo capital para se apropriar do mais valor produzido na agricultura capitalista ou camponesa. Uma particularidade explícita é que a terra não é fruto do trabalho humano, tampouco é suscetível de ser reproduzida e multiplicada no processo produtivo como os demais instrumentos de trabalho, ou seja, naturalmente a terra não é capital. Pois o capitalismo em sua essência é caracterizado como “[...] produto do trabalho realizado pelo trabalhador e não pago pelo capitalista, investido em meios de produção e matérias-primas voltadas para a exploração da força de trabalho” (RAMOS FILHO, 2013, p.85), de modo que a terra, enquanto bem natural, é radicalmente contrária a esse fundamento.

Todavia, o movimento de reprodução e expansão do capital tende a transformar tudo em mercadoria, se apropriando da terra, que passa a possuir um preço e ser passível de operações de compra e venda. Desta feita, a concentração fundiária por meio do latifúndio é o que cria as condições necessárias para a subsunção da terra ao capital através da renda, a qual se configura como um valor cobrado pelo proprietário para permitir a exploração de suas terras, de modo que “a apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital. A terra assim apropriada opera como se fosse capital, ela se torna equivalente de capital [...]” (MARTINS, 1983, p. 162).

O cálculo capitalista na agricultura opera de modo que toda a terra, ainda aquela de pior qualidade, pague uma renda, ou seja, que sua exploração seja capaz de render um valor acima do lucro médio (SILVA, 1981). Essa é a condição para que os capitalistas arrendem ou coloquem as suas terras para produzir, com a garantia de que os preços dos produtos agrícolas sejam deduzidos a partir do solo com poucas características de fertilidade, de modo a incluir os custos de produção mais o lucro médio. É desse lucro médio, ou mais-valia social, que se subtrai a renda. Aqueles capitalistas cujas condições de produção operam com maior vantagem conseguem extrair um lucro extraordinário. É a partir disso que a renda da terra se diferencia em duas formas normais: a renda absoluta e a renda diferencial.

A renda absoluta é fruto do simples monopólio da terra e deriva do direito do proprietário de cobrar um tributo pela sua utilização. A propriedade da terra em si funciona como reserva de valor, que é resultado da “mais-valia global dos trabalhadores em geral da sociedade. Um verdadeiro tributo que a sociedade inteira paga aos proprietários de terra” (OLIVEIRA, 1987, p. 75). A renda diferencial nada mais é do que a possibilidade de extração

de um lucro extraordinário na exploração da agricultura capitalista. Quando ela ocorre simplesmente a partir do acesso às condições favoráveis de fertilidade e localização do solo, se caracteriza como renda diferencial I. Já a renda diferencial II decorre dos investimentos de capitais para propiciar o progresso técnico na agricultura e sanar as dificuldades de produção, impostas pelas condições naturais do solo (SILVA, 1981).

Os agricultores camponeses no município de Arapiraca, especificamente, não conseguem usufruir da renda da terra simplesmente por ser proprietário, tão pouco sua produção é capaz de atingir o lucro médio capitalista, já que normalmente trabalham em terras de baixa qualidade e não possuem capital para investir. Normalmente a renda camponesa na região semiárida gira em torno do trabalho necessário para autoconsumo da família, mesmo assim, a sua pequena renda é canalizada pelo capital mediante políticas públicas de natureza creditícia.

Dentro do Polígono das Secas, o capital teve que encontrar outras mediações para explorar o território por meio de novas formas de acumulação e valorização que tenham como resultado a extração da renda rural dos trabalhadores do campo. Nesse movimento, a via da financeirização, por meio de políticas de financiamento produtivo, aparece como uma forte tendência da reprodução capitalista contemporânea no semiárido, constituindo-se como uma estratégia importante para a centralização de riquezas por meio da exploração indireta de trabalhadores que já vivem sem água, e muitas vezes sem terra, ou com o mínimo desses dois elementos essenciais para a reprodução da vida humana. Com isso, observa-se como é descomprometida a reprodução capitalista no semiárido com a classe menos favorecida, pois, mesmo diante de um território de extrema pobreza, o capital se espraia pela região por meio do discurso político e ideológico propagado pelo Estado, mediante arranjos de políticas públicas para erradicação da miséria; decerto, entendemos que o que ele faz é tão somente aprofundar a contradição entre capital e trabalho, majorando a pobreza daqueles que já são despossuídos.

O braço direito do capital na captação da renda da terra no semiárido é, sem dúvida alguma, o Estado. Esse, segundo Marx (2007, p.75), “[...] não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses”, assim, o aparelho estatal responde às necessidades de acumulação do capitalismo. Isso fica explícito no discurso da seca propagado na região nordestina, o qual fomenta a necessidade de políticas públicas de enfrentamento da pobreza com vista a reduzir os efeitos devastadores da estiagem.

Todavia, a natureza fragmentária/pontual dessas políticas limita a sua capacidade de produzir efeitos positivos para a população usuária e acaba servindo, tão somente, para abrir novos mercados para a valorização do capital. Além disso, o conjunto das políticas públicas que atuam nessa região acaba reforçando o poder político das oligarquias locais, as quais usam verbas federais, concessões de crédito e incentivos fiscais em benefício próprio, deixando a população totalmente desassistida. No bojo da intervenção estatal, conforme ressaltamos no capítulo anterior, o mercado vem assumindo um grande protagonismo porque passou a mediatizar as políticas públicas por meio de instrumentos financeiros, a exemplo dos programas de microcrédito, os quais se tornaram estratégias internacionais de combate à pobreza. Para verificar a viabilidade do microcrédito, como alternativa de política pública e seu desempenho na realidade objetiva, partimos para a análise do Programa de Inclusão Produtiva Rural do Plano Brasil Sem Miséria – o Agroamigo –, no município de Arapiraca/AL.

3.1.1. Estrutura e funcionamento do Programa de Microcrédito (Agroamigo) no município de Arapiraca/AL

O Agroamigo, como política pública (de mercado) direcionada ao enfrentamento da pobreza, é uma estratégia recente de desenvolvimento e modernização da agricultura nordestina. Ele é permeado pela lógica da inclusão produtiva, que tem como protagonista um produtor eficiente e capaz de sobreviver no mercado por meio do incentivo financeiro do banco, ainda que seja direcionado para aqueles agricultores menos capitalizados. Esse programa do Plano Brasil Sem Miséria, juntamente com as demais políticas de crédito rural, abriram as portas do campo para o capital financeiro, que passou a determinar as relações de produção na agricultura e a mediatizar a relação do camponês pobre do semiárido com a sua terra de trabalho, a qual se tornou também terra de negócio, porque rende, indiretamente, valor para o capital.

Na região agrestina de Arapiraca os agricultores que estão enredados no circuito da financeirização são, majoritariamente, os camponeses pobres cuja renda mensal é inferior a um salário mínimo. Esse público é enquadrado na DAP B²⁹ (Declaração de Aptidão do Pronaf) e recebe financiamento pela linha de crédito Agroamigo Crescer. Esses agricultores

²⁹ O Agroamigo operacionaliza somente o montante de recurso do Pronaf B, que é direcionado para o Banco do Nordeste. Os demais bancos atuam diretamente com o Pronaf B.

respondem por cerca de 90% dos quase 3500 clientes acumulados pelo programa em 2015. Como os mutuários do Agroamigo possuem um reduzido poder aquisitivo, as operações de crédito são de alto risco, por isso, o valor concedido para o financiamento das atividades agropecuárias no município arapiraquense gira em torno de R\$ 4.000,00. Trata-se de um valor pequeno que geralmente é insuficiente para desenvolver qualquer cultivo ou criação de animais. Esse fato ficou bastante explícito durante a pesquisa de campo, na qual alguns agricultores relataram que o crédito é pouco, por exemplo, para comprar todos os materiais necessários para a irrigação da horta, como tubos, canos e bombas, etc., e/ou insuficiente para cercar a propriedade.

Apenas 10% dos agricultores arapiraquenses têm a sua atividade produtiva financiada pelo Agroamigo Mais, que é uma linha de crédito que trabalha com os produtores de maior porte, os quais possuem uma boa capacidade produtiva para se manter no mercado de crédito. Nesse caso, os empréstimos giram em torno de R\$ 11.000,00, podendo chegar até R\$ 15.000,00. Diferentemente dos mutuários da linha Crescer – cuja transação bancária baseia-se numa espécie de aval moral, isto é, sem garantias reais de que o banco terá o reembolso do investimento –, os clientes da linha Agroamigo Mais necessitam de avalista para poder obter o empréstimo ou penhorar um bem como garantia para o banco. Isso significa que para esse agricultor o risco de perder algum bem ou a própria terra acaba sendo real, no entanto, esse público está mais alinhado à lógica do microempreendedorismo rural e acaba por ter maior facilidade para saldar a dívida, já que não existe nenhum agricultor dessa linha de financiamento em atraso com o Banco do Nordeste em Arapiraca. No ano de 2015, o programa Agroamigo (Crescer e Mais) chegou a movimentar um saldo de R\$ 2.069.000,00, cujo montante poderia ser maior se não fosse a grande quantidade de operações em atraso ou em prejuízo no município. O quadro abaixo detalha o direcionamento dos recursos do Agroamigo por linha de crédito em Arapiraca.

Tabela 4 – Arapiraca: recursos do Agroamigo por linha de crédito.

Discriminação	2013	2014	2015
	Valor movimentado	Valor movimentado	Valor movimentado
Agroamigo Crescer	R\$ 1.171.000,00	R\$ 1.505.000,00	R\$ 1.226.000,00
Agroamigo Mais	R\$ 280.000,00	R\$ 139.000,00	R\$ 843.000,00
Total	R\$ 1.451.000,00	R\$ 1.644.000,00	R\$ 2.069.000,00

Fonte: pesquisa de campo (2016).

Organização: DUARTE, Kamilla A. (2016).

Relacionando os dados coletados, observamos que apesar da clientela do Agroamigo ser composta por uma maioria de agricultores empobrecidos no município, esse público movimenta um valor relativamente menor de recursos, se comparado ao grupo dos agricultores mais capitalizados. Pois cerca de 59,25% do capital de empréstimo do programa supracitado é distribuído para 90% do público, que é composto por agricultores enquadrados na DAP B; enquanto os 40,75% dos recursos são consumidos por um grupo pequeno de 10%, composto por agricultores que possuem uma maior integração no mercado e na rede bancária. Com isso, podemos dizer que, em termos relativos, o programa atende muito mais às necessidades de crédito dos agricultores com potencial produtivo, do que àqueles que trabalham para prover o sustento da família. Ainda que ambos os grupos possam ser caracterizados por possuir renda modesta, os agricultores em melhores condições financeiras normalmente estão acima da linha da pobreza.

Colodeti (2011) e Lima (2012) estudaram os programas de microcrédito como estratégias de política pública voltadas para o enfrentamento da pobreza em suas pesquisas de mestrado e apontaram as contradições desses programas expressas na dificuldade em atingir as populações de baixa renda. Os autores constataram que o crédito foi direcionado majoritariamente para aquelas pessoas cuja renda é mais elevada e favorável ao ressarcimento da dívida ao banco, ou seja, os que não são caracterizados como pobres. Fato que para Lima (Ibid.) ratifica uma tendência seletista e focalizada do microcrédito que reflete a exclusão de um público que deveria ser preferencial, já que a proposta é superar o pauperismo. No caso do Agroamigo em Arapiraca, a visão imediata do fenômeno nos mostra que, de fato, a população abaixo da linha de pobreza é atingida, mas não é ela quem movimenta o maior quantitativo de recursos financeiros em termos proporcionais, conforme ficou demonstrado.

O alto risco dos empréstimos realizados pelo Agroamigo associado à “baixa capacidade” de retorno dos agricultores nordestinos devido à precariedade nas suas condições de produção e renda faz com que o capital financeiro não se sinta atraído a financiar diretamente um tipo de programa como o Agroamigo. Ele somente o faz mediante a participação do Estado brasileiro, o qual assumiu a integralidade dos recursos que são direcionados para o referido programa. Desse modo, os agentes bancários atuam como operadores do Tesouro Nacional, via política de microcrédito. Assim, o fundo público é a fonte do financiamento, mas o mercado financeiro é o responsável por fazer o bolo crescer por meio da captação de juros, que são reduzidos, porém, rentáveis.

Destarte, o Estado alimenta o capital financeiro porque o remunera para prestar o serviço oferecido aos trabalhadores rurais, além disso, numa análise de totalidade, não podemos perder de vista que o capital que circula em forma de empréstimo subsidiado aos agricultores empobrecidos, não raras vezes, é fruto de empréstimos bilionários tomados do Banco Mundial, que contribuem para aumentar ainda mais a dívida externa do país. Já sabemos que as políticas de combate à pobreza rural são formuladas, financiadas e disseminadas pelo Banco Mundial nos países da periferia do capital. Rodrigues (2012) nos lembra que esse órgão multilateral passou a autorizar, ainda no século passado, grandes quantidades de dinheiro para empresas públicas de países emergentes, bem como bancos de desenvolvimento nacional e regional, devido à grande capacidade do setor público em absorver empréstimos em grande escala, o que foi crucial para alimentar a financeirização e a internacionalização do capital de empréstimo.

É importante ressaltar que os programas de microcrédito são facilmente aprovados pela população usuária devido às facilidades para a contratação e o pagamento do financiamento. Sobre a contratação, o Agroamigo conseguiu vencer a resistência daqueles agricultores mais tradicionais que tinham certo receio em ir até o banco, por temer o risco do endividamento. A grande sacada do capital foi utilizar a figura do agente de microcrédito como estratégia de sedução para capturar o agricultor, tendo em vista que a metodologia utilizada é o atendimento na própria comunidade, fazendo com que o camponês contraia a dívida sem sair de casa. Além disso, a desburocratização facilita o acesso ao programa, cuja documentação exigida é reduzida à apresentação da DAP e à documentação pessoal do agricultor e da terra.

Quanto ao pagamento, as estratégias dominantes têm sido as mesmas de outras políticas creditícias como o Pronaf: a instituição de subsídios, a diminuição das taxas de juros e o aumento nos prazos de carência para começar a quitar o empréstimo (RODRIGUES, 2012). Até atingir o limite máximo de R\$ 12.000,00 contratados pelo agricultor sob a forma de empréstimo ao banco (o que acontece geralmente nas três primeiras operações), os mutuários do Agroamigo Crescer têm direito ao bônus de adimplemento, que é concedido para aqueles agricultores que pagam a parcela em dia. O desconto varia de 25% a 40%, dependendo da situação de estiagem do município. No caso de Arapiraca, devido à escassez de chuvas, o bônus atingiu o teto de 40%. A partir da quarta operação de crédito contratada pelo agricultor, ele passa a pagar integralmente o investimento que recebeu do banco. A fala do agricultor é elucidativa quanto à maneira como os trabalhadores rurais percebem os ‘benefícios’ do programa:

Graças a Deus, da minha parte, se eu não pagar antes, pra mim é um prazer pagar antes, um mês, dois; porque eu tenho que agradecer primeiramente a Deus e o governo por ter lançado esse projeto. Porque foi um projeto que num tem nem como comparar. Excelente, a verdade é essa! Até porque dos tempo que eu tenho de vida, um dos projetos melhores até hoje foi o Agroamigo, a verdade tem que ser dita. Um projeto bom, favorável pro agricultor familiar, pro baixa renda como a gente, foi esse Agroamigo, porque você tirar um dinheiro e com um a dois anos você paga metade do valor, mas um valor coisinha pouca. Eu nunca vi uma facilidade dessa na minha vida, eu tô vendo depois que começou esse crédito do Agroamigo. Aí eu só tenho a agradecer e zelar disso, e que permaneça um bocado de ano pá frente. Com fé em Jesus! (JS 33 anos, Povoado Laranjal, pesquisa de campo 2016).

Conforme inferimos a partir da fala do agricultor, as facilidades de pagamento por meio do bônus e do prazo são os chamarizes para a inclusão do agricultor camponês na ciranda financeira. Obviamente que, no caso do agricultor em questão, o recurso do empréstimo contribuiu para melhorar as condições da renda familiar, o que não ocorreu em todos os casos observados na pesquisa de campo. Contudo, se fizermos uma análise da totalidade, poderemos perceber que apesar do bônus chegar a atingir os 40% em situação de intensa gravidade, esse desconto é aplicado sobre o valor limite de R\$12.000,00. O que é uma quantia pouco significativa se compararmos com os subsídios e facilidades que são concedidos à agricultura capitalista, ou seja, ao setor do agronegócio brasileiro. Além disso, é importante lembrar que os mutuários da linha Agroamigo Mais não recebem subsídio no pagamento do empréstimo. Quanto à questão dos prazos de carência, ressalta-se que, normalmente, o agricultor tem dois anos para liquidar todo o financiamento, mas o pagamento varia em função da atividade e pode ser realizado por meio de parcelas anuais, semestrais ou trimestrais.

Como esses agricultores são normalmente excluídos do sistema tradicional de financiamento produtivo do mercado financeiro devido à sua situação de vulnerabilidade, são necessárias condições especiais para esse público também no que se refere às taxas de juros. A incidência de juros sobre os financiamentos do grupo B corresponde a uma taxa anual de 0,5%, fazendo com que aqueles agricultores que estão com o pagamento em dia fiquem sujeitos a uma taxa de juros real negativa, já que devolvem ao banco uma quantia menor do que aquela tomada. Essa situação muda à medida que o agricultor se torna dependente do empréstimo e ultrapassa o terceiro financiamento. Então, os juros se tornam positivos porque o banco recebe todo o valor emprestado, mais o adicional dos juros. Quanto aos demais grupos do Pronaf, esses estão sujeitos a uma variação nos juros do financiamento produtivo que podem ser de 2,5% a 5,5% ao ano, o que de qualquer forma continua sendo uma taxa de juros inferior às praticadas pelo mercado convencional.

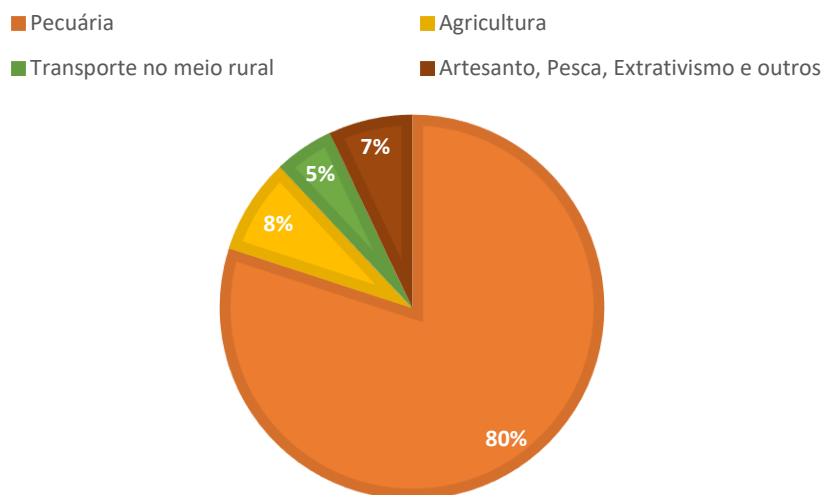
É importante ressaltar que as facilidades propagadas pelos programas de microcrédito, em geral, não decorrem de nenhum viés humanitário do capitalismo, mas da necessidade de ampliar os seus espaços de valorização mediante a inclusão de todas as frações de classes, mesmo aquelas mais pauperizadas, no ciclo de rotação do capital. Concorde-se com Lima (2012) quando afirma que esses programas de microcrédito não surgem para atender às necessidades do trabalho, mas, sim, do mercado internacional e do sistema financeiro, com o propósito de subjugar os países periféricos em nome da redução da pobreza, evidenciando a natureza contraditória das políticas públicas no capitalismo, discussão que será explorada nos tópicos seguintes.

O programa está alinhado à ideologia do “novo rural brasileiro”, a partir da perspectiva de que o rural não se limita mais ao agrário e que existem outras possibilidades de trabalho e renda no campo por meio da oferta de novos bens e serviços. Temática que exploramos e criticamos no capítulo anterior, por entender que a pluriatividade no campo está conectada com as novas necessidades de acumulação capitalista em meio ao processo de reestruturação produtiva, que altera as relações de trabalho tanto na cidade quanto no campo. Essa nova concepção de desenvolvimento rural tem como proposta a revalorização de conceitos como o local, o lazer e o turismo, além de promover a mercantilização dos recursos naturais e culturais potencialmente exploráveis. Segundo Lustosa (2012, p. 43), “essa fragmentação vai de encontro à totalidade, não esclarece a lógica da acumulação capitalista, seus propósitos implicados nas formas de subsunção formal e real do trabalho ao capital”, ocultando o fato de que o capital, para sair da crise estrutural na qual se encontra, precisa penetrar nas mais diversas esferas da vida social, transformando tudo em mercadoria e subjugando relações arcaicas de trabalho ao seu circuito de rotação.

Alinhado à essa ideologia, o Agroamigo procura financiar qualquer atividade no meio rural, seja ela agrícola ou não agrícola, incentivando a disseminação de outras fontes de renda ligadas ao setor de serviços no campo, como o turismo rural e o artesanato. Além de incentivar o extrativismo, a pesca, a agroindustrialização, e também a tradicional agricultura e pecuária. Na exploração dessas atividades no meio rural, o agricultor consegue extrair uma renda com a atividade financiada, mas também passa a ser totalmente dependente do capital, fazendo com que a sua sujeição aconteça sem que se dê “a expropriação dos instrumentos de produção, sem que o lavrador seja expulso da terra” (MARTINS, 1983, p. 175). Assim, a subordinação do trabalho camponês mediante a captação da sua renda passa a ser velada e mistificada como abertura de novas possibilidades de ocupação forjada pela atuação de

políticas públicas de desenvolvimento rural. O gráfico abaixo ilustra os tipos de financiamento realizados pelo Agroamigo na singularidade do município de Arapiraca/AL:

Gráfico 2 – Atividades agrícolas e não agrícolas financiadas pelo Agroamigo em Arapiraca/AL.



Fonte: pesquisa de campo BNB (2016).
Organização: DUARTE, Kamilla A. (2016).

O volume de financiamento majoritariamente direcionado à pecuária (80%) tem a ver com a tendência do mercado consumidor na região e na capital alagoana, ligando-se à cadeia produtiva da agroindústria, devido à presença de indústrias de laticínios e hortifrutigrajeiros. Os produtos pecuários encontram grande demanda no comércio arapiraquense porque é um setor aquecido pela exploração capitalista de produtos derivados da avicultura e da bovinocultura, a exemplo do leite, da ração, de ovos, etc. No tópico seguinte vamos tratar especificamente sobre os tipos de atividades financiadas pelos agricultores entrevistados junto ao banco, mas por ora ressaltamos que a pecuária é um dos produtos mais rentáveis do setor agrícola, por isso recebe a maior parte dos investimentos realizados pelo Agroamigo. No caso da agricultura, que capta 8% dos recursos, a regra também é a mesma, pois a mandioca³⁰, uma das principais atividades financiadas juntamente com a horticultura, é o carro-chefe da produção agrícola municipal, conforme destacamos acima, inclusive devido à agroindustrialização dos seus derivados.

Sobre o setor de serviços, ressaltamos que o programa tem direcionado recursos para o desempenho de atividades como o transporte rural, que consome 5% dos recursos. O

³⁰ Em nossa amostra não foi contemplado nenhum produtor que tenham financiado especificamente a lavoura da mandioca por meio do Agroamigo, porém, boa parte dos entrevistados alegou produzir esse legume.

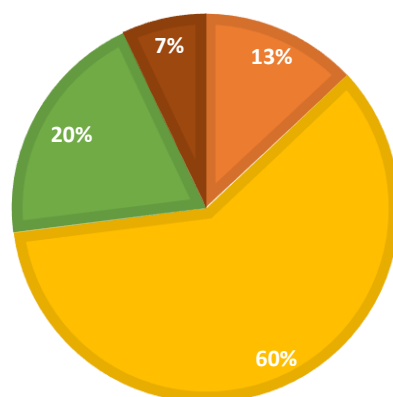
financiamento pode ser tanto para auxiliar o agricultor no transporte da sua própria produção, como para ser alugado por outros produtores. Dois dos agricultores entrevistados tomaram empréstimo para comprar carroças de burro, que é um meio de transporte rústico, porém, eficaz no atendimento das necessidades dos agricultores da região. As demais atividades, dentre elas as não agrícolas, demandam 7% dos recursos do referido programa no município.

Destacamos que o financiamento de atividades não agrícolas tem pouca lucratividade para o capital financeiro via Agroamigo, tendo em vista que a sua pouca viabilidade no meio rural arapiraquense leva o tomador de empréstimo à inadimplência. No povoado Batingas, uma mutuária do Agroamigo relatou que “Quando eu tirei o empréstimo, foi pra lanchonete. No começo deu certo, mas depois começou a abrir lanchonete por todo canto, aí por causa da concorrência eu tive que fechar e não consegui pagar o banco” (VA. 42 anos, Povoado Batingas, pesquisa de campo 2016). Assim como nas demais regiões do Nordeste, esse programa de microcrédito rural em Arapiraca não tem conseguido alavancar a exploração de outras atividades que não estejam diretamente relacionadas ao trabalho na terra.

Uma particularidade do Agroamigo em Arapiraca, no que se refere aos seus clientes, é a predominância do sexo masculino (57%), ao passo que as mulheres respondem por 43%, o que indica certo equilíbrio na concessão dos empréstimos em relação ao sexo. Ressalta-se, ainda, que o público preferencial tem sido os agricultores mais jovens e com maior capacidade de inovação e incorporação técnica nas atividades desenvolvidas, o que é importante para que o banco obtenha o retorno dos investimentos realizados. O maior público dos mutuários do microcrédito se concentra na faixa etária compreendida entre os 26 e 45 anos, já o grupo menos expressivo é aquele acima dos 60 anos, conforme observamos no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Perfil dos mutuários do Agroamigo em Arapiraca/AL por faixa etária

De 18 a 25 anos De 26 a 45 anos De 45 a 60 anos Acima de 60 anos



Fonte: pesquisa de campo BNB (2016).
Organização: DUARTE, Kamilla A. (2016).

Esse perfil de usuários de microcrédito se justifica porque a penetração do capitalismo no campo tende a incorporar a força de trabalho jovem, para incluí-la na cadeia de reprodução ampliada do capital. Pois o seu desenvolvimento desigual e combinado na agricultura não tende ao assalariamento da massa de trabalhadores rurais. Ou seja, a exploração capitalista não se limita ao que ela própria produz, mas se amplia para incorporar o produto excedente do trabalho camponês. Quanto mais rápido o capital conseguir subordinar a força de trabalho (jovem), mais intenso será o seu processo de valorização, uma vez que “utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho desses trabalhadores parceiros ou camponeses, convertendo-a em mercadoria, vendendo-a, portanto, e ficando com o dinheiro, ou seja, transformando-a em capital” (OLIVEIRA, 2002, p. 46).

Vale lembrar que o capitalismo não se restringe à produção imediata de mercadorias, mas se configura como um modo de produção de mais-valia. Com isso, o capitalismo agrário, industrial ou financeiro no campo se posiciona de modo a captar a renda agrícola camponesa no momento da circulação dos seus produtos, tendo em vista que a exploração camponesa pelo capital acontece nas relações de troca e não no momento da produção. Assim, os jovens trabalhadores rurais que abastecem de produtos agrícolas as cadeias produtivas das agroindústrias acabam transferindo o seu lucro para o capital. Mesmo que não trabalhem diretamente para algum capitalista, o seu lucro expropriado converte-se em mais valor. No caso dos usuários do programa de microcrédito Agroamigo, a relação é a mesma: o produto do trabalho dos jovens agricultores é transformado em dinheiro (circulação); esse recurso vai servir para pagar ao banco, ou seja, o seu lucro vai ser acumulado pelo capital. É nesse

sentido que compreendemos o avanço do capital financeiro sobre a força de trabalho jovem no município de Arapiraca/AL.

Outro elemento importante a ser destacado acerca do Agroamigo é que o incentivo à produção inclusiva do trabalhador rural pobre deve servir para a sua fixação no local em vive, inibindo os fluxos migratórios mediante à abertura de novos postos de trabalho e renda no campo. Vale lembrar que essa concepção fetichizada adotada pelo programa é herdeira da ideologia propagada pelo modelo de desenvolvimento agrário brasileiro, o qual tenta responder às expressões da questão social no campo sem tocar nos determinantes estruturais do capitalismo. Essa perspectiva do microcrédito rural é explicada pelo coordenador do programa no município pesquisado:

O objetivo (do Agroamigo), na realidade, é fazer o incentivo da produção familiar. Como? Identificar nas atividades, nos municípios que têm um índice de produção agrícola e pecuária, e fazer esse incentivo financeiro com os agricultores que têm intensão de trabalhar. Por que a gente fala isso? Porque a gente vê muito a evasão de agricultores. O agricultor que sai daqui do Nordeste para ir trabalhar no Sul em busca de, vamos dizer assim, algum recurso para que ele possa se manter durante o restante do ano. A intenção do Agroamigo é que realmente essas pessoas, esses pais de família, não saíam da sua propriedade, que eles consigam se manter com esse valor que eles recebem, consigam transformar esse recurso em produtividade. Que a sua própria atividade consiga ter uma renda e que essa renda mantenha a sua esposa e os seus filhos. O Agroamigo é um tipo de renda para inibir que o agricultor saia da sua própria, vamos dizer assim: da sua região, de onde ele nasceu, para que ele vá se arriscar, tentar adquirir outro tipo de recurso em outras regiões (Coordenador do Agroamigo, pesquisa de campo 2016).

Obviamente que, no plano da realidade objetiva, o incentivo à produção familiar carrega uma dimensão positiva na vida do camponês no sentido de fomentar a sua reprodução, mas o que se questiona na perspectiva adotada pelo programa é o pressuposto de que as manifestações da questão social, tais como as migrações sazonais, a pobreza e a desigualdade social do campo, possam ser enfrentadas simplesmente por meio da distribuição de crédito produtivo e subsidiado. Trata-se, na verdade, das contradições inerentes ao capitalismo e que só podem ser combatidas mediante a transformação das relações sociais de produção.

Prova disso é que, à revelia das políticas de combate à pobreza e fixação do homem do campo no local em que vive como o Agroamigo, as migrações sazonais e o êxodo rural voltaram a ser comuns nas cidades do semiárido alagoano. Segundo reportagem online do jornal *Gazeta de Alagoas* (6/1/2016), o Secretário geral da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) alegou que, semanalmente, os prefeitos das 38 cidades que decretaram situação de emergência (devido à seca prolongada) estão sendo procurados pelos produtores rurais em busca de passagens para outras regiões, devido ao agravamento da situação de

pobreza no meio rural. Entre os destinos mais procurados estão os estados do Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. O prefeito de Pão de Açúcar atende em média duas famílias camponesas por semana. De acordo com o secretário, “sem água e sem perspectivas de melhorias, as famílias da zona rural estão indo embora”, ele afirmou ainda que apesar de não haver dados estatísticos precisos sobre o êxodo rural na região castigada pela estiagem, acredita que a situação é grave.

O deslocamento espacial da classe trabalhadora do campo se articula ao movimento de acumulação do capital no diversos circuitos econômicos inter-regionais vivenciados no país. Tendo em vista que a mobilidade do trabalho se constitui como fenômeno organicamente ligado à essência da reprodução capitalista no sentido de mobilizar a força de trabalho para atender às suas necessidades de valorização. Assim, os camponeses do semiárido alagoano são expropriados dos seus meios de produção, tornando-se uma força de trabalho livre e passível de ser vendida, comprada e explorada. Consequentemente, ela passa a ser atraída pelo capital em busca de assalariamento em outras regiões de maior desenvolvimento econômico como o Sudeste e Centro-Oeste.

Nesse sentido, a fuga dos camponeses do meio rural alagoano não deve ser compreendida como expressão da mera vontade do trabalhador em busca de novas oportunidades no mercado de trabalho, nem tão pouco os movimentos migratórios em direção aos centros urbanos, os quais provocam o êxodo rural em vastas regiões do Nordeste, devem ser atribuídos à capacidade de escolha do migrante, enquanto sujeito livre. Ao contrário, o deslocamento da força de trabalho é uma espécie de “mobilidade forçada”, ou seja, fruto das diversas pressões impostas ao trabalhador para que ele possa se integrar no sistema produtor de mercadorias.

Partindo de uma compreensão crítica do conceito de mobilidade social, entendemos que essa diz respeito à produção da força de trabalho como mercadoria, cujo valor de uso é produzir mais-valia, que é consumida de acordo com as necessidades do capital e mobilizada (circulação) em termos espaciais como qualquer outra mercadoria para atender às demandas do processo de acumulação. Por isso, o capital controla o fluxo migratório no sentido de repor o estoque da mercadoria “força de trabalho” nos mercados regionais que precisam ser reabastecidos. De acordo com a tese de Gaudemar, segundo Gomes (2009, p. 41),

[...] a mobilidade do trabalho é compreendida como um fenômeno que promove o deslocamento espacial, setorial e profissional do trabalhador, com o objetivo do capital explorar sua força de trabalho e acumular excedente econômico. Ao contrário de ser um sinônimo de liberdade, como querem os economistas políticos clássicos e neoclássicos, a mobilidade do trabalho significa, no contexto do sistema de

produção capitalista, controle social, submissão e escravidão. O trabalhador, portanto, só é livre nos marcos das exigências da valorização do capital [...].

A existência de uma força de trabalho volante que pode circular livremente do campo para a cidade em direção a qualquer região do planeta é uma prerrogativa do capitalismo, pois se constitui como elemento inerente à sua lei geral. Conforme demonstra Marx (2014, p. 743), a superpopulação relativa é “produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista”. Assim, o exército rural de reserva que se forma no campo se vê impelido a migrar para vender a sua força de trabalho em troca do equivalente ao necessário para sua reprodução como trabalhador. Com a particularidade de que, muitas vezes, a mobilidade camponesa se constitui como unidade de contrários, pois ao mesmo tempo em que procura o assalariamento temporário, tornando-se produtor de mais-valia, ele também encontra nas migrações sazonais uma estratégia para continuar na terra se reproduzindo como camponês. O fato é que, a exemplo dos trabalhadores rurais do semiárido alagoano, inclusive os arapiraquenses, milhares de outros pequenos produtores se encontram diariamente, semanalmente ou mesmo mensalmente em movimento geográfico para viabilizar a produção dos excedentes para o capital.

Voltando a tratar sobre as particularidades do Agroamigo, é necessário ressaltar um último aspecto contraditório: o referido programa é direcionado ao agricultor de baixa renda, não diferenciando as singularidades da realidade rural e da multiplicidade dos sujeitos que lá vivem e trabalham. Para ingressar nesse programa de crédito é necessário apenas ser portador da Declaração de Aptidão do Pronaf, exceto os grupos A e A/C. O que significa que os assentados de reforma agrária e egressos desse grupo estão automaticamente excluídos do acesso ao Agroamigo, tendo em vista que acessam outros programas de crédito fundiário. Outro público prioritário do Plano Brasil Sem Miséria, que não está apto a receber o financiamento produtivo por meio do referido programa, é a população indígena, que a partir de 2012, passou a dispor da DAP I. Esse grupo foi criado para facilitar e/ou ampliar o acesso desses às políticas públicas de desenvolvimento sustentável, em resposta à luta permanente dos grupos indígenas para garantir o atendimento de suas demandas. As populações tradicionais quilombolas, ao contrário das indígenas, não possuem uma DAP específica, normalmente elas estão inseridas no grupo B, a depender das suas condições de renda, o que as tornam público potencial do Agroamigo. Não obstante, o público quilombola é invisibilizado dentro do programa de microcrédito rural em Arapiraca, conforme vamos tratar

mais adiante. Para essa parcela não existe nenhum atendimento diferenciado no sentido de atender às suas especificidades e fazer frente à situação de pobreza que a assola.

Como todas as políticas públicas são contraditórias no âmbito da sociedade capitalista, também o Agroamigo possui brechas e lacunas particularizadas pelo “jeitinho brasileiro”, que, nesse caso, não prescinde de aproveitar todas as oportunidades para disseminar o crédito produtivo e a financeirização na vida dos sujeitos rurais que tenham capacidades de gerar renda. Assim é que na região agrestina são atendidos assentados da reforma agrária provenientes das cidades de Traipu, Girau do Ponciano e Craíbas. Ou mesmo alguns grupos indígenas de Feira Grande e Palmeira dos Índios. Apesar de se constituírem como grupos específicos do Pronaf, esses usuários continuam portando a DAP B, fazendo com que não haja nenhum impedimento legal para que acessem o Agroamigo. Não obstante, tanto os assentados quanto os indígenas são públicos que fogem à regra, por isso são minoritários, somando um percentual aproximado de 5%.

Ao longo deste tópico, espera-se terem sido demonstradas as particularidades do programa de microcrédito – Agroamigo – na realidade objetiva do município de Arapiraca/AL. Indicando os aspectos mais gerais da sua estrutura e funcionamento, bem como desvelando as características do seu público-alvo no município, destacando o montante dos recursos alocados, as condições para o financiamento produtivo e o papel decisivo do Estado na estruturação do referido programa de microcrédito. O reconhecimento dessas particularidades é imprescindível para fomentar o desdobramento deste debate no que se refere à incorporação financeira dos agricultores camponeses e à permanência da sua condição de pobreza. Antes de entrar nesta discussão pelo viés meramente econômico, ressaltamos os elementos cotidianos da vida e do trabalho da gente simples do rural arapiraquense, destacando os aspectos políticos do enfrentamento da pobreza por meio da mediação do programa Agroamigo.

3.2 - O cotidiano dos agricultores camponeses no município de Arapiraca/AL: lutas, tensão e desafios no enfrentamento da pobreza

As transformações contemporâneas do capital, enquanto resultados da mundialização financeira, têm demandado a reorganização do mundo do trabalho e interferido nas relações sociais e produtivas como forma de adequação à acumulação flexível. Os reflexos desse processo metabólico do capitalismo podem ser observados no espaço rural, que é composto por homens e mulheres que não vivem numa realidade à parte do urbano, mas com esse meio

sintonizados. Inclusive no que concerne à intensificação da pobreza e à revalorização de antigas relações de trabalho, como expressões das novas estratégias de exploração do mais valor.

Nesse movimento dialético entre rupturas e permanências, as famílias camponesas arapiraquenses assistem, resistentemente, ao desmantelamento de alguns aspectos fundamentais do seu modo de vida que, cada vez mais, estão sendo submergidos pela lógica do mercado e da financeirização. A situação de pobreza característica da realidade rural no município tem forçado os agricultores a procurarem alternativas de ocupação e renda como forma de permanecerem no campo, tendo em vista que os níveis de vida das famílias rurais vêm sofrendo um crescente processo de pauperização. Um elemento determinante para a reprodução camponesa no campo é o acesso à terra de trabalho, como lugar de morada, de produção de bens necessários para a manutenção da família e como espaço de socialização e afirmação de um modo de vida e identidade camponesa. Todavia, observamos que os agricultores mutuários do Agroamigo em Arapiraca/AL sofrem com a escassez de terras, tendo em vista que todas as propriedades visitadas na pesquisa de campo foram caracterizadas como minifúndios.

É importante ressaltar que no município supracitado o módulo fiscal corresponde a 15ha, sendo que, entre os camponeses entrevistados, nenhum possuía ao menos um módulo fiscal³¹. Apenas um agricultor afirmou trabalhar em uma propriedade cuja extensão equivale a 9ha. Como a área de algumas propriedades são menores que 1 hectare, utilizamos como unidade de medida agrária a tarefa³², para podermos retratar as condições objetivas de acesso à propriedade fundiária pelos clientes do Agroamigo. De acordo com os dados coletados pelo roteiro de entrevista, observamos que 75% dos camponeses retiram sua pequena produção de uma reduzida parcela de terra que varia entre 1 e 4 tarefas; 8,33% cultivam uma área menor que uma tarefa; e apenas 16,66% trabalham em mais de 19 tarefas.

Diante disso, pôde-se inferir que a produção camponesa é insuficiente para a reprodução familiar. Em alguns casos, encontramos agricultores que alegaram não conseguir produzir nenhum excedente com as lavouras cultivadas no ano anterior, pois elas mal atenderam às necessidades de consumo diário da família. Outro fator importante que tem

³¹ Trata-se de uma unidade de medida de área (expressa em hectare) fixada diferentemente para cada município, uma vez que leva em conta as particularidades locais como: o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); a renda obtida com essa exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar.

³² Trata-se de uma unidade de medida agrária que varia de um estado para outro. Em Alagoas e Sergipe, equivale a 3.052 m², no Ceará, a 3.630 m² e na Bahia, a 4.356 m².

atingido o rural arapiraquense e transformado a paisagem e a dinâmica do campo é a especulação imobiliária, que tem acarretado grande tensão no campo devido à expulsão de muitos moradores que venderam a sua pequena propriedade para a construção civil, visando aplicar os recursos recebidos em outros setores da economia, mas acabam ficando sem terra e sem dinheiro. Várias extensões de terra que antes eram ocupadas com a agricultura fumageira ou outras lavouras estão cobertas de loteamentos, conforme afirmou uma agricultora entrevistada: “Antigamente o povo trabalhava nim quê? nim lavoura e fumo, né? Hoje em dia num existe mais, que as terras o povo tá tudo fazendo loteamento. Num tem mais terra pá trabalhar não, minha fia” (JM. 46 anos, Povoado Batingas, 2016).

Os agricultores mutuários do microcrédito são, em sua maioria, proprietários da terra em que trabalham (53,85%), principalmente por meio de herança. Mas alguns desses agricultores tentam enfrentar a pobreza por meio do arrendamento (30,76%) ou parceria (15,38% da amostra entrevistada). Nesses casos podemos observar que a recriação de antigas formas de exploração do trabalho na terra, como o arrendamento, ressignificou as relações de trabalho no campo, mantendo estruturas arcaicas de produção articuladas ao circuito ampliado de reprodução capitalista no rural arapiraquense, de modo que concordamos com Lessa (2002) ao afirmar que o capital encontra formas de explorar tanto o latifúndio quanto o minifúndio em Alagoas.

Sobre as atividades agrícolas financiadas, verificamos que os mutuários do Agroamigo que foram entrevistados se dedicam principalmente à criação de bovinos de leite e corte (38,46%), ovinos (15,38%), aves (7,7%), horticultura (23,07%), entre outros (15,4%). Apesar da importância da atividade financiada pelo microcrédito, os agricultores compreendem o seu caráter de complementariedade, no sentido de que tanto as criações pecuárias quanto as lavouras financiadas são direcionadas para produzir o reembolso do banco, não sendo tributada a essas a obrigação de suprir todas as necessidades de autoconsumo da família. O que se traduz numa contradição do programa, porque não se pode combater a pobreza se a atividade só rende a parcela do financiamento. Na abordagem de campo, questionamos se os recursos extraídos na produção financiada eram suficientes para cobrir as duas obrigações, a resposta do agricultor foi elucidativa:

Não. Num dá, realmente num dá! Porque se num dé pá manter a família, a gente tem que deixar pá pagar o banco primeiro, diminuir em alimentação, diminuir nas coisas pá pagar o banco. Porque não dá pá assumi tudo, num vou dizer que dá, que num dá! Eu tenho cinco ovelha ali, essas cinco ovelha hoje dá o quê? O projeto do banco é 600 reais e pouco, né? Pronto: ela dá quase o valor do projeto do banco, dá quase o valor do projeto. Então, com mais outa interinha eu já pago o banco, né? No caso, o

dinheiro do banco já tá em pé! O valor já tá lá! (JB, Povoado Laranjal, pesquisa de campo 2016).

Diante disso, observamos que o avanço da financeirização sobre o modo de vida camponês tenciona o processo de reprodução da família, uma vez que a prioridade da produção passa a ser o pagamento do empréstimo bancário. De modo que um desafio posto para a unidade familiar é a criação de estratégias para saldar a sua dívida e, ao mesmo tempo, garantir a sua reprodução. Em resposta a essa situação, verificamos que os clientes do Agroamigo não limitam a sua produção àquela atividade financiada pelo banco, já que uma de suas maneiras de fazer frente à pobreza é aproveitando ao máximo o seu pequeno lote de terra, consorciando diversas culturas direcionadas para a manutenção da família. Com isso, a permanência de lavouras historicamente ligadas à alimentação camponesa continua muito forte no rural arapiraquense, de modo que 70% dos entrevistados ainda se dedicam ao cultivo simultâneo de gêneros como a mandioca, o milho, o feijão, a fava, a macaxeira e o amendoim.

Apesar disso, foi possível identificar a especialização de camponeses que se ocupam com a produção de hortaliças. Nesses casos, a família inteira passa a se dedicar à atividade, tendo em vista que ela demanda muita força de trabalho, devido à delicadeza de algumas fases do processo produtivo. O que aumenta a dependência desses agricultores em relação ao mercado (comercial e financeiro) e ao dinheiro, já que não produzem mais os gêneros básicos para a sua alimentação. Com isso, “a tendência é a da pressão no sentido de aumentar o excedente, quase sempre às custas da diminuição do tempo e do espaço de terra destinados aos próprios meios de vida” (MARTINS, 2008, p. 68). Esse processo de maior dependência e integração observado na realidade empírica reflete o debate teórico que fizemos acerca do papel do Estado mediante as políticas sociais de natureza creditícia na transformação do camponês em agricultor familiar capturado pela lógica do mercado. As imagens que apresentamos a seguir ilustram a realidade cotidiana da produção camponesa no rural arapiraquense.

Figura 5 - Plantação de hortaliças (alfaces) no Povoado Batingas (Arapiraca/AL).



Fonte: pesquisa de campo (2016).

Figura 6 – Agricultora fazendo a separação das folhas de couve, cebolinha e coentro no Povoado Pau D'Arco (Arapiraca/AL).



Fonte: pesquisa de campo (2016).

Figura 7 - Criação de ovelhas no Povoado Laranjal (Arapiraca/AL).



Fonte: pesquisa de campo (2016).

Figura 8 - Comercialização de frutas dentro da propriedade rural no Povoado Laranjal (Arapiraca/AL)³³.



Fonte: pesquisa de campo (2016).

³³ A atividade é complementar à renda familiar e ao financiamento do Agroamigo, que foi direcionado para criação de bovinos.

Figura 9 - Criação de bovinos no Povoado Sapucaia (Arapiraca/AL).



Fonte: pesquisa de campo (2016).

Contraditoriamente, à medida que o agricultor toma um empréstimo e estabelece um vínculo com o capital, por meio do crédito, passa a produzir em função dos interesses do mercado, subordinando a sua produção à renda fundiária da terra, sob a forma de juros bancários. Os agricultores arapiraquenses, por exemplo, apesar de manterem certa ilusão de autonomia quanto à sua produção, são totalmente influenciados pelo mercado ao tomarem o empréstimo bancário, a começar pela escolha da atividade financiada, que é determinada pelo mercado, uma vez que o programa de microcrédito só investe nas lavouras e/ou criação de maior aceitação no comércio local. De forma destacada, podemos citar a pecuária leiteira fortemente desenvolvida na região semiárida. O leite ali produzido se articula à cadeia da agroindústria devido ao fato de fornecer matéria-prima para as indústrias de laticínios, como a Valedourado, de Palmeira dos Índios/ AL, e a Sabe Alimentos, de Muribeca/ SE.

Nessa perspectiva, observamos que esse modelo neoliberal de política pública para o mundo rural, do qual se destaca o Agroamigo, está tencionando a existência do campesinato devido à permanente transformação das suas condições de vida/produção, a qual reforça a sua posição de subalternidade e expropriação diante do sistema capitalista. Sob a égide do Paradigma do Capitalismo Agrário, a intervenção estatal nos “problemas” agrários brasileiros passou a ser mediada por políticas de inserção do camponês na lógica do mercado capitalista, que tem como finalidade última reforçar o setor do agronegócio.

Nessa conjuntura, a figura do agricultor familiar passou a ser central para a consolidação do desenvolvimento capitalista no campo, servindo de base para a formulação

das políticas governamentais, conforme já discutimos no capítulo anterior. Vale destacar que o termo *agricultor familiar* inexistia na literatura brasileira até a formulação da tese de Ricardo Abramovay, *De camponeses a agricultores: paradigma do capitalismo agrário em questão* (1992), a qual ressaltou que a característica fundante desse novo agente modernizador do campo é a sua capacidade de atuação no mercado associada à facilidade de incorporação técnica e habilidade para responder positivamente às políticas estatais, constituindo-se como fator de diferenciação do antigo sujeito camponês.

Em sua tese, o referido autor questiona as reflexões acerca da questão agrária, particularmente a temática do campesinato, inspiradas nas teorias clássicas de fundamento marxista, sobretudo as formulações do próprio Marx, Kautsky e Lênin. Estes últimos influenciaram a construção teórica do Paradigma da Questão Agrária, cujos debates pautavam-se nas transformações do campo ocorridas com a penetração das relações capitalistas no meio rural da Europa Ocidental e Oriental. Contemporaneamente, as reflexões marxistas continuam a instigar o desenvolvimento de pesquisas acerca do processo de produção e reprodução capitalista na agricultura e seu espraiamento em realidades sócio-históricas distintas, a exemplo da brasileira. Como posicionamento teórico, podemos dizer que o “PQA analisa os conflitos e as desigualdades socioeconômicas geradas pelo capitalismo na agricultura, enfatizando a luta contra o capital como forma de sobrevivência do próprio campesinato” (SILVA N, 2013 p.49).

Ao analisar a realidade camponesa na França bonapartista, Marx (2011) se mostrava incrédulo quanto à possibilidade do campesinato vir a se tornar uma classe autônoma e organizada, pois o seu modo de vida e produção, ao invés de levar os camponeses a um intercâmbio recíproco, acabava isolando-os ainda mais, existindo entre eles apenas um vínculo local “na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma” (Ibid. p. 143). Por isso, o autor defendeu que os camponeses eram incapazes de se autorrepresentarem, sendo necessário serem representados. Esse posicionamento fortaleceu a perspectiva entre os autores clássicos de que a tendência para o campesinato, em face do desenvolvimento capitalista, seria o seu desaparecimento mediante o processo de proletarianização e expropriação daqueles agricultores empobrecidos, enquanto a fração de camponeses ricos se tornaria capitalista agrária, tendo em vista a compreensão de que “[...] a persistência de relações não-capitalista de produção é entendida como *resíduos em vias de extinção* [...]” (OLIVEIRA, 1987, p. 8).

Malgrado a tese do Capitalismo Agrário se contraponha à análise de Marx, defendendo a perspectiva de que a intensa participação dos pequenos produtores nas economias capitalistas centrais tenha consolidado a existência do agricultor familiar, negando a tese do fim do campesinato, observamos que a análise de Marx demonstra certa coerência quanto a essa questão, porque diante do desenvolvimento capitalista e das políticas neoliberais, como as de microcrédito produtivo – dentre as quais nos detivemos no Programa Agroamigo –, de fato, o campesinato está realmente fadado a desaparecer em face da sua transformação em agricultor familiar especializado na produção de determinado gênero agropecuário. Como consequência, o que se coloca para o campesinato como possibilidade diante do movimento dialético do real é: o antagonismo ao capital ou sua rendição a ele, o que significa a total perda da sua autonomia e identidade.

A observação da realidade concreta tem demonstrado, contraditoriamente, a sobrevivência camponesa e sua resistência na tentativa de recriação mediante a luta pela terra, numa lógica que se contrapõe ao capitalismo e, conseqüentemente, ao agricultor familiar. Provas disso são as lutas populares no campo materializadas pelas ocupações de terras, promovidas pelo MST e demais movimentos sociais. Elas tencionam o latifúndio e fazem parte das estratégias políticas dos trabalhadores para resistirem ao assalariamento e aos processos de exploração e expropriação num cenário de hostilidade do capital no espaço agrário e intensa violência por parte dos ruralistas. Assim, “a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes (FERNANDES, 2001).

Resgatando o pensamento de Chayanov (apud SILVA N, 2013), destacamos que o referido autor advoga que na economia camponesa o trabalho, a terra e demais meios de produção dão vida a um sistema econômico no qual o objetivo é o desenvolvimento da unidade familiar, estando ausente de sua lógica produtiva a categoria capitalista do lucro. Como consequência, o autor defende a tese da sobrevivência do modo de vida camponês no regime capitalista de produção, tendo em vista que sua finalidade é, antes de tudo, a reprodução da família. Essa premissa pode ser um elemento importante na diferenciação entre o camponês (sujeito histórico) e o agricultor familiar (*persona* do capital), em virtude da natureza distinta dos seus objetivos produtivos, a qual contrapõe autorreprodução x lucro.

Entretanto, esse autor formulou uma explicação endógena para a reprodução da unidade camponesa, investigando a sua organização interna por meio da análise do balanço entre trabalho e consumo. A influência do sistema econômico global e suas determinações na

recriação do campesinato não são objetos de investigação desse autor, que optou pelo estudo do fragmento, desconsiderando a totalidade. Partindo de uma concepção crítica, entendemos que o sistema capitalista recria formas de trabalho não capitalista que se articulam ao seu circuito de rotação.

Logo, não podemos compreender a reprodução da unidade camponesa unicamente como fruto da sua dinâmica interna, nem tampouco se pode falar em um modo de produção autônomo. Na diferença de perspectiva no trato da questão camponesa, compreendemos que “Marx opera do ponto de vista do sistema econômico e Chayanov a partir de uma perspectiva micro. Para Marx, o fundamental são as transações entre o campesinato como classe e o sistema econômico global; Chayanov estabelece, por seu turno, um corte entre este nível e a dotação de recursos no âmbito das explorações camponesas” (PONTES, 2005, p. 37).

Partindo de outro mirante de análise, Shanin (apud Lusa 2016) aborda o campesinato numa ótica relacional na qual os fatores externos são tão determinantes para o seu modo de vida, quanto os internos, defendendo que “[...] o camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo” (Ibid. p. 09). Isto significa que, ao contrário de Chayanov, Shanin não analisa o campesinato a partir dele mesmo, mas sim da totalidade.

O autor ainda defende a existência de uma diversidade camponesa complexa e heterogênea, sugerindo que é preciso fugir de conceituações limitantes e definitivas acerca dos sujeitos camponeses. Pois o risco do enquadramento conceitual é incorrer em generalizações que retiram a historicidade própria da vida dos distintos segmentos da classe camponesa, que estão espalhadas por diferentes partes do planeta e que sofrem múltiplas determinações do modo de produção dominante, o capitalista, e das particularidades das diversas formações sócio-históricas dos países e regiões. Obviamente existem características comuns ao campesinato internacionalmente reconhecidas e que facilitam o estudo sobre esta temática, porém o excesso de generalizações obscurece as especificidades e os elementos do tempo histórico. O autor também advoga que não existe um modo de produção camponês que os isole dos efeitos causados pelas relações capitalistas, mas, ao contrário, são submergidos pelas transformações societárias e sofrem os processos de exploração operados pelas classes dominantes.

Nesse ínterim, acompanhando o movimento contraditório de reprodução do capital, observamos que mesmo que este tente metamorfosear o camponês em agricultor familiar (integrado ao mercado) por meio das políticas agrárias neoliberais baseadas na concessão de

crédito financeiro, ele acaba reproduzindo também as suas contradições, as quais fomentam a existência de forças sociais que se colocam contra o capital. Com isso, conforme o PQA, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e sua expansão na agricultura tendem a recriar formas de produção não capitalistas de exploração tais como o trabalho camponês e familiar, a parceria, a meação e o arrendamento, de modo que “a produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também reprodução ampliada das contradições do capitalismo” (MARTINS, 2013, p. 37).

Assim, diante do quadro de pobreza, desigualdade, violência e exclusão social propagado pelo desenvolvimento capitalista no campo, configuram-se as condições objetivas para fomentar o antagonismo contra esse sistema protagonizado pelos camponeses que lutam pela terra de trabalho numa dinâmica radicalmente contrária à acumulação burguesa. Logo, ao mesmo tempo em que o capital, via Estado, produz políticas de inserção camponesa por meio da sua metamorfose em agricultor familiar, produz também o seu contrário: a resistência dos trabalhadores por meio de ocupação de terras, bloqueio de rodovias, construção de acampamentos, etc. Apesar de haver resistência no campo, também é preciso reconhecer que a classe trabalhadora se encontra desagregada e fragilizada diante da hegemonia do grande capital monopolista, conforme discutiremos mais adiante.

Antes de aprofundar essa discussão, é necessário resgatar ainda alguns aspectos cotidianos acerca das condições de trabalho dos agricultores mutuários do microcrédito em Arapiraca. Na pesquisa de campo constatamos que 100% desses trabalhadores não têm acesso aos serviços públicos de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), evidenciado a desarticulação entre os programas de inclusão produtiva rural no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Sobre a utilização de técnicas agrícolas no rural alagoano, Lessa (2013) aponta que no leste a produção é feita sob a base de técnicas modernas devido à presença do agronegócio canavieiro. No sertão, a pequena agricultura utiliza métodos tradicionais de produção. Já no agreste, mesclam-se a utilização de equipamentos modernos agregados às práticas tradicionais.

O regime de chuvas irregulares afeta a produção agropecuária no município, o que é agravado pela falta de orientação técnica para melhor aproveitar os recursos naturais no processo de trabalho agrícola. Por isso, 100% dos entrevistados indicaram a seca associada à falta de recursos para investir na lavoura/pecuária e à ausência de assistência técnica como sendo as principais dificuldades enfrentadas na produção agrícola. Além disso, o uso de tecnologias poupadoras de mão de obra, como máquinas e tratores, é restrito a um pequeno

número de agricultores (20%), os demais estão submetidos a condições de trabalho degradantes na agricultura, tendo como instrumentos de trabalho ferramentas rústicas que contribuem para a baixa produtividade e ineficiência dos camponeses arapiraquenses. Ademais, a degradação do trabalho no campo também ocorre devido à grande exposição dos agricultores ao clima semiárido, deixando-os vulneráveis à aquisição de doenças precoces.

Embora a mecanização da produção agrícola seja restrita e esporádica no espaço rural arapiraquense, observou-se uma forte dependência camponesa por insumos industrializados. Tal dependência decorre do processo de modernização da agricultura brasileira ocorrida a partir da década de 1960, com a instalação de indústrias de máquinas e insumos agrícolas. As exigências capitalistas eram de tornar a agricultura mais dinâmica e integrá-la no circuito de acumulação não só pelo fornecimento de produtos agrícolas, mas também pela mecanização dos seus meios de produção. Se havia a oferta de máquinas, tratores, fertilizantes químicos, medicamentos veterinários, então, era necessário criar um mercado consumidor para esses produtos no interior da produção agrícola.

De acordo com Silva (2002), com a industrialização da agricultura, os complexos rurais, os quais se caracterizavam com latifúndios que possuíam níveis de consumo interno e uma produção de subsistência, foram transformados em complexos agroindustriais. Com isso, a autossuficiência que caracterizava a agricultura foi substituída pela dependência aos insumos e produtos que vinham da indústria. Como se essa expulsasse “[...] de dentro dela uma série de atividades como, por exemplo, a fabricação de insumos orgânicos que se transformaram em insumos químicos. Antes a agricultura produzia os seus próprios adubos. Hoje, esses adubos são adquiridos fora [...]” (Ibid. p.138). É importante ressaltar que esse processo de modernização foi excludente, pois não favoreceu os grandes e pequenos produtores igualmente, ou seja, eles não tiveram os mesmos níveis de acesso às facilidades tecnológicas, equipamentos, insumos e máquinas, nem tão pouco desfrutaram equitativamente das políticas de crédito. A agricultura capitalista foi a grande beneficiada, de modo que a “modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração de renda e de geração, de outro lado, da sua face de miséria” (Ibid. 139).

Contraditoriamente, esse movimento do capitalismo no campo propiciou a expansão da indústria de equipamentos e insumos agropecuários, também nas propriedades camponesas. Nos povoados que foram *loci* desta pesquisa, observamos o consumo massivo de fertilizantes como adubos químicos, herbicidas, equipamentos, sementes e mudas que passaram a alimentar a cadeia de acumulação capitalista no campo. Essa mesma realidade foi constatada por Rodrigues (2012) ao analisar a financeirização dos agricultores sergipanos via

Pronaf. A autora percebeu que essa política de crédito contribuiu para a criação de poder de compra entre os camponeses pauperizados, o que foi necessário para aquecer o mercado interno de produtos agropecuários. No caso do Programa de Crédito Agroamigo, a relação entre capital financeiro, industrial e comercial também é evidente, tendo em vista que os agricultores podem financiar sementes, ração, bombas d'água, canos, tubos (kit irrigação), entre outros, o que atende prioritariamente às necessidades de valorização capitalista no campo, tornando os agricultores reféns dos produtos industrializados. De acordo com a autora supracitada (2012, p. 142) esse processo “[...] permite a monopolização e a territorialização do capital monopolista no espaço agrário, promovendo a concentração de terra e a desterritorialização e proletarianização do campesinato”.

As políticas de crédito, a exemplo do Agroamigo, como instrumentos de valorização do capital financeiro no campo, se apoiam na intervenção estatal mediante as suas incorporações como estratégias de política pública de inclusão produtiva, não obstante, é preciso destacar que a disseminação desses programas no cotidiano de vida e trabalho dos agricultores camponeses necessita da mediação de outras instituições como associações, sindicatos e demais entidades de organização dos trabalhadores rurais. Em Arapiraca, as associações comunitárias e o sindicato rural são as portas de entrada do capital financeiro no campo, uma vez que são eles que intermedeiam o contato do banco com os clientes. Aproximadamente 70% dos agricultores entrevistados conheceram o Agroamigo por meio das Associações Comunitárias dos quatro povoados visitados na pesquisa de campo (Laranjal, Batingas, Pau D’Arco e Sapucaia), ou por meio do Sindicato Rural, que é a instituição responsável pela emissão da DAP no município. Sobre a relação do banco com as associações, o Coordenador do Agroamigo explica que

No Agroamigo o agricultor é seu próprio avalista, a garantia que a gente tem dele é só que ele está disponível a trabalhar e a utilizar o recurso. O vínculo com a associação é só uma questão organizacional. Muitos destes clientes, eles já estão organizados por meio de associações, porque isto faz com que, na maioria das vezes, eles consigam escoar o que ele produz, barganhar preço e em algumas questões de documentos, essas coisas assim, que às vezes o cliente está alheio à situação, o presidente da associação tem um conhecimento maior e consegue passar para eles (Pesquisa de campo, 2016).

Apesar disso, os processos referentes à concessão do crédito e à renegociação de dívidas dos agricultores em situação de inadimplência são individualizados. A associação é uma via de acesso ao cliente, já que faz a divulgação entre os associados e vai espalhando a informação sobre a existência do Agroamigo entre os demais moradores das comunidades

rurais. Todavia “quando se trata da questão de negociar com o cliente, é diretamente com o cliente, não trata com nenhuma pessoa terceira, a não ser por meio de procuração legal” (Coordenador do Agroamigo, pesquisa de campo, 2016). Com isso, observamos que as associações e sindicatos têm sido cooptadas pela lógica da financeirização, deixando de se caracterizar como espaço de organização e formação política dos agricultores, com vistas a fomentar o vir a ser desses trabalhadores camponeses como classe revolucionária por meio da luta pela transformação das relações sociais e produtivas no campo.

Em termos de organização política, observamos que os trabalhadores rurais mutuários do microcrédito em Arapiraca têm dificuldades de se perceberem numa coletividade ligada pela busca de interesses comuns, obstruindo a sua identificação como classe social. Sabemos que o vínculo que une os indivíduos sociais é mediatizado pelo processo de tomada de consciência e que essa é fruto das relações concretas estabelecidas entre os homens numa dada estrutura social e produtiva, qual seja: a sociedade capitalista sob a hegemonia da financeirização. Assim, para estabelecermos um diálogo acerca da organização política dos mutuários do microcrédito Agroamigo em Arapiraca, partimos da compreensão de Marx (2014, p. 27) de que não importa conhecer a lei que rege o fenômeno em sua forma definida, mas antes “a lei da sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra”. Concebendo a consciência de classe como processualidade, verificamos que os camponeses arapiraquenses mutuários do Agroamigo organizam-se de acordo com o momento da consciência política que denominamos de econômico-cooperativo.

A visão de mundo que permeia a consciência camponesa dos entrevistados no rural arapiraquense ainda é desagregada e episódica (GRAMSCI, 2002), embora já experimentem um incipiente processo de organização. Ao vivenciarem as diversas contradições capitalistas no campo em seu cotidiano, os trabalhadores rurais sofrem o constrangimento de se perceberem numa relação na qual quanto mais trabalham, mais pobres eles ficam. É esse constrangimento que os leva a se organizarem em associações rurais. Segundo Iasi (2011, p. 29), o grupo é a pré-condição necessária para a superação da alienação, à medida que “a ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar [...] questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade”.

Essa unidade do grupo permeada pela necessidade de organização, mobilização e reivindicação é a chamada consciência em si, momento no qual Gramsci afirma que se “adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico” (apud SIMIONATO, 2011, p. 50). A partir disso, observamos que na realidade concreta, embora mais da metade dos agricultores

entrevistados (60%) tenha alegado participar de algum tipo de entidade representativa como associações comunitárias rural ou quilombola, dificilmente conseguem participar ativamente das instituições das quais fazem parte, de modo que a organização da luta em busca de interesses comuns acaba ficando fragmentada e inconclusa. As entidades existem legalmente, às vezes até viabilizam o acesso a algum serviço, mas não expressam a germinação de uma contra-hegemonia entre as classes subalternas do campo, no sentido de se oporem à dominação do capital. Assim sendo, destacamos a fala de um agricultor entrevistado na pesquisa de campo sobre a sua militância na associação rural do Povoado Batingas: “Na verdade tá com muito tempo que eu não participo das reuniões. No momento tá desarmonizada, também por parte dos agricultor, também. Marca reunião e ninguém vai, tem isso também, né? A associação chama 30 agricultor, só vai 5, aí como é que a reunião vai ser feita?” (FR, 28 anos).

Diante do exposto, sinalizamos que a dominação e a opressão financeira do capital somente cessarão quando os trabalhadores do campo e da cidade atingirem um grau de consciência revolucionária, na qual os interesses de uma classe (proletariado) extrapolem os limites corporativos e passem a representar os interesses do conjunto das classes subalternas. Gramsci (2001) chama esse momento de transição, na qual a “classe em si” torna-se “classe para si”, de catarse, porque a consciência deve elevar-se do particular para o universal, dando origem a uma sociedade emancipada. Para o autor, o termo catarse representa a passagem do “momento meramente econômico (egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’” (Ibid. p. 314).

No entanto, sabemos que o principal desafio contemporâneo para o conjunto da classe trabalhadora é atingir esse momento ético-político por meio da luta de classes. Pois apesar de haver resistência no campo, a exemplo dos movimentos sociais, de gênero, indígenas, quilombolas, etc., a tendência das lutas sociais tanto no rural quanto no urbano é a desmobilização. Isso se dá devido à fragmentação dessa classe em nível mundial e à sua submissão aos interesses do capital.

Tonet (s.d.) defende que essa fragmentação decorre da perda da centralidade do trabalho por meio dos movimentos de esquerda e sua concentração na busca pelo controle do Estado. Essa tendência começou a se delinear com a ascensão dos partidos social-democratas ao poder, ideologicamente amparados no pensamento político da Segunda Internacional, cujo fundamento era baseado no reformismo. Como se a esfera da política *stricto sensu* fosse capaz de criar uma sociedade socialista sem a transformação das relações de produção, ou seja, do

mundo do trabalho. Com base nisso, partidos políticos e demais entidades e organizações de esquerda, das quais o PT é o melhor exemplo no Brasil, sofreram um profundo transformismo ao se apropriarem do aparelho estatal, passando a se comportar como meros partidos burgueses. Além disso, a reestruturação produtiva, com a flexibilização das relações de trabalho no recente contexto da mundialização do capital, dispersou a classe trabalhadora, que se viu órfão de si mesma e das suas entidades representativas. Deste modo,

[...] a luta da classe trabalhadora já não era dirigida contra o capital e contra o Estado, mas apenas no sentido de arrancar determinadas concessões parciais do capital e do Estado. Julgava-se que a tomada do poder do Estado pelos partidos que representariam os interesses da classe trabalhadora contribuiria para aumentar o poder desta classe em seus embates com o capital (Ibid. p. 07).

A inércia da classe trabalhadora e a perda do sentido de coletividade também são prejudicadas pelos pressupostos teórico-filosóficos que alicerçam o arranjo de políticas sociais no âmbito do neoliberalismo. A atuação do Estado burguês nas expressões da questão social passou a ter como núcleo central o indivíduo ou o grupo, acompanhado de um ataque às políticas sociais universais, que passaram a ser substituídas por programas focalizados nos territórios da pobreza, tal como o Agroamigo. Com isso, podemos afirmar que o conjunto das políticas e programas sociais neoliberais gesta-se no bojo do paradigma pós-moderno, que reforça a ideia da fragmentação da realidade social, focalizando-a em microdimensões como o território, a família, o indivíduo (LUSTOSA, 2012).

No caso particular dos mutuários do microcrédito em Arapiraca, é facilmente identificável a segregação e o individualismo que permeiam a lógica de funcionamento do programa, tendo em vista que os sujeitos sociais são os responsáveis por si mesmos, pelo sucesso ou fracasso do seu empreendimento rural e não podem contar com o apoio de outros clientes do banco, nem com a associação para renegociarem as suas dívidas, porque o crédito é individualizado. Essa concepção acaba por reforçar a fragmentação dos trabalhadores na medida em que eles não se articulam para enfrentar as situações de endividamento e pobreza às quais ficam submetidos.

Com isso, os mutuários do Agroamigo são, em sua maioria, sujeitos despolitizados e amoldados pelo pensamento pós-moderno que tende a eliminar a noção de conflito, de classe social e da centralidade do trabalho, a partir da premissa de que capital e trabalho, em vez de se antagonizarem, solidarizam-se na busca de interesses comuns (IASI, 2006). Para os mentores intelectuais de programas como os de microcrédito, esse interesse em comum é a

superação da pobreza, fazendo com que o território do conflito passe a ser o território do consenso.

Diante das iniciativas políticas e ideológicas do capital sobre o trabalho, a única alternativa do conjunto dos trabalhadores (proletários, camponeses, terceirizados, temporários, etc.) para buscar a sua liberdade é a necessidade de reorganização da classe, tendo em vista que a sociedade burguesa mundializada só tem a lhe oferecer pobreza, degradação e exploração. A saída para a opressão e dominação do capital sobre o trabalho deve ser buscada na luta social por meio da destruição da sociedade capitalista e a consequente apropriação pelo trabalho das riquezas que ele mesmo produziu, tendo em vista que “os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo de apropriação a elas correspondente e, por conseguinte, todo modo de apropriação existente até hoje” (MARX; ENGELS, 2007, p. 50). A superação das relações capitalistas de produção representa o fim da propriedade privada, da renda da terra, da pobreza e da exploração, isso é condição *sine qua non* para que no lugar da sociedade burguesa, com suas classes e contradições, surja “uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos” (Ibid. p. 59).

Com o resgate de alguns aspectos da vida cotidiana dos agricultores camponeses arapiraquenses, tivemos a pretensão de evidenciar que o acesso ao crédito do Agroamigo e demais conjunto de políticas pouco alterou o cenário de pobreza e desigualdade social no campo. A existência do minifúndio e das relações de arrendamento, as condições modestas de produção, o agravamento da pobreza e a falta de horizonte numa sociedade menos injusta por meio da luta de classes obrigam o trabalhador a procurar outras fontes de ocupação e renda no campo para além da sua terra. Dessa forma, a inserção do microcrédito encontra grande legitimidade para se espalhar no meio rural, entretanto, na imediatez empírica do cotidiano, o agricultor não consegue refletir sobre as contradições do Agroamigo e as determinações que o colocam entre a permanência da pobreza e o endividamento. A fim de analisar essa contradição passemos ao tópico seguinte.

3.3. A inclusão produtiva rural do PBSM: o crédito amigo no município de Arapiraca/AL e a relação dialética entre a reprodução da pobreza e a financeirização

Expusemos anteriormente que o ciclo regressivo da acumulação capitalista na década de 1990 obrigou o sistema a implementar uma nova rodada de contrarreformas nas políticas econômicas e sociais, com vistas a garantir os processos de acumulação, sob os ditames do

receituário neoliberal. A grave situação de empobrecimento e acirramento das desigualdades sociais e regionais, sobretudo nos países da periferia do capital, demandou uma intervenção focalizada nas expressões da questão social mais latentes, principalmente nos territórios rurais caracterizados pela sua vulnerabilidade socioeconômica, tal como o Nordeste brasileiro. Tutelados pelas orientações das agências internacionais financiadas pelo capital monopolista, os países periféricos passaram a implementar os modelos e protótipos de políticas e programas de combate à pobreza (PCPR I e PCPR II), entre os quais destacamos os programas de microcrédito produtivo subsidiado.

Discorremos sobre as características do Agroamigo, como estratégia de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria, e as particularidades da sua estrutura e funcionamento no meio rural arapiraquense, destacando algumas de suas implicações no cotidiano de trabalho dos camponeses usuários do microcrédito, em meio às suas estratégias de enfrentamento diário da pobreza. Nesse momento do trabalho nos propomos a analisar a singularidade do programa de microcrédito Agroamigo em Arapiraca/AL, verificando as suas contradições no tocante ao enfrentamento da pobreza.

Para fomentar a nossa análise, partimos da compreensão de que esse programa de microcrédito compõe a face imediata de um fenômeno complexo, de uma totalidade que ganha sentido e forma no bojo das estratégias financeiras de acumulação capitalista. Com isso, entendemos que a viabilidade do Agroamigo decorre do fato de ele interferir diretamente na economia política do capital, criando mecanismos modernos de valorização com a abertura de novos espaços de reprodução e apropriação do mais-valor produzido pelo trabalho (camponês). Ou seja, os programas de microcrédito em sua essência estão intrinsecamente relacionados à reprodução ampliada do capital, sob a égide da financeirização.

Na sua materialidade empírica, esses programas baseados na concessão de empréstimos integram o conjunto de políticas que compõem as respostas capitalistas às manifestações da pobreza mediatizadas pela intervenção do Estado burguês. Como fenômenos complexos, essas políticas creditícias são carregadas de contradições, constituindo-se como um campo de tensão entre capital e trabalho. No caso específico do Agroamigo em Arapiraca, direcionado para a produção inclusiva dos pobres do campo, convém ressaltar que tal programa, articulado a outras políticas compensatórias, fornecem as condições mínimas para a reprodução das famílias camponesas, de modo a criar consensos entre os trabalhadores, legitimando a forma de regulação social neoliberal focalizada nos territórios da pobreza e mediatizada pelo capital financeiro. Para os camponeses entrevistados na pesquisa de campo,

o Agroamigo “é uma grande ajuda” para a superação da pobreza rural, conforme fica explícito nos trechos a seguir:

Na verdade, esse Agroamigo é uma verdadeira ajuda para o agricultor porque muitas vezes o agricultor não tem o recurso e eles dão oportunidade, porque é uma coisa que é parcelada. Você tendo o seu emprego, você pode pagar, entendeu? O Agroamigo já tá dizendo que é amigo mesmo do agricultor! (JC 32 anos, Povoado Pau D’Arco, pesquisa de campo, 2016).

Com certeza, ajuda a reduzir a pobreza, porque é um banco de agricultores, né? Eu acredito que nenhum banco dá esse empréstimo com valor tão baixo, com a forma de pagamento, que é ótima. Eu acredito assim: que pra os agricultores esse banco surgiu para fazer milagres, porque não existe, não, outra forma de financiamento que nem o Agroamigo (SM 20 anos, Povoado Laranjal, pesquisa de campo, 2016).

O Agroamigo ajuda muito porque se você tira o dinheiro, você emprega o dinheiro, você num pode desviar o dinheiro muito, mas você pode tirar uma coisinha, fazer uma comprinha também com um pedacinho. Num pode tirar muito, que claro que você num vai tirar muito. Se você tira 4 mil conto e você vai gastar 3 mil, comprar de move, aí fica só mil; como é que você vai pagar? Num vai pagar nunca, né? Quando vai pagar o banco, o dinheiro já foi embora todinho, ninguém sabe onde é que anda. E dá pra ir vivendo assim, tapiando, dá! Nem passa necessidade, passa precisão, que todo mundo passa! Mas graças a Deus a gente chega lá, né! Mas ajuda! Se chegar a cortar, porque esse pessoal forte bole com muitas coisas, né? Mexe com muitas coisas, e o cara que entrou (presidente) não é boa peda, né? [...] Mas o Agroamigo ajuda muito as pessoas da agricultura! Valoriza muito! Esse programa tá ajudando demais a gente. Se ele chegar a cortar, Ave Maria! Fica pior³⁴. É de crescer, vai diminuir, aí como tá o dismantelo que tá, vai dá mais dismantelo ainda. Que ninguém vai ter condições de conseguir nada, né? (JB 53 anos, Povoado Laranjal, pesquisa de campo, 2016).

Conforme inferimos das verbalizações, o recurso financeiro disponibilizado pelo banco, além de subsidiar a atividade agropecuária, ainda promove o acesso aos mantimentos necessários à alimentação da família camponesa que não são produzidos na propriedade rural e que são comprados no momento em que o agricultor recebe o dinheiro do empréstimo (isso acontece principalmente com os beneficiários mais empobrecidos do grupo B). Com isso, o crédito do Agroamigo também acaba servindo diretamente para repor a força de trabalho camponesa à medida que satisfaz as suas necessidades imediatas de reprodução. Entendemos

³⁴ A preocupação do agricultor acerca da continuidade do Agroamigo é legítima, uma vez que no atual contexto de conservadorismo antidemocrático e repressor, representado pelo governo de Temer, existem indicativos de que as regras do programa possam ser alteradas no Plano Safra que entra em vigência em julho de 2017. De acordo com fontes extraoficiais ligadas ao Banco do Nordeste, é possível que o bônus de adimplemento seja suspenso e os juros aumentados. Além disso, desde janeiro do ano corrente um mesmo cliente do banco não pode mais acessar o Crediamigo e o Agroamigo, devendo optar pelo financiamento de um dos programas. Se as especulações acerca da reconfiguração do Agroamigo se concretizarem, a tendência que se desenha é a exclusão da parcela de camponeses economicamente menos capitalizados, que passarão a não ter mais acesso ao financiamento. Isso significa que os camponeses nordestinos novamente serão marginalizados pelas políticas agrárias do Estado, conforme pontuamos com o surgimento do Pronaf.

que esse elemento é determinante para a criação do consenso em torno do programa pela população usuária, fomentando a compreensão de que o Agroamigo “surtiu para fazer milagres”, de que ele “é amigo mesmo do agricultor”, porque, como bem explica o camponês, “você num pode desviar o dinheiro muito, mas você pode tirar uma coisinha, fazer uma comprinha também com um pedacinho”.

Neste sentido, é preciso ressaltar que o programa de microcrédito rural Agroamigo reflete a lógica das políticas sociais na sociedade capitalista, que se constituem como mediações que o Estado internaliza para intervir nos conflitos de classe com vistas à “coesão social”, permitindo que uma classe possa ser dominante e dirigente sobre o resto da sociedade. Sua natureza contraditória decorre do fato de atenderem a interesses antagônicos: se, de um lado, correspondem aos intentos do capital de reproduzir a sua hegemonia, do outro, garantem direitos, benefícios e serviços sociais (e mais recentemente financeiros) ao trabalhador que são indispensáveis para a satisfação de suas necessidades sociais. Behring e Boschetti (2011, p. 195) destacam em seus estudos esse elemento multifacetado da política social no capitalismo contemporâneo ao apontar que ela “[...] pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos dos trabalhadores, quanto ser funcional à acumulação do capital e à manutenção do *status vigente*”.

Assim, a emergência de programas como os de microcrédito como estratégia de política pública não pode ser compreendida fora das relações de produção no estágio da financeirização, pois tais políticas reproduzem a contradição entre capital e trabalho na medida em que “[...] permitem, no limite da sociedade burguesa, as condições mínimas e necessárias de sobrevivência para inclusive uma possível revolução proletária, por outro lado, reforçam a condição de exploração a que os proletários estão susceptíveis dentro desta mesma sociedade” (HOTZ, s.d. p.8). No caso por nós analisado, apesar do acesso às políticas de financiamento produtivo para os agricultores de base familiar ser considerado uma conquista da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais do campo, não se pode ignorar que serve muito mais ao capital do que ao trabalho, porque perpetua a dominação e a exploração de classe por meio de novos mecanismos de subtração do sobretrabalho via crédito bancário, como destacaremos nas análises seguintes.

Conforme resalta Netto (2011) as políticas sociais são inerentes a sociedade capitalista diante da emergência da questão social e tem como função a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, tanto da parcela ocupada, quanto excedente. Nesse âmbito, as políticas sociais funcionam como vetores extra-econômicos que se articulam as determinações estruturais do modo de produção capitalista para viabilizar os processos de

acumulação. Nesse sentido a tendência contemporânea das políticas sociais é a focalização e a financeirização para atender aos interesses do capital.

Sobre isso, Boschetti (2012) mostra a regressão dos sistemas de proteção social em toda a Europa no século XXI, diante da necessidade de preservar a reprodução de mais-valia em larga escala, o que representa a desproteção da classe trabalhadora devido à restrição dos direitos conquistados historicamente e o fim da ilusão dos anos dourados de que era possível combinar acumulação, igualdade e redistribuição da riqueza social. Para a autora, as reformas destrutivas viabilizadas pelo Estado neoliberal provocaram uma “[...] corrosão insidiosa nos princípios fundantes da universalidade, qualidade e proteção ampla, e ocasionaram redução da abrangência dos direitos, seleção e focalização das prestações sociais, perda de qualidade dos sistemas públicos [...]” (Ibid. p. 799), abrindo espaço para a ampliação dos sistemas privados sob a égide do mercado, tais como os programas de microcrédito para o ‘combate’ da pobreza.

Neste íterim, é preciso destacar o papel do Estado na reprodução das relações sociais e na manutenção do *status quo*, pois apesar do microcrédito Agroamigo ser um programa seletivo e focalizado, que nega a perspectiva do direito, da universalidade e se articula com o paradigma do mercado como mediador da questão social, ele é visto por seus usuários como “amigo mesmo do agricultor”, tendo surgido para “fazer milagres” entre os pobres do campo mutuários do crédito “amigo”. Essa visão fetichizada do programa de microcrédito é a aparência necessária dos fenômenos que são disseminados pelas políticas estatais. Para Marx, de acordo com Carnoy (1988), o Estado que se diz “árbitro” na representação da coletividade não está imune aos interesses de classe, tendo surgido como um instrumento de dominação, pois ele “[...] é a resposta à necessidade de mediar o conflito de classe e manter a ‘ordem’, uma ordem que reproduz o domínio econômico da burguesia” (Ibid. p. 69).

Contudo, para que determinados programas, como os de microcrédito em Arapiraca, ganhem o consentimento popular, o Estado não age coercitivamente sobre a população usuária. Para Gramsci, com a socialização da política nas sociedades capitalistas contemporâneas (ocidentais), o Estado burguês se divide em sociedade política (coerção) e sociedade civil (consenso), caracterizando-se como “uma das principais arenas de luta de classes e, portanto, como palco de intensas contradições” (COUTINHO, 2006, p. 41). Esta última é composta por um conjunto de aparelhos privados de hegemonia complementares que são responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias dominantes, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação, entre

outros (Ibid.), cuja função é sedimentar o consenso entre as classes subalternas para se adequarem ao projeto político das classes capitalistas.

De maneira inequívoca, podemos dizer que o programa Agroamigo em Arapiraca reforça a hegemonia do capital financeiro entre os camponeses ao exercer um controle ideológico sobre eles, adequando-os aos mecanismos de reprodução ampliada da acumulação capitalista. De modo geral, o Estado burguês se antecipa à luta dos trabalhadores incorporando algumas demandas represadas dos movimentos sociais situados em territórios marcados pelo conflito e pela luta de classes. Nesse meandro, as políticas sociais, dentre elas os programas de microcrédito, aparecem como respostas capitalistas face às expressões da questão social, contendo, em sua essência, dimensões contraditórias, tal como o consenso e a rebeldia das massas.

Essas políticas são soluções dentro da ordem porque não têm o potencial de levar a superação do capitalismo e promover a emancipação do trabalho. Mas ao contrário, no caso dos camponeses investigados, os programas de microcrédito serviram para obter o apassivamento da classe trabalhadora do campo por meio da naturalização da pobreza, desmobilização e subserviência à hegemonia do Estado e do capital financeiro. Fazendo uma analogia com o termo utilizado por Alves (2005), consideramos que estes programas se caracterizam como uma ‘nova lógica de captura da subjetividade’ camponesa por meio da incorporação em sua racionalidade de que é possível combater a pobreza com capital. Sobre a hegemonia das classes dominantes e a obtenção do consenso passivo das massas, Coutinho (2010, p. 30) esclarece, com base em Gramsci, que

Existe hegemonia quando indivíduos e grupos sociais aderem consensualmente a certos valores. Mas, como Gramsci observa, existe consenso ativo e consenso passivo. A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo “natural”. Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive das classes subalternas.

É essa manipulação ideológica do capital sobre o trabalho que faz com os agricultores entrevistados (mesmo aqueles em situação de endividamento) acreditem que o programa de microcrédito Agroamigo seja capaz de enfrentar a pobreza rural em Arapiraca. Essa concepção deriva, principalmente, do entendimento dominante disseminado pelos organismos internacionais, que compreendem a pobreza a partir da situação econômica, predominantemente. Para os aparelhos difusores da hegemonia dominante, do qual o Banco

Mundial é o melhor exemplo, é possível enfrentar a pobreza por meio da realização de (contra) reformas, que culminam na disseminação de políticas compensatórias e seletivas. Mas partindo de uma concepção marxiana, compreendemos que o fim da pobreza como expressão da contradição entre capital e trabalho só pode ser suprimida mediante a destruição do próprio capitalismo.

A hegemonia do capital financeiro impera sobre o trabalhador porque os interesses das classes dominantes, nesse caso das oligarquias financeiras, são ressignificados e transformados em senso comum, assimilados pelas classes subalternas e massas camponesas. Logo, a visão de pobreza numa perspectiva histórico-estrutural cujo fundamento se encontra na concentração de riquezas, terras e renda, de um lado, e do outro, a socialização da miséria, é substituída por uma compreensão fetichizada e imediatista na qual a qualidade da alimentação e acesso à renda são os indicadores dessa condição. Essa perspectiva de pobreza e sua superação é facilmente incorporada pelo agricultor mutuário do microcrédito, haja vista as dificuldades que enfrenta cotidianamente para prover a família da alimentação necessária à sua reprodução, sendo essa situação agravada em algumas épocas do ano, nas quais as refeições diárias são realizadas de forma precária apenas para manter o trabalhador camponês vivo. Em vista disso, o indicativo de superação da pobreza para a parcela mais pauperizada dos clientes do Agroamigo é caracterizado por uma situação momentânea de fartura, ou seja, é sinônimo de “barriga cheia”, conforme observamos na afirmação a seguir:

O Agroamigo ajuda a diminuir a pobreza porque a pessoa que pega um dinheiro, como eu fiz, tirar 2.500 e pagá duas prestação de R\$ 940,00. Quanto ficou? Esse dinheiro que ele ficou dá pá ir lá no mercado, no armazém, chega lá ele comprar o que ele comer um ano, com o restante do dinheiro que ele tem que o governo já deu, num é? Por isso que melhorou a minha vida só não, melhorou de quem fez! Todo mundo que fez teve sucesso, num teve se num quis, se foi beber cachaça. Mas de tê alguma coisa, porque quem fez, se disser assim: eu fui comprar o que comer pra dentro de casa, roubá ele num roubô, ele pegou emprestado, ele tá devendo lá, né? Mas pelo menos encheu a barriga, né? (MP 53 anos, Povoado Pau D’Arco, pesquisa de campo, 2016).

Com isso, consolidamos o entendimento de que essa política de inclusão produtiva focalizada nos bolsões da pobreza é apenas um paliativo, uma vez que não intervém nas condições estruturais geradoras da pobreza, apenas procura inserir o camponês no mercado via financeirização, como se essa integração fosse garantia de melhoria nas condições financeiras da família. A realidade mostra o contrário, pois em alguns casos, o Agroamigo acaba fazendo as vezes de um programa de transferência de renda, conforme ilustra a fala do agricultor, porque aquele sujeito que realizou o empréstimo utilizou o recurso (ou parte dele)

para alimento da família. Como não conseguiu tirar uma renda da atividade agrícola financiada, está em débito com o banco e continua tão pobre como antes.

Neste estudo, a posição assumida é que a pobreza não se reduz a uma mera insuficiência de renda, ela é um fenômeno estrutural e complexo decorrente da exploração do trabalho pelo capital e da repartição desigual da riqueza entre as classes sociais, conforme demonstrou Marx (2014) ao esmiuçar a Lei Geral da Acumulação Capitalista. Silva e Silva (2010, p. 157) evidencia outros componentes da pobreza afirmando que ela “é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política”.

Apesar de entendermos a pobreza como um fenômeno histórico-estrutural, é necessário destacar que os critérios do programa Agroamigo são meramente econômicos, no sentido de promoção da melhoria nas condições de ocupação e renda, e na capacidade de consumo familiar. Por isso, nossa análise sobre o enfrentamento da pobreza no rural arapiraquense se fundamenta na situação do camponês junto ao banco, no que se refere ao financiamento do microcrédito rural. Desta feita, nossa amostra foi composta por agricultores em situação de adimplemento com o banco (46,15%) e aqueles que estão em débito (53,84%), a fim de fazer uma análise de profundidade observando os aspectos mais globais desse fenômeno.

Sobre o primeiro grupo, foi possível observar que os agricultores com maior potencial produtivo tomaram o financiamento do Agroamigo e conseguiram incrementar a sua atividade agropecuária (lavoura ou criação). Fato que gerou recursos financeiros que foram destinados tanto para o consumo da família, quanto para reembolsar o banco. Contudo, não se pode generalizar a premissa de que a situação de pobreza tenha sido superada, pois dentro desse percentual de agricultores (46,15%) se encontram aqueles usuários da linha Agroamigo Mais (7,69%) que já são mais capitalizados e normalmente estão acima da linha de pobreza³⁵, o que entra em contradição com os objetivos do programa, que é enfrentar a miséria. Já que normalmente esses agricultores dispõem de uma propriedade média, com boas condições de infraestrutura e acesso a transporte, o que facilita a sua integração ao mercado financeiro via microcrédito, devido à sua grande capacidade de retorno do investimento realizado pelo banco.

³⁵ Estão acima da linha da pobreza, segundo os critérios do Programa Bolsa Família, as famílias cuja renda mensal for superior a R\$ 170,00.

Entre esse público é mais comum observar a incorporação da lógica do empreendedorismo rural, da competitividade e da busca incessante pelo excedente de produção. O que também foi possível observar entre alguns agricultores enquadrados no grupo B, mas que já possuem uma condição de vida mais confortável; o que fica evidenciado na fala a seguir:

Tem gente que compra os animal por R\$ 3.000,00 e fica com o resto. Eu não, se eu puder botar um a mais eu boto! Eu tirei R\$ 4.000,00 do banco, aí eu botei mais R\$ 1.000,00, comprei mais um garrote a mais. O meu procedimento é esse, eu quero trabalhar no ponto de poder ter uma reserva a mais, não se eu puder comprar 3, eu comprar 1. Como a gente tem uma reserva melhor, aí eu trabalho nesse objetivo (JS 33 anos, Povoado Laranjal, pesquisa de campo 2016).

A outra parcela de agricultores que está com as contas em dia com o banco e que faz parte do grupo B (15,38%) não depende apenas da renda agropecuária para a manutenção da família, pois passa a contar também com os recursos provenientes do trabalho exercido pelos filhos maiores de idade no meio urbano ou no próprio meio rural, desempenhando atividades como motorista, agentes comunitários de saúde, feirantes, ou assalariados em empresas da região. Somente 23,07% dos agricultores camponeses entrevistados afirmam que conseguiram melhorar a renda familiar apenas com a atividade agrícola que já desenvolviam, mais aquela financiada pelo banco. De modo que se pode observar o baixo desempenho desse programa na tentativa de enfrentar a pobreza sem contar com o apoio de outras atividades complementares.

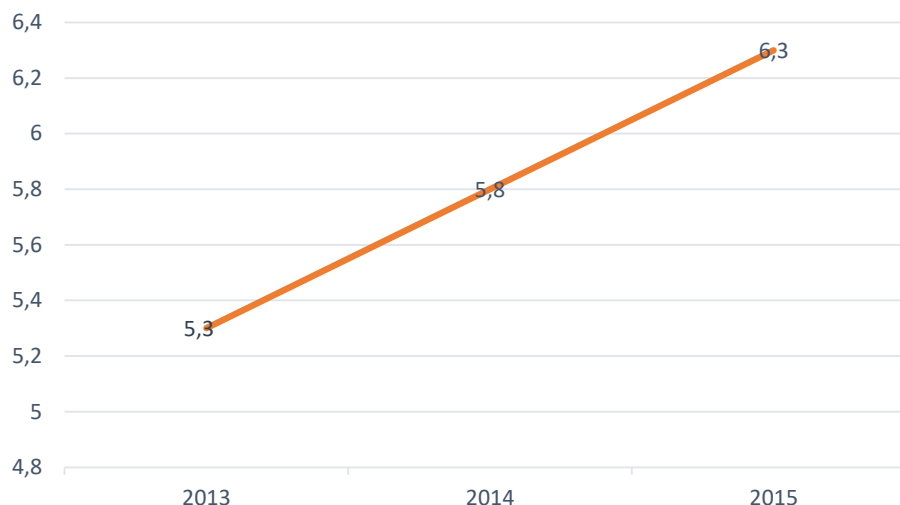
Não obstante, esses camponeses mutuários do Agroamigo que conseguem produzir renda com o recurso do empréstimo se encontram numa situação de fragilidade, uma vez que ficam reféns das leis do mercado. Colodeti (2011), ao estudar o microcrédito como política de enfrentamento da pobreza, já apontava esse fator como um dos principais limites desses programas. Segundo ele, os pequenos negócios estimulados pelo microcrédito no setor informal possuem baixa expectativa de sobrevivência no mercado, devido ao fraco desenvolvimento econômico e à baixa capacidade desses empreendimentos gerarem lucros a longo prazo, ficando submetidos aos desequilíbrios, oscilações e crises do mercado. Destarte, do mesmo modo que o tomador de empréstimo pode retirar bons ganhos com a atividade financiada (como prega o discurso dos bancos e agências financiadoras), a volatilidade do capital pode deixá-lo rapidamente em prejuízo e, conseqüentemente, ser levado à falência.

Entre os mutuários do Agroamigo em Arapiraca, um dos fatores que contribuíram para que a agricultora MF (40 anos, Povoado Pau D'Arco) ficasse em dívida com o banco foi justamente a oscilação nos preços do frango caipira. Essa trabalhadora passou a investir em

ração e não conseguiu vender os frangos no tempo certo e nem com um valor lucrativo, fazendo com que a agricultora entrasse em prejuízo no segundo financiamento. Isso porque uma vez inseridos nas políticas de crédito, o camponês fica submetido a lei da oferta e da procura que rege o mercado comercial e financeiro, de modo que o sucesso da sua atividade produtiva é condição *sine qua non* para o ressarcimento da dívida. Qualquer imprevisto na dinâmica do mercado ou na atividade financiada é fator suficiente para o seu endividamento. Apontando a insustentabilidade dos programas de microcrédito como mecanismo de enfrentamento da pobreza.

Para os gestores do Agroamigo em Arapiraca, um indicativo da superação da pobreza entre os clientes do microcrédito na região é o progressivo aumento da renda agrícola entre os anos de 2013 e 2015, recorte temporal desta pesquisa. Segundo os dados fornecidos pelo banco, a renda média anual dos agricultores envolvidos em operações de crédito saltou de R\$ 4.476,00 em 2013, para R\$ 5.520,00 em 2014, chegando a atingir R\$ 6.900,00 no ano de 2015. Apesar desse relativo aumento, é necessário pontuar que a situação financeira das famílias inseridas no programa ainda é muito precária, tendo em vista que elas dificilmente conseguem ultrapassar a linha da pobreza. Pois esse recurso se torna insuficiente para atender às necessidades da família ao longo de 12 meses, ainda mais levando-se em consideração que o núcleo familiar possui uma média de quatro integrantes, incluindo crianças, adultos, idosos e pessoas enfermas.

Contraditoriamente, a melhoria nas condições de renda das famílias incluídas no referido programa de microcrédito foi acompanhada pelo crescimento do índice de inadimplência. No capítulo anterior, expusemos que a média de clientes em débito girava em torno de 3,30%. Em Arapiraca/AL contabiliza-se 6,3%, que é quase o dobro de agricultores camponeses que estão enredados na teia da financeirização na condição de devedor em relação à média do Nordeste (mais o norte de Minas Gerais e Espírito Santo), como revela o gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Índice de inadimplência do Agroamigo em Arapiraca/AL (%)

Fonte: pesquisa de campo BNB (2016).

Organização: DUARTE, Kamilla A. (2016).

Ou seja, no nível da aparência fenomênica, o perfil socioeconômico dos agricultores arapiraquenses pode até ter melhorado, como demonstraram os dados sobre a renda, mas é necessário perceber que os níveis de endividamento também aumentaram, a despeito do consumo de produtos industrializados, como os insumos agrícolas por exemplo, ou mesmo com os custos do próprio financiamento, que capturam boa parte da renda familiar, levando os agricultores a se tornarem inadimplentes com o banco.

O segundo grupo de agricultores entrevistados na pesquisa de campo, que estão endividados (todos do Agroamigo Crescer – DAP B), relatou que os principais motivos/dificuldades enfrentados para saldar a dívida do financiamento têm a ver com imprevistos no desempenho da atividade agrícola/pecuária, como a estiagem, ou devido à situação de doença prolongada na família, o que inviabilizou o pagamento das parcelas. As falas dos agricultores relevam que qualquer fator pode provocar um desequilíbrio nas contas familiares, agravando a situação de pobreza devido à sua integração no circuito da financeirização.

A dificuldade para pagar o banco foi eu procurar o dinheiro na hora e num encontrar. Num tinha! Na hora, num tinha [...] eu fiz (o empréstimo) pá comprar uma vaca, né? Aí eu fui, comprei a vaca, aí da vaca eu fui me imprensei-me e troquei num bezerro. Aí do bezerro, eu comi a torna, aí fui cavar uma cacimba, aí fui botar dinheiro em negócio de doença pra qui, pra acolá. Eu disse: não, daqui pá hora do pagamento vai aparecer! Com esse bezerro vai dá pra mim arrumar mais outro trocado e chegá a pagar! Foi totalmente diferente, aí chegou no tempo do bezerro, aí

o bezerro já adoeceu e eu fiquei aplicando remédio no bezerro e ele num foi pá frente. Aí eu tive que pegá o bezerro e dei por 300 conto. Aí 300 conto a gente diz: eu pago com 300 conto? Num paga! Eu pensei: Não, mais ainda tem tempo, tem um tempinho. Nesse tempinho fulano tá me devendo, cicrano tá me devendo, aí quando chegar na hora, o caba diz não, num tenho não! Vou fazer o quê? E aí você junta mil coisa, **aí você termina passando vergonha, deixando o banco chegar na sua porta!** (MP 53 anos, Povoado Pau D'Arco, pesquisa de campo, 2016).

Tirei o empréstimo pra comprar uma carroça de burra, aí quando foi com 15 dias a burra morreu, aí eu vendi a carroça e dei uma entrada lá no banco [...] A burra é mais cara do que a carroça quando o cara vai comprar, aí a burra morreu, pronto! A carroça ficou aí, nunca andei e peguei e vendi a carroça e dei entrada no banco, dei (a carroça) por R\$ 900,00 e os R\$ 900,00 eu entreguei lá (no banco). O resto tô devendo! (LN 70 anos, Povoado Batingas, pesquisa de campo, 2016).

Eu parei de trabalhar, só meu marido quem trabalha (na horta), num ganha nada, pra pagar o banco eu tô com quantos anos? Uns três anos, né? Que tá parado e eu não tenho como pagar [...] Porque aí, eu parei de trabalhar, adoeci com problema de nervo, passei a tomar remédio controlado, daí eu tenho que comprar, quem compra num é nem eu, quem compra é a minha mãe todo mês, ela quem compra. Aí pronto, parei! Depois que eu adoeci num trabalhei mais em nada, num fiz mais negócio de nada (JM 46 anos, Povoado Batingas, pesquisa de campo, 2016).

De acordo com os relatos, observamos que existe um grande risco do camponês ficar endividado, em lugar de melhorar as suas condições de renda e, por conseguinte, “superar” a pobreza. O agricultor LN, 70 anos, cuja reflexão desvenda a face aparente do microcrédito no longo prazo, verbaliza que: “eu num achei não que o Agroamigo melhorou as condição de vida da minha família, porque o recurso que eu tinha era a carroça com a burra, a burra morreu, eu só tive prejuízo e ainda fiquei endividado”.

O insucesso do empreendimento camponês não depende somente da utilização equivocada do financiamento, mas também é motivado por outros fatores que são necessidades urgentes para garantir a sua própria vida. Segundo o agente de microcrédito, AR, 28 anos, é comum o camponês do semiárido alagoano interromper o pagamento das parcelas do empréstimo para arcar com as despesas de tratamento médico ou funeral de algum parente ou dele próprio. Em muitos casos, o item financiado é o único bem que a família dispõe para ser transformado imediatamente em dinheiro “vivo”.

Como um dos principais motivos alegados pelo banco para a inadimplência foi a inaplicação dos recursos por doença ou morte, observamos que esse fator é determinante para a composição do perfil jovem dos mutuários do Agroamigo em Arapiraca/AL, porque os mais velhos estão mais propensos ao adoecimento e ao óbito, o que implica no não pagamento da dívida. Além disso, a aculturação dos jovens à ideologia empreendedora do banco e do capital financeiro tem a ver com a sua maior capacidade de incorporação técnica (considerando que os mais velhos ainda mantêm certa resistência), fazendo com que esse produtor jovem, ao

chegar à fase madura, já tenha incorporado a concepção da agricultura familiar integrada ao mercado, conforme a perspectiva de Abramovay (1992).

Do mesmo modo que o agricultor vai ao banco, no caso do Agroamigo, é o banco que vai até o agricultor por meio do agente de microcrédito, com o apoio das associações, secretarias municipais e outras organizações. Com isso o programa tem certa liberdade para escolher o seu cliente, ou seja, aquele agricultor jovem de baixa renda que possua um potencial produtivo um pouco mais elevado e um menor risco de endividamento. Pois o capital financeiro, via programa de microcrédito, não enxerga o seu cliente como um cidadão, sujeito de direito e usuário de políticas públicas, mas como um pequeno empreendedor avaliado por sua capacidade de retorno, que esteja apto a se tornar mais um agente incluído no circuito da financeirização.

Ainda sobre a inadimplência entre os clientes do Agroamigo, o banco alegou que ela ocorre também em função do desvio para aplicação em outras atividades que não trazem renda para o agricultor. Na análise das verbalizações, observamos que a falta de informação e as necessidades de sobrevivência fazem com que alguns usuários do programa compreendam o recurso com uma doação do governo, ou mesmo sejam levados a adquirir outros produtos não relacionados à agricultura, tendo em vista que sofrem os processos de alienação da sociedade capitalista posto no fetiche da mercadoria, os quais criam necessidades irreais de consumo.

Uma situação que chamou a atenção durante a pesquisa de campo foi o caso da jovem agricultora quilombola JC, 32 anos (Povoado Pau D'Arco), que avaliou o programa como positivo, porque “foi através do Agroamigo que hoje eu tô dentro dessa casa”, ou seja, o crédito concedido não foi utilizado para incrementar a produção agrícola da camponesa, mas para atender a uma necessidade básica e legítima, que é o direito à moradia para ela e para a filha de sete (07) anos. Aliás, é necessário elucidar que o público quilombola é prioritário no Plano Brasil Sem Miséria, no entanto, ele é marginalizado dentro do Agroamigo em Arapiraca, de modo que os gestores do programa afirmaram que não havia nenhum cliente com essa característica no município, apesar da região possuir duas comunidades quilombolas: Pau D'Arco e Carrasco.

Durante as entrevistas encontramos dois jovens remanescentes de quilombo que são mutuários do microcrédito rural; ambos consideraram o crédito importante tanto pelo motivo acima exposto quanto para atenuar a percepção de “sofrimento” que a sociedade em geral possui acerca dos quilombolas, promovendo uma possibilidade de produzir alimentos e criar renda, como ressaltou o agricultor CS 26 anos (Povoado Pau D'Arco). Apesar do acesso ao

crédito, os dois camponeses quilombolas não têm acesso à terra de trabalho, posto que vivem de arrendamento, fator que influencia negativamente na manutenção da sua cultura e identidade tradicional. Agravado pela situação de endividamento da agricultora supracitada. Os rendimentos extraídos com o trabalho na terra, via inserção no programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste, apesar de serem importantes para o autoconsumo das famílias, são incapazes de alterar a situação socioeconômica dos quilombolas no sentido de superação da pobreza, conseguindo apenas amenizá-la.

Diante do exposto, verificamos que a inclusão produtiva dos agricultores camponeses, mediante a ação do Estado via políticas de crédito rural, emaranha na teia da financeirização tanto os agricultores mais capitalizados e integrados ao mercado quanto aqueles mais empobrecidos e propensos ao endividamento. Entre esses, além da ausência de perspectiva de quitar a dívida, ainda pesa a humilhação moral de estar com o nome sujo e recebendo cobrança do banco, conforme destacamos na fala do agricultor acima.

Em outros casos, o risco do endividamento deixa o produtor com medo de não conseguir quitar o financiamento e acabar com o seu nome sujo no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC: “cada um que quiser sujar o seu nome, pode sujar. Agora eu num sujo o meu nome! Posso vender o que eu tiver, mas eu assumo o empréstimo pra não sujar o nome, né? Porque o cabra já é fraco de condições, com o nome sujo, e aí? Não pode comprar nada mais...” (JB 53 anos, Povoado Laranjal). Aqui é possível visualizar outra contradição no programa: como é possível enfrentar a pobreza se o agricultor tiver que vender os seus bens para pagar as parcelas do microcrédito? Por mais que ele não tenha penhorado a sua terra (no caso do Agroamigo Crescer), existe a possibilidade de ter que se desfazer dela para pagar a renda da terra ao capital financeiro. Na fala abaixo, destacamos a angústia da agricultora por medo de perder o único bem que a família possui para pagar a dívida com o banco:

Se a pessoa não pagar eles vão fazer o quê? Se a pessoa tiver alguma coisa vai hipotecar, será? Só o que eu tenho é uma casinha lá na Batinga; nós veio pra aqui porque ele [marido] num tinha em que trabalhar, aí nós veio pra aqui pra vê se arrumava ao menos o que comer, porque não tinha mesmo. Aí pá pagar o banco, tamu com mais de três anos pá pagar, endividado e sem arrumar pá pagar! Aí fica complicado. Eu tenho medo, né? Muita gente num se importa não, porque muita gente faz o empréstimo e nem tá aí! Deixa pra lá. Diz: Ah, é do governo o dinheiro, tá: vou pagar não! [...] Eu num sou assim não. Eu mesma se tivesse um meio de vida eu já tinha pagado esse dinheiro, nem que seja todo mês uma parcela pequena, mas eu pagava. (JM 46 anos, Povoado Batingas, pesquisa de campo, 2016).

Para as famílias camponesas arapiraquenses que estão sob o jugo da política de inclusão produtiva rural Agroamigo, na condição de devedoras, a situação de pobreza é

explícita. Todos os agricultores entrevistados alegaram que, com a falência da atividade financiada, a produção que ainda conseguem desenvolver no quintal de casa ou em pequeno lote de terra arrendado é insuficiente. Por isso, 100% deles acabam dependendo de rendas provenientes de outras políticas sociais como o Bolsa Família, o auxílio-doença ou a aposentadoria rural. Ou ainda procuram trabalhar por dia de empreitada em outras propriedades rurais na época do inverno, deixando a sua produção a cargo da mulher e dos filhos. Além disso, os agricultores também procuram complementar a sua renda fazendo “bicos” como servente de pedreiro, faxineira, encanador, pintor, etc., ou buscando empregos urbanos, como o jovem agricultor FR (28 anos, Povoado Batingas), que deixou a agricultura para trabalhar na empresa Araforros. Assim, concordamos com Rodrigues (2012, p. 181) ao afirmar que “o crédito como opção para a redução da pobreza no campo está levando a exclusão ainda maior do camponês”, esse tenta resistir aos processos de expropriação e expulsão decorrentes das contradições do desenvolvimento capitalista, mas muitas vezes lhe resta apenas a sua força de trabalho livre de qualquer outra propriedade.

Essas informações permitem evidenciar a fragilidade e ineficiência dos programas de enfrentamento da pobreza, tendo em vista que não conseguem erradicar a situação de pauperismo e acabam produzindo o efeito reverso. Pois em lugar de o sujeito usuário do microcrédito ganhar autonomia financeira por meio da produção de renda, passa a ser ainda mais dependente das políticas de inclusão socioeconômica voltadas para os mais pobres entre os pobres, tais como os programas de transferência de renda. Por não possuírem outra opção, esses indivíduos passam a engrossar as fileiras do exército da população sobrando, que é manipulado pelo capital e recrutado para a realização de qualquer tipo de trabalho precário e mal remunerado, a fim de conseguir os meios minimamente necessários para continuarem existindo. Os efeitos contraditórios da atuação das políticas de alívio da pobreza na vida dos indivíduos sociais só fazem confirmar o direcionamento conservador das respostas dadas à questão social no capitalismo contemporâneo, pois suas manifestações tendem a ser reduzidas “[...] a uma gestão mais humanizada e eficaz dos problemas sociais na órbita do capital, sob a égide do grande capital financeiro e das políticas neoliberais” (IAMAMOTO, 2012, p. 162).

Uma outra contradição do programa de microcrédito Agroamigo é sua frágil articulação com o arranjo de políticas que compõem o Plano Brasil Sem Miséria no município de Arapiraca/AL. Ao defender a viabilidade do microcrédito como estratégia de enfrentamento da pobreza via políticas públicas, Pochmann (apud LIMA, 2012) advoga que ele é ineficaz se agir isoladamente, sem estar sincronizado com as demais políticas de “emancipação socioeconômica”. No caso arapiraquense, observa-se que essa atuação conjunta

se restringe ao Programa Bolsa Família, já que pelo menos 64% dos clientes do Agroamigo estavam incluídos nos dois programas em 2014. Todavia, a sintonia com os demais programas simplesmente não existe, ou quando se observa alguma relação é na tentativa de extrair a renda camponesa.

Como a lógica do capital é aproveitar todas as oportunidades de valorização, o banco trabalha na perspectiva do cidadão consumidor de crédito, aproveitando a atuação do Estado no fornecimento das condições mínimas para a manutenção do trabalhador, que acaba criando a possibilidade desse cidadão pobre se tornar um trabalhador para o capital. Deste modo, depois que o agricultor recebe algum benefício das políticas públicas, ele já tem algum bem e já pode ser um cliente potencial do banco. Um exemplo claro disso é o Programa Mais Ovinos, no qual são fornecidas ovelhas para os produtores do semiárido enfrentarem a situação de insegurança alimentar e pobreza. Segundo o agente do microcrédito Agroamigo, o banco procura aquele agricultor para fazer o incentivo da atividade, financiando a ração ou as instalações. Logo, aquela atividade, em lugar de melhorar a qualidade de vida da família, incidindo diretamente numa alimentação mais saudável e farta, passa a render lucro para o capital bancário, que canaliza para si os frutos do trabalho camponês.

Pois, à medida que esse trabalhador realiza o empréstimo com o banco, ele passa a manter uma relação com a sua terra e com a sua produção mediatizada pelo capital (financeiro), porque seu objetivo imediato com a lavoura e/ou a criação passa a ser o pagamento da dívida (ENGELBRECHT, 2011; MARTINS, 1983), como demonstramos no tópico acima. Quanto maior a dependência pelo (micro) crédito rural, mais nítida é a sua integração ao circuito de reprodução ampliada do capital financeiro, por meio da extração do *sobretabalho* camponês. Pois o pequeno lucro que ele retira com a sua produção é entregue ao banco, restando muito pouco para o autoconsumo da família. Para Ramos Filho (2013, p. 86), o resultado desse processo é o controle do território camponês pelo capital. Nas palavras do autor:

Estamos diante da monopolização do território camponês pelo capital, mesmo que o capital não se territorialize (Oliveira, 1997). Portanto, ao se desenvolver, o capital no campo promove a desigualdade de diferentes formas. Destrói, cria e recria o trabalho familiar mediante o processo de exploração, assim como, com o controle da terra, das formas de produção, das relações sociais, ou seja, sempre busca o controle do território, e, neste movimento, promove a *reprodução ampliada das contradições do capitalismo*.

Em consonância com as reflexões que fizemos baseadas em Chesnais (1996) e Marx (2014), destacamos que o capital financeiro não tem o poder de criar valor na esfera da

especulação e do rentismo via mercado de (micro) crédito, obrigações e outros derivados. Assim, o que um agente financeiro ganha o outro perde, ou seja, o que o banco ganha o camponês perde. Tendo em vista que quando ele vai pagar o financiamento do Agroamigo com o dinheiro que conseguiu criando gado, ovelhas, galinhas, plantando horta, mandioca ou milho no município de Arapiraca/AL, aquele valor, mais um acréscimo, não é originalmente lucro nem tão pouco juros, é trabalho. Somente o trabalho é capaz de gerar valor; nesse caso, o capital incorpora o trabalho camponês para explorá-lo indiretamente por meio do microcrédito, pois a especulação não se sustenta sem a produção. Martins (1983) explica minuciosamente essa relação entre o camponês e o capital numa importante passagem do seu livro *os Camponeses e a política no Brasil*:

O que acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimento e sobretudo para custeio de lavouras. Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua. Sem o perceber, ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital, em que além de ser o trabalhador é também o arrendatário (Ibid. p. 176).

Com isso, é preciso destacar que a singularidade do microcrédito Agroamigo em Arapiraca/AL integra a totalidade do movimento contraditório do capitalismo financeiro em escala mundial. Esse capital de empréstimo que é colocado à disposição dos camponeses compõe uma massa de dinheiro que é transformada em capital e colocada para produzir mais valor. Harvey (2013) defende a tese de que o capital que rende juros nada mais é do que qualquer dinheiro emprestado pelo seu proprietário em troca dos juros. Ou seja, por mais que o capital financeiro se caracterize com uma massa de capital que atua fora da produção, os juros que o remunera só pode ser produzido pelo processo de trabalho, uma vez que esse é deduzido da mais-valia.

O referido autor nos ajuda a elucidar esse processo ao expor as particularidades desse tipo de capital, ao afirmar que o dono do dinheiro ao compartilhar o seu valor de uso não recebe nada em troca imediatamente do tomador de empréstimo, pois “o que o capitalista monetário espera é o retorno do capital monetário original mais o juro *no fim de um período especificado*” (HARVEY, 2013, p. 343). Por isso, Harvey atesta que Marx se preocupou em desvendar esse fetiche ao mostrar que se o tomador do empréstimo foi capaz de saldar a sua

dívida, foi porque ele produziu mais-valia suficiente para cobrir as despesas dos juros no tempo em que ficou com o dinheiro. Esse fato nos mostra que o segredo do capital financeiro é especular a sua remuneração em cima do trabalho futuro do tomador de empréstimo, no caso por nós analisado, do camponês arapiraquense. A centralidade da financeirização na racionalidade contemporânea do capital transformou o sistema de crédito numa “espécie de sistema nervoso central” que comanda todo o processo de acumulação, por isso, para os proprietários do dinheiro não importa para quem e qual a finalidade do empréstimo, mas interessa apenas que o retorno do investimento seja seguro.

Com base nisso, reafirmamos a tese de que os programas e políticas públicas de natureza creditícia como o Agroamigo, cuja singularidade observamos na realidade concreta do município de Arapiraca/AL, são na verdade instrumentos financeiros que servem para puncionar os rendimentos extraídos no cotidiano de trabalho das famílias camponesas e que são entregues ao banco, somando-se à massa de capital-dinheiro já centralizada pelos agentes econômicos e que servem para intensificar os processos de acumulação e valorização do capital rentista. Pois só aparentemente é que o trabalho camponês não produz valor, mas à medida que passa a integrar o ciclo de rotação do capital, pela via da financeirização, o seu trabalho passa a render um valor excedente capturado pelo banco, que muitas vezes é retirado da parte que era necessária e fundamental para a manutenção da família, como ficou explícito no caso dos agricultores arapiraquenses que são usuários do programa de microcrédito rural. Logo, se esses programas promovem certa “ajuda” ao tomador do empréstimo no sentido de fomentar trabalho e renda, eles são muito mais funcionais ao capital porque conseguem se apropriar indiretamente da renda capitalizada da terra (sob a forma de juros) por meio da apropriação do sobretrabalho camponês.

Com consequência desse processo, podemos afirmar que as políticas de crédito produtivo e subsidiado pelo Estado burguês colocam o agricultor num processo dialético entre ‘inclusão’/exclusão. Ao passo que o incluem no mercado financeiro, também o deixam à mercê dos processos de exclusão e desterritorialização, por meio da expropriação camponesa de sua terra, e impulsionando a sua proletarianização. Enquanto isso, a situação de pobreza do agricultor é apenas aliviada por meio de alguma melhoria nas suas condições de renda devido à sua integração num conjunto de políticas compensatórias e mercantis que conseguem, no máximo, garantir a reprodução social. Segundo Silva e Silva (2010, p. 161),

Temos tido a proliferação de políticas de inclusão precárias e marginais, orientadas pela focalização na população pobre ou extremamente pobre, incapaz de alcançar as determinações mais gerais e estruturais da situação de pobreza no país. São políticas

e programas que têm, até, incluído pessoas nos processos econômicos de produção e consumo. Contudo, é uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou de pobres “integrados”, mantidos na situação de mera reprodução. Pode-se ter, por conseguinte, uma pobreza regulada ou controlada, mas não superada, servindo para atenuar o caráter “perigoso” que é atribuído aos pobres e permitindo o funcionamento da ordem com o controle social das políticas sociais.

Desse modo, o agravamento da questão social decorrente da acumulação flexível e da ofensiva sobre o trabalho social passa a ser compensado com o agigantamento dos programas e políticas de enfrentamento da pobreza. Mota (2010) propõe a tese da assistencialização da proteção social no Brasil devido à centralidade da política de assistência social (da qual o Plano Brasil Sem Miséria é uma expressão) e à ascensão do mercado e do capital financeiro como instrumentos de promoção do bem-estar entre as classes subalternas. A promoção dos mínimos sociais, para a autora, tem a única função de mascarar o aumento da superpopulação relativa e da precarização do trabalho no campo ou na cidade, a fim de ganhar o consenso da população e conseguir controlar o inconformismo das massas exploradas.

Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se que: ainda que o Programa Agroamigo em Arapiraca/AL, articulado à rede de políticas focalizadas nos territórios da pobreza, tenha uma dimensão positiva na vida cotidiana dos seus usuários, devido à sua capacidade de melhorar a renda da maioria das famílias camponesas beneficiárias, sua proposta de atuação não é superar a pobreza, mas tão somente aliviá-la, já que a relativa melhora nos indicadores de pobreza dos mutuários do referido programa não foi acompanhada por desconcentração da riqueza e consequente queda na desigualdade social. Convém lembrar que em Arapiraca, os 20% mais pobres se apropriam de apenas 2,9% da renda municipal, enquanto os 20% mais ricos abocanham nada menos que 58,8% de toda a riqueza produzida. No meio rural, especificamente, em nada se alterou a estrutura fundiária com a superação do minifúndio, que inviabiliza a reprodução da família camponesa, nem tão pouco o latifúndio foi colocado em xeque. Ao contrário, as políticas agrárias neoliberais têm reforçado a grande propriedade por meio da oferta de crédito fundiário e por meio do endividamento camponês que culmina na venda do seu pequeno “chão de terra”, que passa a ser incorporado pela grande propriedade.

Desta feita, buscamos ao longo deste capítulo evidenciar os limites e contradições do Programa de Inclusão Produtiva Rural (Agroamigo) no município de Arapiraca/AL, mostrando a relação dialética entre a reprodução da pobreza dos camponeses mutuários do referido programa e a sua integração na ciranda financeira. Destacamos ainda que, para a parcela de agricultores que estão inadimplentes, a novidade desse processo é que além de continuarem pobres, eles agora estão endividados com o banco e com baixa expectativa de

saldarem a sua dívida. Espera-se ter demonstrado que esse formato de políticas neoliberais é insustentável porque sua intervenção se limita ao nível da aparência, não atingindo os determinantes estruturais da pobreza. Ao encerrar esta reflexão, encaminhamos o presente trabalho para as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco analítico desta dissertação centrou-se no microcrédito como estratégia de enfrentamento da pobreza incorporada pelas políticas públicas e sua relação com a reprodução financeira do capital no estágio contemporâneo. As reflexões empreendidas a partir do movimento do microcrédito no município de Arapiraca evidenciaram um terreno contraditório no qual a pobreza e a desigualdade social foram reatualizadas sob a ideologia do desenvolvimento rural sustentável.

A partir das análises realizadas, consolidamos a compreensão de que o arranjo de políticas centrado nos territórios da pobreza tem o propósito de abrir novos espaços para a atuação do mercado e das instituições financeiras, utilizando como escudo o enfoque do sujeito ativo e participativo na construção de alternativas para a geração de emprego e renda, sobretudo no meio rural. No plano da realidade objetiva, o discurso centrado em microdimensões como o local, o indivíduo, a família e o território se articulou às estratégias de políticas públicas para incluir os trabalhadores rurais na ciranda financeira, tornando-os reféns das determinações do capital especulativo, o que reforça a subordinação das classes subalternas à ideologia dominante.

Com isso, ressaltamos que a reconfiguração das políticas agrárias no formato neoliberal, propagadas como promotoras do desenvolvimento e da modernização, não tem como finalidade última a promoção da inclusão produtiva como mecanismo de enfrentamento da pobreza, mas, ao contrário, funciona como vetor extraeconômico que tem a missão de intermediar o processo de acumulação ampliada do capital, ajudando-o a inserir em seu circuito outras relações de produção, tal como a camponesa. Ou seja, a nova lógica da racionalidade econômico-financeira é flexibilizada para incorporar o ser social em sua totalidade, se apropriando da sua produção, sua renda, sua comunidade, seus costumes e conhecimento, de modo que todas as dimensões da vida social passaram a ser interessantes para a valorização capitalista.

Nesse meandro, o microcrédito deixou de ser um método de atuação econômico-financeira empreendido por redes bancárias privadas e passou a ser incorporado como modelo de política pública, largamente propagandeado e difundido pelas agências multilaterais, com destaque para o Banco Mundial. Esse tipo de programa foi desenhado para atingir os mais pobres no local em que vivem e trabalham, tendo adotado um formato diferenciado em relação aos financiamentos tradicionais, porque oferece pequenos empréstimos a juros baixos, com várias facilidades para o pagamento. A partir dessas mediações, foi possível decifrar

alguns enigmas acerca do microcrédito, sua relação com a pobreza e reprodução do capital, a qual apresentaremos de forma sintética:

- A missão do desenvolvimento rural sustentável e do arranjo de políticas de enfrentamento da pobreza, a exemplo do microcrédito, é facilitar a apropriação do território pela dinâmica da financeirização, que passa a comandar as relações sociais e produtivas, ou seja, sua função é ajustar o espaço local ao movimento global de acumulação capitalista.
- Existe uma relação orgânica entre Estado e capital, de modo que as políticas formuladas e implantadas pelo primeiro obedecem aos interesses do segundo. Não há capitalismo sem Estado! Portanto no neoliberalismo o Estado só é mínimo para o trabalho no sentido de diminuir direitos e garantias sociais, mas se torna máximo para realizar as privatizações, dar garantias ao capital financeiro, financiar guerras e criminalizar a pobreza. O neoliberalismo e suas políticas regressivas e liberalizantes fazem parte do novo pacto econômico-político de valorização do valor.
- O programa Agroamigo e demais políticas de natureza creditícia nada mais são do que instrumentos de centralização e valorização do capital financeiro, tendo em vista que servem para puncionar a renda camponesa (sobretrabalho), transferindo-a para a esfera da especulação. Ou seja, não se enfrenta a pobreza com capital (microcrédito), já que esse aumenta ainda mais a sua exploração.
- A tendência que germina no espaço rural arapiraquense por meio da atuação de programas como o microcrédito Agroamigo do Plano Brasil Sem Miséria é a tentativa de transformar o cidadão pobre (anteriormente marginal ao mercado) em cidadão consumidor de crédito bancário.
- Os programas de microcrédito são focalizados e seletivos porque beneficiam aquelas pessoas cuja renda é mais elevada e favorável ao ressarcimento da dívida. Em Arapiraca esse movimento contraditório do microcrédito ficou evidente, visto que os agricultores mais capitalizados mobilizaram um volume de recursos relativamente maior do que aqueles produtores que se encontravam em situação de pobreza. O que é um contrassenso com a perspectiva fetichizada de combate à pobreza.
- O enfrentamento da pobreza rural em Arapiraca é reprodutor da desigualdade social porque não ataca a questão social em sua raiz estrutural, expressa na contradição entre capital e trabalho que culmina na concentração de renda, terra e demais riquezas nas mãos das classes dominantes. O que ocorre é apenas um enquadramento da pobreza, tornando-a funcional ao capital por meio da captação de sua renda.

- Em termos de organização política e consciência de classe podemos constatar que a dinâmica do programa Agroamigo reforça o individualismo e a segregação entre os seus clientes, fomentando o apassivamento e a fragmentação da classe trabalhadora do campo.

Em vista desses fatores, constatamos que o movimento dialético da política de inclusão produtiva no meio rural arapiraquense, ao inserir os camponeses na ciranda financeira, via microcrédito, não enfrenta a pobreza, mas a reproduz. Pois o agricultor transfere o seu lucro para o capital ao pagar a renda da terra ao banco. Essa relação de exploração velada, indireta e enigmática é o que cria o mais valor que é apropriado pelo capital financeiro e, na contrapartida, o trabalhador rural continua tão pobre quanto era antes. Por esse motivo, compreendemos que a pobreza está na raiz da financeirização porque é ela quem a sustenta e remunera.

O elemento novo é que se trata agora de um tipo de pobreza passiva e regulada pelas políticas estatais, fazendo com que ela se ajuste ao sistema dominante, visto que não representa nenhuma ameaça de insurgência e reivindicação. A mudança paradigmática no tratamento para com os pobres do campo desmobilizou os conflitos de classe, visto que as contradições entre capital e trabalho passaram a ser tratadas como uma questão de gerenciamento de recursos, promoção do desenvolvimento rural, de políticas públicas, de crédito rural. Canalizando a consciência dos trabalhadores ao conformismo.

A política de inclusão produtiva no espaço rural arapiraquense busca fortalecer a concepção de agricultura familiar, estimulando a especialização do produtor e sua inclusão no mercado pela dependência do crédito, de insumos e equipamentos agrícolas. Compreendemos que essa lógica adotada pelas políticas agrárias neoliberais tenciona à cultura e identidade camponesa, desmantelando os aspectos tradicionais do seu modo de vida. Assim, o Agroamigo estimula o aumento da produtividade e busca incentivar o desempenho de atividades não agrícolas, numa tentativa de aproximar cidade e campo, com vistas a fomentar o desenvolvimento de atividades mais produtivas no rural, o que tende a provocar a erosão do modo de vida camponês. O discurso é de valorização da pequena produção, mas somente na medida em que ela valoriza o capital, enquanto esses trabalhadores continuam empobrecidos.

Com isso, confirmamos a nossa hipótese diretriz de que o referido programa de microcrédito voltado para a inclusão produtiva no campo, embora se constitua numa estratégia de combate à pobreza para as famílias camponesas arapiraquenses, contraditoriamente, produz e reproduz novas expressões da velha questão social. Em nossa análise, a produção de endividados se desenha como uma das mais importantes contradições da relação entre capital e trabalho na realidade social investigada. Embora as manifestações

da questão social sejam metamorfoseadas com novas configurações e determinações na cena contemporânea, elas decorrem do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada dos frutos do trabalho humano, bem como dos meios necessários à sua realização, criando polos dicotômicos, os quais acumulam simultaneamente riqueza e miséria.

Observando a realidade concreta, verificamos que o programa de microcrédito Agroamigo se trata de uma política de gestão da pobreza que se adequa à estratégia da financeirização do capital, pois o simples acesso ao crédito bancário não garante a saída das famílias camponesas da situação de vulnerabilidade em que se encontram. Como consequência, os usuários do microcrédito ficam cada vez mais dependentes da rede de políticas compensatórias, voltadas para os extremamente pobres, como o Bolsa Família, por não conseguirem produzir renda suficiente para o autoconsumo da família. Constatamos ainda que a proletarização e a mobilidade para o trabalho na região canavieira ou outros destinos ainda são muito comuns na região semiárida, atestando a parcialidade e insuficiência dos programas de combate à pobreza, a exemplo do microcrédito.

Com isso, ressaltamos que as políticas de inclusão produtiva não atingem a raiz estrutural da pobreza, servindo apenas como paliativo diante das mazelas sociais. Sua missão é a contenção dos níveis de empobrecimento da população, porque o seu excesso inibe a dinâmica das forças produtivas. Por isso, elas jamais terão a finalidade de erradicar definitivamente a pobreza, pois sua destruição significa a eliminação do próprio capital. Trata-se de torná-la funcional ao mercado financeiro.

Assim sendo, apontamos que a atuação do mercado como mediador da questão social reproduz e até amplia a desigualdade social, visto que a relativa melhora nas condições de ocupação e renda dos usuários do microcrédito em Arapiraca não foi acompanhada de redistribuição da riqueza socialmente produzida. O que essas políticas reforçam é o distanciamento entre ricos e pobres por meio do fortalecimento do capital rentista.

Defendemos em nossas análises que o Agroamigo promove uma inclusão marginal e perversa da pobreza rural no circuito do mercado, pelas vias do consumo do crédito produtivo. Essa inclusão, porém, tem um limite: manter os trabalhadores na condição de cidadãos pobres “consumidores”, controlados pelo capital e mantidos em situação de “mera reprodução”. Portanto, no caso dos agricultores arapiraquenses podemos concluir que a proposta do Programa de Inclusão Produtiva, via Programa de Microcrédito, constitui-se numa estratégia de combate à pobreza rural, porém, reprodutora da desigualdade social no campo, porque promove uma espécie de “inclusão perversa” das famílias camponesas na ciranda financeira.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores:** paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, Anpocs/Unicamp/Hucitec, 1992.
- ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: CFESS; ABEPSS. (org.). **Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CEAD/UNB, 2009.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ALVES, G. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005. (Coleção Mundo do Trabalho).
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOSCHETTI, Ivanete. **A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- CARVALHO, Cícero Pércles de. **Economia popular:** uma via de modernização para Alagoas. 4 ed. Maceió: EDUFAL, 2010.
- CARVALHO, Diana M. et al. **Aspectos da gestão social dos territórios rurais:** experiência no agreste de Alagoas. Em <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo18.pdf>> Acesso: 03 de ago. 2016.
- CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012
- CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: **A finança capitalista.** São Paulo: Alameda, 2010.
- _____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: **A finança mundializada:** raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COLODETI, Vicente de Paulo. **Microcrédito: uma política social de superação da pobreza?** Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DUARTE, Karina Lima. **Entre possibilidades e contradições no espaço rural: exercício profissional do Serviço Social no CRAS – Rural de Batingas, Arapiraca (AL)**. Palmeira dos Índios: Universidade Federal de Alagoas, 2012.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ENGELBRECHT, Marize Rauber. **Desenvolvimento do capitalismo no campo: as transformações do trabalhador rural em proletariado agrícola**. In: **Questão agrária e saúde do trabalhador: desafios para o século XXI**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso à terra**. XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos. Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese (Doutorado em geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

GOMES, Fábio Guedes. **Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009.

GONÇALVES, Reinaldo. **Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 5. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos de cárcere**. Volume 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. Tradução de Magda Lopes. –[1ed] – São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HOTZ, Celso. **Políticas sociais e suas raízes no modo de produção capitalista: uma leitura nas categorias do materialismo histórico-dialético**. Em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/celsohotz.pdf>> Acesso: 03 de mar. 2017.

HUSSON, Michel. **Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital**. In: **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **As metamorfoses da Consciência de Classes – o PT entre a negação e o consentimento**. Ed. Expressão Popular: São Bernardo – São Paulo, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEITE, Angela Maria Araújo. **O município de Arapiraca/AL e sua dinâmica histórica de ocupação e renda**. Encontro Regional de Estudos Geográficos. Campina Grande, 2009.

LESBAUPIN, Ivo (Org). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LESSA, Golbery Luiz. **Por um programa agrário para a esquerda alagoana**. In: **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

_____. **A Estrutura Fundiária de Alagoas na segunda metade do século XX**. A voz do povo. Maceió, 2002. Em: <http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2012/01/artigoa-estrutura-fundiaria-de-alagoas.html> Acesso: 18 de dez. 2016.

LIMA, Francisca Gomes. **Os programas de transferência de renda no governo Dilma Housseff: uma análise a partir do Plano Brasil Sem Miséria**. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015.

LIMA, Fabiana Alcântara. **Crise contemporânea, microcrédito e trabalho informal: uma reflexão sobre a tendência desenvolvimentista da política social**. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na dissimulação da esperança.** Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

LISBOA, Josefa Bispo de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital.** Terra Livre. Presidente Prudente. Ano 23, v.2, n. 29. p. 115-132, Ago-Dez/2007.

LUSA, Mailiz Garibotti. O rural no semiárido e a formação sócio-histórica de Alagoas. In: **Terra em Alagoas: temas e problemas.** Maceió: EDUFAL, 2013.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza.** São Paulo: Cortez, 2012.

MAIA, Guilherme Baptista da S.; PINTO, Arthur de Rezende. **Agroamigo: uma análise de sua importância no desempenho do PRONAF B.** Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 9-20, jul. 2015.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARSÍGLIA, Regina Maria Giffoni. Orientações básicas para a pesquisa. In: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** Mota, Ana Elizabete [et al.] (org.). São Paulo: OCAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra.** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846).** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo, 2007.

Pós-fácio. Contribuição à Crítica da Economia Política. IANNI, O. (org.). **Marx – Sociologia.** 7ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MICHALET, Charles-Albert. **O que é a mundialização**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTENEGRO GÓMEZ. Jorge R. **Desenvolvimento em (des) construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

MOURA, Antonio Marcos Pontes de. Questão agrária em Alagoas: a problemática do latifúndio canavieiro. In: **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.

NERI, M. C. (Coord.). **Microempresários nordestinos rurais e impactos do Agroamigo**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2012. Em: http://www.cps.fgv.br/cps/bd/crag/3Crag_Agroamigo.pdf Acesso: 12 de out. 2016.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. **Desigualdade, pobreza e serviço social**. Revista em pauta. Número 19 - 2007.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: **A questão agrária hoje**. 3 ed. Porto Alegre: Ed Universidade/UFGRS, 2002.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1987.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, Estado e emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: **Capturando a terra**: políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PONTES, Emilio Tarlis Mendes. **Transições paradigmáticas**: do combate à seca à convivência com o semiárido nordestino, o caso do programa um milhão de cisternas no

município de Afogados da Ingazeira – PE. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Revista Nera. Presidente Prudente. Ano 8, n. 7. pp. 35-47 Jul./Dez. 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. **A questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006).** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. **Capital, Estado e a lógica dissimulativa das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALVADOR, Evilásio. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Laura Meneguel dos. **Inclusão produtiva rural no combate à pobreza: possibilidades e limites do Plano Brasil Sem Miséria.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento capitalista no campo e a reforma agrária. In: **A questão agrária hoje.** 3 ed. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **O novo rural brasileiro.** Publicado na revista Nova economia, Belo horizonte. 7(1):43-8, maio de 1997.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

SILVA, Lenilda da. A política de reforma agrária em Alagoas entre 2003-13. In: **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

SILVA, Nelmires Ferreira da. **Crédito Fundiário e desenvolvimento territorial entre o fetiche e o enfrentamento à questão agrária no Alto Sertão de Sergipe**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n.2 p 155-163 jul./dez. 2010.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIQUEIRA, Luana de Souza. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

SOARES, Laura Travares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

TEIXEIRA, Aloisio. **Um ajuste impossível: Um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.

TONET, Ivo. **Desafios atuais para a classe operária**. < Em http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/DESAFIOS_ATUAIS_PARA_A_CLASSE_OPERARIA.pdf> Acesso: 29 de jan. 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DOCUMENTOS E WEBBIBLIOGRAFIA:

Agropecuária dos Municípios Alagoanos 2011-2012. v. 10. Secretaria do Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE). Maceió, 2014.

Atlas da extrema pobreza no norte e nordeste brasileiro. Brasília, 2010. Em <http://www.ipc-undp.org/pub/port/Atlas_da_extrema_pobreza_no_Norte_e_Nordeste_do_Brasil_PT.pdf> Acesso: 05 de ago. 2016.

Banco Mundial. **Combate à pobreza Rural no Brasil: uma estratégia integrada (2001)**. Em <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186331278301/05PobrezaRuralVol1.pdf>> Acesso: 06 de ago. 2016.

BNB. **Relatório 2015: Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste**. 2016. Em <<http://www.bnb.gov.br/documents/165130/166703/Relat%C3%B3rio+de+Microfinan%C3%A7as+2015/31ec2147-7e1b-4bcf-ad49-472d0281cda7>> Acesso: 12 de out. 2016.

BRASIL, Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm> Acesso: 08 de ago. 2016.

Brasil Sem Miséria Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/MDA_-_A_Pobreza_Rural_no_Brasil_-_Plano_Brasil_Sem_Miseria_e_Reforma_Agraria.pdf> Acesso: 08 de ago. 2016.

Censo Agropecuário. Agricultura familiar: primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2006.

DIEESE, **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4.ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. -- São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

Financiamentos em Alagoas para setor rural crescem 41% no primeiro semestre. Banco do Nordeste, 2016. Em <http://www.bnb.gov.br/noticias/-/asset_publisher/x8xtPijhdmFZ/content/financiamentos-em-alagoas-para-setor-rural-crescem-41-no-primeiro-semester/50120?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F> Acesso: 13 de ago. 2016.

Fundação Perseu Abramo (FPA). Os intocáveis (I): A queda da pobreza no Brasil no último decênio. FPA Comunica 06. São Paulo, outubro de 2013.

HOFFMANN, et al. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE PAÍSES. População residente em área rural. Disponível em: <<http://pais.es.ibge.gov.br/#/pt/pais/brasil/info/populacao>> Acesso: 10 de ago. 2016.

IPEADATA. Banco de dados do Ipea. Em <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso: 01 de ago. 2016.

Microcrédito. Contratação em Alagoas superaram R\$ 100 milhões no ano de 2015. Em <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=281676>> Acesso: 12 de ago. 2016.

Perfil do município de Arapiraca, AL. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Em <<https://www.google.com.br/#q=ATLAS+DO+DESENVOLVIMENTO+HUMANO%2C+2013+arapiraca>> Acesso: 26 de jul. 2016.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese de indicadores**. Rio de Janeiro, 2013.

Plano Brasil Sem Miséria. Resultados no meio rural 2011/2014. MDA/MDS, 2014. Em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_25/Caderno%20de%20Graficos%20BSM%20-%203,5%20anos%20-%20Rural.pdf> Acesso: 15 de abr. 2016.

Plano Decenal de Arapiraca: Desenvolvimento territorial e sustentável no agreste alagoano. Jolypaper Gráfica. Jaboatão dos Guararapes-PE, 2012.

Programa Agroamigo. Banco do Nordeste. Em < <http://www.bnb.gov.br/publico-alvo1>> Acesso: 12 de ago. 2016.

Relatórios dinâmicos monitoramento de indicadores. Arapiraca-AL. Portal ODM. Em <[http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/perfil/BRA002027094/arapiraca---](http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/perfil/BRA002027094/arapiraca---al)> Acesso: 30 de jul. 2016.

SOARES, Sergei et al. **Perfil da pobreza:** Norte e Nordeste rurais. Brasília, 2016. Em <http://www.ipc-undp.org/pub/port/Perfil_da_pobreza_Norte_e_Nordeste_rurais.pdf> Acesso: 01 de ago. 2016.

Seca volta a provocar êxodo rural. SEMIÁRIDO ALAGOANO. Sem ter como se manter, famílias migram para outras regiões do País. Em <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=279908>> Acesso: 16 de fev. 2017.

WASELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da Violência 2012:** Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf> Acesso: 15 de mar. 2017.

APÊNCICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA I (questões abertas e fechadas)

Este roteiro de entrevista é instrumento de pesquisa de campo, que tem como objetivo realizar levantamento de informações, as quais serão utilizadas para investigação da realidade concreta e elaboração da dissertação de Mestrado em Serviço Social no PROSS – UFS, intitulada **“DECIFRANDO O ENIGMA: a pobreza na raiz da financeirização e a mediação do Agroamigo no rural do município de Arapiraca-AL”** da discente Kamilla Alves Duarte, sob a orientação da Prof. Dra. Nelmiros Ferreira da Silva.

Data: _____ Localidade: _____
 Instituição pesquisada: _____
 Profissional Responsável (cargo): _____
 Quanto tempo no desempenho do cargo: _____
 Área de abrangência da responsabilidade do seu cargo: _____

I. Origem, utilização de recursos e funcionamento do programa

1. Qual o montante de recurso disponibilizado para o Agroamigo Crescer em Arapiraca
 2013: _____
 2014: _____
 2015: _____

2. Montante de recurso para o Agroamigo Mais em Arapiraca:
 2013: _____
 2014: _____
 2015: _____

3. Qual a contrapartida do governo Federal?

4. Qual a média do valor dos empréstimos concedidos pelo Agroamigo aos agricultores de Arapiraca?
 Até R\$ 1.000,00 () De R\$ 1.000,01 a R\$2.000,00 ()
 De R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00 () De R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00 ()
 De R\$ 4.000,01 a R\$ 10.000,00 () De R\$ 10.000, 01 a R\$ 15.000,00 ()
 (Obs: solicitar dados de operações de crédito por valor de empréstimos).

5. Especificar as taxas de juros das duas linhas de crédito:
 Agroamigo Crescer: _____
 Agroamigo Mais: _____

6. Que setor de atividade produtiva rural demanda maior quantidade de empréstimos do

programa de microcrédito (Agroamigo) em Arapiraca:

Agricultura ()

Principais atividades:_____

Pecuária ()

Principais atividades:_____

Serviços ()

Principais atividades:_____

Outros ()

Principais atividades:_____

- 7.** Qual a média de renda familiar rural dos usuários do programa de microcrédito (Agroamigo)?

- 8.** Qual a taxa de inadimplência do Agroamigo:

Arapiraca (2013):_____

Arapiraca (2014):_____

Arapiraca (2015):_____

- 9.** Principais motivos alegados para inadimplência?

- 10.** Como funciona o Bônus de adimplemento?

- 11.** Até quantas operações de crédito o usuário tem direito ao bônus de adimplência?

- 12.** Qual é o objetivo da atuação do Agroamigo, como estratégia de inclusão produtiva rural, dentro Plano Brasil Sem Miséria?

- 13.** Como você avalia o desempenho do Agroamigo para a superação da pobreza rural no município de Arapiraca?

- 14.** Existe algum documento (relatório, ata de reunião, diagnóstico, etc) que comprovem

e/ou avaliem o desempenho do Agroamigo para a superação da pobreza rural no município de Arapiraca? Se sim, apontar o documento e os principais resultados.

II. Perfil dos usuários

15. Qual a faixa etária dos mutuários do programa de microcrédito (Agroamigo), quantificar:

De 18 a 25 anos: _____ De 26 a 45 anos: _____
De 45 a 60 anos: _____ Acima de 60: _____

16. Perfil dos usuários do programa de microcrédito (Agroamigo) quanto ao gênero?
Homens () Mulheres ()

17. Perfil dos clientes do Agroamigo quanto a posse da terra.

Donos da propriedade: _____
Arrendatário: _____
Comodatário: _____
Parceiro: _____
População tradicional: _____
Outros: _____

18. Quantidades de usuários do microcrédito (Agroamigo) são beneficiários do Programa Bolsa Família em Arapiraca?

2013: _____
2014: _____
2015: _____

19. Quantidade de usuários do microcrédito (Agroamigo) são beneficiários do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais em Arapiraca?

2013: _____
2014: _____
2015: _____

20. Normalmente os usuários do Programa Agroamigo são, em sua maioria, integrantes de associações, cooperativas e/ou outras organizações de trabalhadores rurais?

() sim () não Tipo de organização:

21. Quais as principais instituições parceiras do Agroamigo que facilitam o contato com os possíveis clientes do programa? (De preferência indicar nomes de sindicatos/associações/outros nos povoados de maior incidência dos mutuários).

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA II (questões abertas e fechadas)

Este roteiro de entrevista é instrumento de pesquisa de campo, que tem como objetivo realizar levantamento de informações que serão utilizadas para pesquisa e elaboração da dissertação de Mestrado em Serviço Social no PROSS – UFS, intitulada **“DECIFRANDO O ENIGMA: a pobreza na raiz da financeirização e a mediação do Agroamigo no rural do município de Arapiraca-AL”**, da discente Kamilla Alves Duarte, sob a orientação da Prof. Dra. Nelmires Ferreira da Silva.

I. Dados da entrevista:

Nº da Entrevista: _____ Local da Entrevista: _____
Data: ____/____/____

II. Dados pessoais do entrevistado

1. Idade: _____ 2. Sexo: () M () F 3. Estado civil: _____
4. Número de membros da família: _____ 5. Ocupação (cada membro): _____

III. Dados sobre a propriedade fundiária

1. Sua família é proprietária da terra em que trabalha? () sim () não
2. Se não, qual a sua relação com a terra? () parceiro () comodatário () arrendamento () posseiro () meeiro () população tradicional () outro _____
3. Se sim, como a terra foi adquirida? Por meio de: () compra () herança () reforma agrária () outra _____
4. Qual a área total da propriedade em que trabalha? _____
5. A área da propriedade é suficiente para o sustento da família? () sim () não.

IV. Trabalho no campo

6. Toda família trabalha na propriedade? () sim () não
7. Alguém trabalha em outras propriedades rurais () sim () não. Por qual motivo: _____ Em que época do ano? _____ Em que atividade? _____
8. Existe algum membro da família que não trabalha na terra? () sim () não. Em qual atividade? _____
9. Desempenha alguma atividade não agrícola dentro da propriedade? () sim () não. Qual? _____
10. Utiliza mão-de-obra de algum trabalhador temporário para auxiliar na lavoura? () sim () não. Uma média de quantos? _____
11. Possui trabalhadores permanentes? () sim () não. Quantos? _____

12. Recebe ajuda de vizinhos/parentes para auxiliar na lavoura? () sim () não. Em que fase da produção _____.

V. Produção e renda familiar

13. Quais os tipos de lavoura cultivada pelo grupo familiar? () lavoura temporária: _____ () lavoura permanente: _____ () pecuária: _____.
14. Todas as lavouras produzidas são para consumo da família ou exclusivamente para comercialização?

15. Qual motivo o levou a cultivar determinada lavoura e/ou criação?
() Tradição local/familiar () incentivo da Associação/cooperativa () incentivo do governo
() incentivo do banco () outros _____.
16. Já abandonou algum tipo de cultivo ou criação? () sim () não. Por quê?

17. A renda da produção é suficiente para o sustento da família? Por quê?

_____ se não, como você completa a sua renda?

_____ Para quem você vende a sua produção? _____.
18. Quais as principais dificuldades para desenvolver a produção: () seca () pragas () terra infértil () falta de recursos para investir () falta de incentivo do governo () falta de instrumentos de trabalho () falta de assistência técnica () preços baixos () outros.

VI. Assistência técnica e acesso à tecnologia

19. Conta com apoio de assistência técnica? () sim () não. Se sim, de quem?

20. Utiliza algum insumo na produção? () adubo químico () adubo orgânico () herbicida () outros _____
21. Quais os instrumentos de trabalho utilizados na atividade agrícola? () ferramentas rústicas como enxada, martelo, foice, etc. () máquinas e tratores () outros _____

VII. Acesso às políticas públicas e ao programa de microcrédito

22. Tem acesso a algum tipo de política pública? () sim () não. Qual: () Programa Bolsa Família () Programa de Fomento à atividade produtiva Rural () aposentadoria rural () BPC () outras _____.
23. Como conheceu o Programa Agroamigo?

24. Qual a motivação para que você solicitasse o crédito no banco? () compra de equipamentos () financiamento da atividade produtiva (sementes e animais) () comercialização de excedentes.

25. O crédito foi suficiente para as suas necessidades? De quanto foi?

26. Quanto ao pagamento da dívida, quais as dificuldades enfrentadas?

27. A renda extraída da produção foi o suficiente para sustentar a família e pagar as parcelas do financiamento?_____

28. Precisou usar dinheiro de outra fonte de renda para pagar o Agroamigo? Qual e quanto?

29. Por que não conseguiu pagar a dívida? Pretende renegociar?

30. O crédito do Agroamigo melhorou a renda e as condições de vida da sua família?

31. Você acredita que o Agroamigo ajuda a reduzir a pobreza no campo?

32. Você se sente incluído e valorizado pela política de crédito Agroamigo? Por que?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tema da pesquisa: **DECIFRANDO O ENIGMA: a pobreza na raiz da financeirização e a mediação do Agroamigo no rural do município de Arapiraca-AL**

Pesquisadora: Kamilla Alves Duarte

Orientadora: Profa. Dra. Nelmiros Ferreira da Silva

Venho por meio deste solicitar a sua participação nesta pesquisa, através do fornecimento de informações que serão coletadas por meio de entrevistas e servirão de subsídios para o debate acerca do programa Agroamigo e sua implicação na superação da pobreza. É válido ressaltar que a participação no estudo não é obrigatória, ficando o agricultor livre para participar ou não da pesquisa.

Tal pesquisa faz parte do estudo desenvolvido no programa de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e tem como objetivo analisar o Programa de Microcrédito (Agroamigo), como política pública do Programa de Inclusão Produtiva Rural (parte das estratégias de combate à pobreza do Plano Brasil Sem Miséria) dirigida as famílias camponesas no município de Arapiraca/AL.

Avaliação dos Riscos e Benefícios: Toda pesquisa com seres humanos acarreta riscos. O risco desta pesquisa é mínimo e referente à emissão de opinião sobre assunto com repercussão social. O qual será atenuado pela garantia de sigilo, oferta de local e horário reservado e conveniente; como também, pela oferta do benefício. O benefício direto é a oportunidade de reflexão sobre a problemática que interessa a todos os seres humanos, e o indireto uma provável melhoria no trabalho profissional e na operacionalização das políticas públicas.

Asseguro que as informações serão utilizadas, exclusivamente, para fins de pesquisa e a identidade de cada agricultor participante não será mencionada, apenas os dados ofertados, que contribuirão para subsidiar o conhecimento da realidade social investigada.

Eu, **Kamilla Alves Duarte**, responsável pela realização desta pesquisa, asseguro que as informações deste estudo serão utilizadas, exclusivamente, para fins de pesquisa.

Mestranda em Serviço Social

Eu, _____ declaro que entendo os objetivos da pesquisa, aceitando contribuir com a realização da mesma.

Assinatura: _____ Data: _____

ANEXO A



Banco do Nordeste do Brasil S.A.

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Prezada Coordenadora,

Cumprimentando-a cordialmente, gostaríamos de agradecer a parceria e empenho das atividades curriculares junto as Instituições Formadoras.

Encaminhamos para a realização de pesquisa a aluna do Programa de Pós-Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS, Kamilla Alves Duarte, sob orientação da Prof^a Nelmires Ferreira da Silva.

O projeto de pesquisa tem como título: *DECIFRANDO O ENIGMA: a pobreza na raiz da financeirização e a mediação do Agroamigo no rural do município de Arapiraca-AL.*

A coleta de dados será iniciada na data constante nessa autorização se estendendo até fevereiro do ano de 2017.

A pesquisa será realizada conforme disponibilidade dos respondentes da mesma.

Arapiraca, 01 de dezembro de 2016.

Edson Fernando Supriano de Almeida
Coordenador do Programa Agroamigo do Banco do Nordeste

Edson Fernando S. de Almeida A009488
Assessor Coordenador
Agência Arapiraca - Alagoas
Instituto Nordeste Cidadania

ANEXO B

UFS - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO DE ARACAJÚ
DA UNIVERSIDADE FEDERAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DECIFRANDO O ENIGMA: a pobreza na raiz da financeirização e a mediação do Agroamigo no rural do município de Arapiraca-AL

Pesquisador: KAMILA ALVES DUARTE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 63163116.7.0000.5546

Instituição Proponente: Departamento de Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.974.028

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa possui um caráter exploratório, de natureza quali-quantitativa e objetiva analisar o Programa de Microcrédito (Agroamigo), enquanto política pública do Programa de Inclusão Produtiva Rural (parte das estratégias de combate à pobreza do Plano Brasil Sem Miséria) dirigida às famílias camponesas no município de Arapiraca/AL. Optou-se por localizar os sujeitos da pesquisa em comunidades rurais que contenham o maior número de camponeses usuários do microcrédito e sejam de fácil acesso, priorizando as localidades com altos índices de inadimplência como os povoados Batingas, Pau D'Arco, Laranjal e Bananeiras. O povoado Poção foi apontado como uma particularidade por ter apenas um camponês renegociando sua dívida, o que pode indicar algum 'efeito positivo' na redução da pobreza e permitir uma análise comparativa em relação às demais localidades apontadas. A pesquisa utilizará uma amostra intencional não-probabilística. O instrumental técnico utilizado para a obtenção dos dados qualitativos será a aplicação de entrevista semiestruturada, pois ela permite tanto a captação de informações objetivas, quanto aquelas de maior profundidade como as suas opiniões e atitudes. Serão preparados dois roteiros de entrevista semiestruturada com questões abertas e fechadas a serem aplicadas: a) com o coordenador do programa e agente de microcrédito, e, b) com as famílias camponesas usuárias do microcrédito.

**UFS - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO DE ARACAJÚ
DA UNIVERSIDADE FEDERAL**



Continuação do Parecer: 1.874.006

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o Programa de Microcrédito (Agroamigo), enquanto política pública do Programa de Inclusão Produtiva Rural (parte das estratégias de combate à pobreza do Plano Brasil Sem Miséria) dirigida as famílias camponesas no município de Arapiraca/AL.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora principal informa que "o risco desta pesquisa é mínimo e referente à emissão de opinião sobre assunto com repercussão social. O qual será atenuado pela garantia de sigilo, oferta de local e horário reservado e conveniente; como também, pela oferta do benefício". Quanto aos benefícios, esclarece que a oportunidade de reflexão sobre a problemática foco da investigação "pode levar a uma melhora qualificada do trabalho profissional dos assistentes sociais que operacionalizam as políticas públicas, inclusive as de viés financeiro".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa adequada sob aspectos técnicos e metodológicos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de apresentação obrigatória estão adequados. Portanto, sem pendências ou entraves éticos.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa apresentado não possui pendências nem entraves éticos. Portanto, está aprovado para execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_840443.pdf	12/12/2016 22:56:14		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pesquisa.docx	12/12/2016 22:54:25	KAMILA ALVES DUARTE	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto2.pdf	12/12/2016 21:28:02	KAMILA ALVES DUARTE	Aceito
Outros	DOC010.pdf	09/12/2016	KAMILA ALVES	Aceito

**UFS - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO DE ARACAJÚ
DA UNIVERSIDADE FEDERAL**



Continuação do Parecer: 1.674.028

Outros	DIOC010.pdf	00:03:48	DUARTE	Aceito
Outros	Scan.pdf	09/12/2016 00:00:59	KAMILLA ALVES DUARTE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_CONSENTIMENTO.pdf	08/12/2016 23:57:46	KAMILLA ALVES DUARTE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 21 de Março de 2017

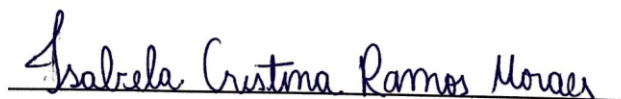
Assinado por:

Anita Herminia Oliveira Souza
(Coordenador)

ANEXO C

DECLARAÇÃO DE REVISÃO GRAMATICAL

Declaro, para os fins que se fizerem necessários, que realizei a revisão da dissertação de mestrado intitulada *Decifrando o enigma: a pobreza na raiz da financeirização e a mediação do agroamigo no rural do município de Arapiraca-AL*, de autoria de Kamilla Alves Duarte, conforme as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), adotado no Brasil em 2009. Por ser verdade, firmo a presente declaração.



Isabela Cristina Ramos Moraes
Graduada em Letras Português
Graduanda em Comunicação Social (hab. Jornalismo)